

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Celina Pinheiro Guimarães

**A Passagem ao Ato Falha
Da Angústia ao Ato na Teoria Lacaniana**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador:
Prof^o. Marcus André Vieira
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2007



Maria Celina Pinheiro Guimarães

**A Passagem ao Ato Falha
Da Angústia ao Ato na Teoria Lacaniana**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada.

Prof^o. Marcus André Vieira
Orientador

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Ana Maria Rudge

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica – UFRJ

Prof^o Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa
do Centro de Teologia e Ciências Humanas- PUC-Rio

Rio de Janeiro, / / 2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria Celina Pinheiro Guimarães

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal Fluminense em 1997. Especializou-se em Psicanálise pela mesma universidade em 1998 e em Saúde Mental, em nível de Residência, pelo Instituto Philippe Pinel em 2001. É psicóloga da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde 2002.

Ficha Catalográfica

Guimarães, Maria Celina Pinheiro

A passagem ao ato falha. Da angústia ao ato na teoria lacaniana / Maria Celina Pinheiro Guimarães ; orientador: Marcus André Vieira. – 2007.

116 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Angústia. 3. Objeto a. 4. Passagem ao ato. 5. Acting out. 6. Ato. 7. Ato analítico. I. Vieira, Marcus André. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Ao Pedro,
como um ato de amor,
dedico esta dissertação.

Agradecimentos

À PUC-Rio, pelo investimento em minha formação.

Ao orientador Marcus André Vieira, por tudo que me ensinou de psicanálise, pelo incentivo da clínica psicanalítica na Polícia Militar e pelo comprometimento em relação a algumas das idéias aqui expostas.

A Pedro Costa Rego, pela valiosa e indispensável interlocução sobre o tema em questão, pela dedicada leitura do trabalho e por sua tão querida e desejada presença.

Aos professores componentes da banca examinadora: Angélica Bastos e Ana Maria Rudge, pela prontidão com que aceitaram participar desta empreitada.

Aos professores e às secretárias do Departamento de Pós-graduação em Psicologia da Puc-rio.

À Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, instituição da qual me orgulho de fazer parte, pela chance de poder exercer aí, sem obstáculos, o meu ofício.

A Cristina Duba, Naiana Cordeiro, Flávia Brasil, Georgiana Gonçalves, Fernanda Campos e Rodrigo Abecassis pelas valiosas trocas em nosso Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar, que estimularam as idéias desenvolvidas neste trabalho.

A Maria Silvia G. F. Hanna, com quem posso, *a priori e a posteriori*, contar.

À Escola Brasileira de Psicanálise e ao Instituto de Clínica Psicanalítica, por me acolherem e me fazerem sentir que encontrei meu lugar.

Aos parceiros de estudo Marícia Ciscato, Renata Martinez, Déborah Uhr, Ana Tereza Groisman, Rodrigo Lyra, Andréa Reis, Katja Linnemann e Cristina Frederico, pela oportunidade dos encontros passados e pela promessa dos que estão por vir.

Às amigas Naiana Cordeiro e Renata Martinez, que sempre demonstraram muito interesse pelo trabalho e com as quais compartilhei as aflições que o acompanharam.

Aos meus queridos pais, irmã e sobrinha pelo afeto e pelo aconchego familiar.

A Geraldinho e Mursa, pelo amor e pela companhia incondicional, tranquilizadores no processo de escrita.

À dona Ângela, minha segunda avó, pela generosidade e acolhimento familiar.

Resumo

Guimarães, Maria Celina Pinheiro; Vieira, Marcus André (Orientador): **A Passagem ao Ato Falha. Da angústia ao ato na teoria lacaniana.** Rio de Janeiro, 2007, 116p., Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

De acordo com a teoria lacaniana, o tema do ato é investigado a partir de duas entradas nesta dissertação. Na primeira, as modalidades de ato denominadas passagem ao ato e *acting out* e elaboradas por Lacan no seminário *A Angústia* (1962-63) são examinadas a partir dos conceitos de objeto *a* e angústia. Na segunda, o conceito de ato, definido no contexto de *O Ato Psicanalítico* (1967-68) é delineado a partir de cinco teses fundamentais. Essas teses nos conduzem, então, à concepção do caráter constitutivamente falho do ato, concepção essa que permite uma articulação entre “a passagem ao ato falha” e o objeto *a*. A prática psicanalítica num batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro constitui o pano de fundo clínico deste trabalho.

Palavras-chave

Angústia, objeto *a*, passagem ao ato, *acting out*, ato, ato analítico.

Abstract

Guimarães, Maria Celina Pinheiro; Vieira, Marcus André (Advisor): **The Failed Passage to the Act. From anguish to act in Lacan's theory.** Rio de Janeiro, 2007, 116p., Dissertation, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

According to the chief lines of Lacan's theory, we approach in the present study the theme of the act in two steps. Firstly, we investigate the types of act termed by Lacan in his 10th *Seminary* (1962-63) "passage to the act" and "acting-out" in their connection with the concepts of object *a* and anguish. We then endeavor to characterize the concept of act, following Lacan's definition in *The Psychoanalytical Act* (1967-68), through the statement and commentary of five main thesis. These lead to the conception of the act as constitutively failed, which is at the basis of the connection between the "failed passage to the act" and the object *a*. The clinical background of the present study is provided by our psychoanalytical practice in the Military Police of Rio de Janeiro.

Key-words

Anguish, object *a*, passage to the act, acting out, act, psychoanalytical act.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1. Na cena do objeto <i>a</i>	19
1.1. Considerações iniciais	19
1.2. Na antecena do <i>a</i>	20
1.3. O objeto causa de desejo	25
1.4. Alienação e separação	28
1.5. A via de acesso ao objeto <i>a</i> e o circuito do desejo	30
1.6. A encarnação do objeto <i>a</i>	36
1.6.1. O tempo da identificação: dentro da farda tem um homem	37
1.6.2. O tempo do trauma: dentro da farda tem um pedaço de carne	38
1.6.3. O tempo do sintoma: “meter bala”, fazer furo	40
1.6.4. O tempo do saber fazer com o objeto dejetivo	41
Capítulo 2. O objeto <i>a</i> na cena	44
2.1. Enquadrando a angústia	44
2.2. A cena do sujeito e do Outro	47
2.3. Do(i)s atos, enfim, em questão	51
2.3.1. <i>Acting out</i>	52
2.3.2. Passagem ao ato	56
2.4. O caso Aimée	58
2.5. O ato de Aimée no quadro da angústia	62
Capítulo 3. O estatuto renovado do ato	68
3.1. Das faces de ato e de sua não plenitude	68
3.1.1. Todo ato implica um correlato de significante	69
3.1.2. O Outro está no horizonte do ato	71
3.1.3. No instante do ato não há sujeito nem Outro	75
3.1.4. O sujeito reencontra, após o ato, sua presença renovada	77
3.1.5. Todo ato, exceto o suicídio, é falho	80
3.2. Da impossibilidade do saber à passagem ao ato falha	82
3.3. Entre um ato e outro	89
Capítulo 4. A clínica e o ato na Polícia Militar	94
4.1. Inventando o analista (militar)	94
4.2. Da ação policial à passagem ao ato falha	98
4.3. O perigo interno à corporação	100
4.4. A incorporação da angústia	106
Conclusão	110
Referências bibliográficas	113

Introdução

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre o tema do ato no ensino de Jacques Lacan. Em termos gerais, o que se oferece aqui é uma análise interpretativa das figuras da passagem ao ato e do *acting out*, classificadas por alguns comentadores como “modalidades” ou “formas” de ato, elaboradas por Lacan no seminário *A Angústia*, de 1962-63, assim como a tentativa de uma delimitação tão precisa quanto possível do conceito de ato propriamente dito, com o qual Lacan anda às voltas no Seminário intitulado *O Ato Psicanalítico*, de 1967-68.

Nosso interesse por esse tema tem origem no exercício da clínica psicanalítica em um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A prática clínica nessa instituição tem nos mostrado que atos impetuosos, impulsivos e “não sem” conseqüências para o sujeito, realizados ou iminentes, têm sido o motivo mais freqüente da busca de atendimento por parte do policial. Todo um conjunto de dificuldades e interrogações a respeito do “estatuto” do ato, de sua diferença em relação à ação policial, da distinção entre suas formas de realização, do manejo clínico exigido em cada caso foi suscitado por essa constatação clínica, que assim conduziu a realizar a presente pesquisa.

Na obra de Freud, apesar da reconhecida ausência de teorização explícita sobre o tema¹, o ato se faz presente essencialmente segundo duas vias de abordagem². A primeira, no início de sua teoria, quando são elaboradas, na cena do cotidiano, as noções de ato falho e ato sintomático como atos interpretáveis³. A posição de Freud aqui é a de que todos os atos possuem um sentido, um propósito, ainda que pareçam não passar de movimentos sem significação. O que se torna explícito com Freud, e será sublinhado por Lacan, é que os atos são constituídos pela dimensão significante, vale dizer, são orientados por coordenadas simbólicas da linguagem⁴.

¹ Cf. Barros, 2005: 67.

² A esse respeito, cf. Brodsky, 2004: 12.

³ Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, texto de 1901 que, juntamente com *A interpretação dos Sonhos* (1900) e *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905) difunde a idéia de que as formações do inconsciente – atos falhos, sonhos, chistes, sintomas – são interpretáveis.

⁴ Cf. Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67.

A segunda via no legado freudiano para a questão do ato é aberta com *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914). Nesse texto, o “agir” é abordado por Freud em oposição à rememoração: aquilo que não é rememorado pelo sujeito, é reproduzido como ação⁵. Todavia, com o mesmo termo *Agieren*⁶ é designado tanto o que é repetido e atualizado na transferência quanto a ação motora não necessariamente implicada na transferência. De acordo com a perspectiva traçada nesse artigo, a repetição agiria como resistência em ato no desenrolar do processo analítico. As táticas adotadas pelo analista numa tal situação, segundo Freud, orientam-se no sentido de possibilitar que o paciente mantenha na esfera psíquica todos os impulsos que gostaria de dirigir para a esfera motora. Pela via da transferência, o tratamento seria “capaz de impedir o paciente de executar algumas das ações repetitivas mais importantes e utilizar sua intenção de assim proceder, *in statu nascendi*, como material para o trabalho terapêutico” (Freud, 1990 [1914]: 200). Contudo, com a cunhagem do conceito de pulsão de morte em *Além do Princípio do Prazer* (1920), essa oposição se mostra insuficiente. Freud constata que a resistência se mantém com a rememoração e que o lembrar não suprime o repetir. A repetição passa a ser concebida, então, na alçada da pulsão de morte.

O que encontramos na leitura lacaniana de Freud em relação ao tema do ato é um privilégio conferido ao ato falho. Segundo Allouch, Lacan subscreve às conquistas de Freud, em primeiro lugar, quanto ao que se pode chamar de caráter constitutivamente falho de todo ato, e em segundo, quanto à tese de que “o ato apresenta uma face significativa, ele é um modo do dizer” (Allouch, 1997: 340). Nos termos do próprio Lacan: “Foi no campo analítico, a saber, a propósito do ato falho, que surgiu que justamente um ato que se apresenta como falho, seja um ato, e unicamente pelo fato de que é significativo” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Essas concepções herdadas e apropriadas só confirmam o sentido de uma desconfiança em relação à tão difundida – e não apenas fora do campo psicanalítico – disjunção de linguagem e ato⁷, ou de fala e passagem ao ato,

⁵ Cf. Freud, 1990 [1914]: 196.

⁶ Na edição inglesa esse termo foi traduzido por *acting out* e na edição brasileira por atuação.

⁷ A esse respeito, Ana Maria Rudge defende a idéia, da qual compartilhamos, de que o discurso freudiano não sustenta “uma dicotomia entre ato e linguagem; pelo contrário, permite superá-la” (Rudge, 1998: 118).

expressa com eloquência na fórmula “falha a fala, fala a bala”⁸. Se não se pode tomar o ato, a passagem ao ato e, mesmo a violência, fora da linguagem, tampouco pode soar apropriado que fala e bala constituam os termos de uma disjunção. Uma vez que a fala falha, pode até haver o ato, mas o ato não se constitui como um outro registro, fora da linguagem. Antes disso, veremos que o *acting out*, a passagem ao ato e o ato são elementos de linguagem.

Diferentemente da obra de Freud, no ensino de Lacan o conceito de ato é explicitamente teorizado. Acreditamos poder identificar, no conjunto de seu ensino, o que chamaremos de um conceito *lato* e um conceito *stricto* de ato. De um lado, Lacan parece se referir ao ato como a um conceito genérico, isto é, a um conjunto determinado de notas características ao qual estão subordinadas, ou sob o qual estão subsumidas, suas “espécies” clínicas. É isso que parece autorizar certos intérpretes a considerar a passagem ao ato e o *acting out* como “modalidades de ato” (Vidal, 1993: 220), ou ainda como “formas de ato” (Brodsky, 2004: 105). Essa interpretação encontra apoio textual notadamente na expressão “gama” do ato empregada por Lacan⁹. Além desse conceito lato de ato indicando o conjunto de notas que subsume uma “gama” de particulares, deparamos com uma acepção estrita do ato. Num determinado momento do *Resumo do Seminário de 1967-68*, Lacan usa a expressão “ato (puro e simples)” com o fim de designar aquilo sobre o que “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz”(Lacan, 2003 [1967-68]: 371). Esse “ato puro e simples” ora aparece como o conceito genérico de ato, ora como a designação de um ou um grupo específico de atos, que podem ser concretamente identificados e reconhecidos (subsumidos) por um conceito genérico e lato de ato. Um exemplo desse ato puro e simples em sentido estrito é a citada travessia do rio Rubicão por César. Ora, essa travessia é um ato em dois sentidos: no lato, na medida em que apresenta *todas* as características do conceito genérico; no estrito, na medida em que apresenta *apenas* essas características, mais nenhuma. Ela é ato *stricto sensu* por sua observância completa e exclusiva do conceito geral, o que não acontece nem com a passagem ao ato, nem com o *acting out* e, controversamente, nem com o ato analítico. Nos três últimos casos, estamos às voltas com “atos” (conceito

⁸ Essa frase de Paulo Lins consta no texto de José César Coimbra como epígrafe. Cf. Coimbra, 2003: 93.

⁹ Cf. Lacan, 1967-68, lição de 15/11/68.

lato) que não são “puros e simples” porque além das notas do conceito geral, apresentam outras que os especificam. O importante aqui é deixar claro que quando se afirma que passagem ao ato e ato analítico são atos (conceito lato), não se está identificando-os com as instâncias reais do ato puro e simples (conceito estrito).

Veremos oportunamente de que modo o conceito de ato analítico curiosamente transita entre essas duas acepções, e que não podemos deixar de constatar uma interessante ambigüidade na afirmação de Lacan de que “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato”. Por um lado, o conceito de ato analítico evidentemente não pode ser considerado equivalente ao conceito lato de ato, portanto, como um termo genérico para *acting out*, passagem ao ato, etc. Prova disso é que não faz sentido, no contexto do pensamento lacaniano, a afirmação de que passagem ao ato e *acting out* são atos analíticos, embora faça sentido afirmar que eles são atos. Por outro lado, a “reverberação” a que se refere Lacan na passagem citada parece sugerir que passagem ao ato e *acting out*, é bem verdade, não são ato analítico porque este último não pode se livrar completamente da característica adicional que o diferencia do ato puro e simples, notadamente, a característica de apresentar a passagem do sujeito à condição de analista. Ocorre entretanto que, em nossa leitura, essa característica adicional inalienável que, por acréscimo, distingue o ato analítico do ato em seu conceito lato não é, a rigor, um elemento heterogêneo mas sim um comportamento afirmativo do sujeito. Se são características do ato poder significante, corte subjetivo, instauração do novo, mutação do sujeito, etc., são características do ato analítico todas essas mas somente na medida em que elas são assimiladas, assumidas e afirmadas pelo sujeito agente que no movimento dessa afirmação passa de analisando a analista. Ora, o acréscimo como atitude subjetiva da afirmação distingue, é bem verdade, o ato analítico do ato (conceito genérico) mas essa distinção não deixa de trazer a marca de uma máxima proximidade, ou se quisermos, de uma “luminosa reverberação” que “nos permite trazer alguma luz sobre o que é do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68).

Esses esclarecimentos terminológicos e conceituais são importantes na medida em que pretendemos identificar o lugar da passagem ao ato em relação ao ato em sua acepção genérica e às suas demais formas específicas, para o que é indispensável poder empregar as expressões “formas de ato” e “modalidades de

ato” sem ambigüidades. Procuraremos defender a possibilidade de uma aproximação clínica entre a passagem ao ato e o ato psicanalítico como formas de ato a partir da noção de “falha”.

Discutiremos a questão do ato no ensino de Lacan, concentrando a atenção, primeiramente, em suas formas específicas denominadas passagem ao ato e *acting out* e expostas no Seminário X, *A Angústia* (1962-63). Até esse seminário, não encontramos nenhuma referência de Lacan justapondo esses dois termos. O que se observa é uma ocorrência muito mais freqüente do tema do *acting out* do que do da passagem ao ato, que parece ganhar uma elaboração mais precisa em 1962.

Seguindo o fio do seminário X, veremos que essas formas de ato passam a ser articuladas a partir dos conceitos de objeto *a* e angústia. Entre a angústia e esse binômio clínico há, como mostraremos, um objeto *a* a ser considerado e uma relação de causa a ser investigada. O movimento de transformação do percurso teórico de Lacan acionado pela formalização do conceito de objeto *a* é o mesmo em que se observará uma delimitação precisa do alcance de cada um desses termos: passagem ao ato e *acting out* são formas distintas de se lidar com o objeto *a*, o objeto que é causa de desejo e desencadeador de angústia. Da angústia ao ato há, portanto, um caminho de investigação a ser percorrido aqui.

Procuraremos demonstrar que esse binômio clínico diz algo a respeito da estrutura do sujeito. Da mesma forma que deve ser “extraído” do Outro um objeto - o *a*, assim designado por Lacan - como condição necessária da constituição do sujeito, passagem ao ato e *acting out* indicam, cada um de um modo, que um objeto precisa ser extraído do Outro também para o sujeito não sucumbir. Veremos que o objeto *a* é aquele que “não pode” aparecer, sob pena de apagar a possibilidade do sujeito. Mas, se ele tende a aparecer, passagem ao ato e *acting out* são duas saídas para o sujeito, dois recursos que a linguagem lhe oferece, diante da angústia *a* mais¹⁰.

Tendo descrito os mecanismos de ação da passagem ao ato e do *acting out*, procuraremos incluí-los no contexto da discussão mais ampla a respeito do conceito de ato, desenvolvida no décimo quinto seminário de Lacan, *O Ato*

¹⁰ A respeito da expressão “angústia a mais”, cf. Souza, 2005: 24.

Psicanalítico. É no contexto dessa discussão que passaremos a concentrar nossa atenção mais especificamente no tema da passagem ao ato. Isso por dois motivos.

O primeiro é uma razoavelmente difundida pré-compreensão pouco cuidadosa de que a passagem ao ato é o pior que pode acontecer no curso do tratamento, ou mesmo que é uma figura típica da psicose, em oposição ao *acting out*, que seria uma encenação eminentemente neurótica. Acreditamos conveniente trabalhar no sentido de evitar que essa oposição – de um lado a passagem ao ato violenta, destrutiva, psicótica; de outro, o *acting out* “mais simbólico” e circunscrito à neurose – assuma o papel de um *parti pris*. Como veremos, o texto de Lacan não dá margem para esse tipo de leitura.

O segundo motivo que nos leva a conceder mais atenção ao conceito de passagem ao ato do que ao de *acting out* é fundamentalmente clínico. Temos constatado, a partir da clínica na Polícia Militar, que a passagem ao ato (definida como tal após sua realização) é, muito freqüentemente, a via pela qual o sujeito chega ao tratamento. Ela ocorre no “vestíbulo” da análise e, muitas vezes, determina o seu começo. Interessa-nos pensar, então, de que forma a passagem ao ato, uma vez realizada e identificada como tal, ou mesmo na iminência de se realizar, pode ser “tratada” no encontro do sujeito com o analista. Essa é essencialmente a mola propulsora desta dissertação e o ponto para o qual pretendemos propor algum encaminhamento até o final dela.

A leitura que realizamos do seminário XV, *O Ato Psicanalítico*, orientará nosso percurso que parte dessa questão clínica e a ela quer retornar. Julgamos poder extrair desse seminário algumas teses fortes a respeito do ato que, ao diferenciá-lo da mera ação, lhe atribuem o poder de produzir uma mutação no sujeito a partir da ruptura que efetua e o traço característico de uma falha constitutiva - exceto no logro do suicídio – em seu direcionamento à ruptura absoluta. Essas concepções são válidas tanto para o ato analítico, que Lacan aproxima particularmente do conceito genérico de ato – pelos motivos que mencionamos acima - quanto para a passagem ao ato que, como “forma” de ato, comunga com eles dessas características gerais.

A distinção entre ato analítico e passagem ao ato deverá ser buscada na relação de ambos com o saber. Como veremos, é na forma como se opõe ao saber, e não à linguagem e à fala, que a passagem ao ato se diferencia do ato e do ato analítico. Tentaremos mostrar que é comprometida com uma negação da

impossibilidade de um saber absoluto, impossibilidade atestada no ato analítico, que a passagem ao ato acaba sempre comprometida com a afirmação da crença no saber. Nesse sentido, a passagem ao ato aponta para o apartamento entre o sujeito e sua verdade e tende a relançá-lo na busca cega de um saber suposto. O ponto decisivo a ser demonstrado é que existe nesse caso uma “passagem” teórico-clínica decisiva a ser explorada: se de fato toda passagem ao ato é em algum sentido constitutivamente falha, a clínica pode se empenhar por fazer aparecer essa falha, que, como falha constitutiva da afirmação do saber suposto (como vimos, pela via da negação de sua impossibilidade), não deixa de trazer consigo algo da dimensão da verdade do sujeito. Como a verdade do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto *a*, tentaremos mostrar que a “passagem ao ato falha” faz com que a verdade do objeto *a* seja revelada.

Com o objetivo de dar conta de nossa questão, pareceu-nos conveniente dividir este trabalho em quatro capítulos.

O primeiro capítulo se dedica, fundamentalmente, à investigação do conceito de objeto *a* no seminário *A Angústia* (1962-63). Considerando que esse conceito, formalizado por Lacan nesse seminário, possibilita uma inédita abordagem da passagem ao ato e do *acting out*, temos o propósito de acompanhar aqui o desenvolvimento da concepção lacaniana do objeto *a* como causa de desejo e desencadeador de angústia. De início, indicamos e comentamos as principais referências de Lacan à passagem ao ato e ao *acting out* que antecedem o seminário X. Em seguida, no contexto da apresentação do objeto *a* como o objeto causa de desejo, abordamos o processo de constituição do sujeito no Outro, tanto pelo esquema da divisão apresentado nesse seminário, quanto pelas operações de alienação e separação, formuladas em *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964), tendo em vista que é desse processo que o objeto *a* é deduzido. Chegamos assim à concepção lacaniana de angústia que, como veremos, se acha intimamente conectada com o conceito do objeto *a*. O caso clínico que fecha esse capítulo pretende fornecer uma confirmação do modo como o objeto *a*, em sua presença, provoca angústia e coloca em risco o movimento do circuito do desejo.

Conquistados os conceitos de objeto *a* e angústia, procuramos mostrar no segundo capítulo, a partir do quadro que Lacan propõe logo na primeira lição do seminário X, que a passagem ao ato e o *acting out* se constituem como saídas

possíveis para o sujeito no momento em que o objeto *a* surge em sua angustiante presença. Inicialmente, exploramos os termos desse quadro no interesse de deslindar as coordenadas que dão origem à passagem ao ato e ao *acting out*. Vemos que o quadro da angústia pode ser tomado como uma delimitação do campo subjetivo, como a cena do mundo de cada sujeito. Assim, precisamos trabalhar o conceito de cena aí desenvolvido por Lacan. É o que fazemos em seguida e antes de descrever o funcionamento de cada uma dessas formas de ato. Por último, à luz do quadro da angústia já elaborado, procuramos articular angústia e passagem ao ato a partir do caso paradigmático de Lacan que não poderia deixar de ser abordado em nossa pesquisa: o caso Aimée.

Podemos dizer que no terceiro capítulo o título desta dissertação começa a ganhar sentido. Depois de apresentar e desenvolver o que chamamos de cinco teses fundamentais de Lacan a respeito do ato, extraídas de nossa leitura de *O Ato Psicanalítico*, propomos uma relação entre o caráter necessariamente falho de toda passagem ao ato que não alcança o “êxito” do suicídio e o tratamento analítico. Vemos nesse capítulo o que aproxima e distingue a passagem ao ato do ato analítico. Desse modo, aproximamo-nos aos poucos da “passagem ao ato falha”, a ser compreendida como a falha do ato que aponta para a irrupção da verdade do objeto *a*. Por fim, servimo-nos da casuística para alguma confirmação das conquistas do capítulo.

O último capítulo é dedicado ao campo da fala e da linguagem na Polícia Militar. Em primeiro, procedemos a uma exposição do processo de constituição, dos impasses e das transformações dessa prática clínica que suscitou nosso interesse pelo tema do ato. Em seguida, propomos de forma um tanto livre algumas indicações que podem vir a servir de base para uma reflexão oportunamente mais detida acerca da clínica numa instituição com as características da Polícia Militar, inscrita num tempo histórico com as características do nosso. A partir de uma diferenciação entre perigo interno e perigo externo e de uma articulação entre ideal do eu e objeto *a*, procuramos demonstrar que, não raro, a arbitrariedade na aplicação do regulamento policial militar produz um efeito de contingência que remete esses sujeitos ao encontro com o objeto *a* e com a angústia. Finalmente, levantamos algumas hipóteses a respeito da relação nesses sujeitos entre angústia e ato e a situação corporativa em que eles se encontram. A partir da psicanálise de Freud e de Lacan, autorizamo-

nos a conjugar, sob a rubrica da psicanálise aplicada, o tema do ato com a clínica nessa instituição militar. As diversas e relevantes experiências de psicanalistas que, cada vez mais, atuam em diferentes instituições, nos servem como uma boa indicação de que a psicanálise se inscreve na epistemologia da transformação, sem que isso implique degradação dos seus princípios.

Capítulo 1: Na cena do objeto *a*

É um mito personalista articular o ato no campo da realização subjetiva, fugindo à prioridade do *a*.

Jacques Lacan

1.1. Considerações iniciais

Nosso propósito neste capítulo é acompanhar o percurso do seminário X de Lacan, buscando identificar a causa dessas duas modalidades de ato denominadas pelo autor passagem ao ato e *acting out*. A referência à causa nesse âmbito é proposital e necessária. Menos por se tratar de uma busca pelos princípios e fundamentos das duas formas de ato em questão do que por colocar em cena o conceito de objeto *a*, o objeto *causa* de desejo.

Veremos aqui o quanto a extração desse conceito, efetuada por Lacan ao longo do seminário *A Angústia* (1962-63), é a condição de possibilidade para uma precisa e inédita elaboração teórica a respeito da passagem ao ato e do *acting out*. Na verdade, será somente nesse seminário que essas duas formas de ato passarão a se apresentar como um binômio. É justamente aí, a partir de uma conquista conceitual do objeto *a*, que Lacan precisará a significação de cada um desses termos, elaborando o sentido de uma oposição entre os dois.

Até o seu décimo seminário, Lacan não fala muito especificamente de ato. Não que - como um tema que exige considerações precisas do campo psicanalítico - o ato não se faça presente em seus seminários e escritos anteriores a 1962. Mas, digamos que o desenvolvimento pleno desse tema - sobretudo no que diz respeito aos conceitos de passagem ao ato, *acting out* e, mais adiante, de ato analítico - permanece na dependência da elaboração do conceito de objeto *a*.

Assim, justifica-se que o objeto *a* seja não só o ponto de partida de nossa investigação, mas também seu pivô, o elemento em torno do qual ela vai se constituir. Imperioso na causação da passagem ao ato e do *acting out*, é dele que trataremos fundamentalmente neste capítulo, preparando o terreno para avançarmos em nossa pesquisa sobre o tema do ato.

Apresentaremos então, preliminarmente, um breve panorama das formulações de Lacan a respeito da passagem ao ato e do *acting out* que antecedem o seminário X, para em seguida nos voltarmos à investigação do conceito de objeto *a*.

1.2. Na antecena do *a*

O caso Aimée de Lacan, que consta em sua tese de doutorado intitulada *Da Psicose Paranóica em suas Relações com a Personalidade* (1932), pode ser considerado o ponto zero da contagem, o marco inicial em sua obra no que se refere à questão do ato. Ainda como psiquiatra, Lacan estabelece a partir desse caso a função do ato na psicose: ele operaria uma espécie de cura - manifesta tanto pela remissão do delírio quanto pelo alívio produzido - decorrente da realização de uma auto-punição. Através do ato, o sujeito atacaria o Outro e, conseqüentemente, a si próprio, alcançando assim, paradoxalmente, um apaziguamento em relação ao seu delírio. Reservaremos um espaço de destaque no capítulo seguinte para a apresentação e análise do caso Aimée, em virtude do seu caráter exemplar e esclarecedor no que concerne à relação do ato com a angústia.

Apesar de esse caso ser paradigmático na investigação da passagem ao ato, esse termo não é introduzido nem elucidado por Lacan no contexto de sua tese de doutorado. Será muito mais tarde, mais precisamente, trinta anos depois, no seminário intitulado *A Angústia*, que Lacan se voltará para esse conceito, estabelecendo seu sentido e diferenciando-o do *acting out*. Durante esse grande intervalo, suas referências à passagem ao ato são bem escassas. Mas para não deixá-las passar em branco, convém assinalar que, no seminário *A Relação de Objeto* (1956-57), Lacan qualifica com a expressão “passagem ao ato” a forma de se realizar, especificamente na perversão, um acesso ao mais-além da imagem do outro. A passagem ao ato dar-se-ia num momento paroxístico da perversão no qual se realiza algo que “é fusão, e acesso a esse mais-além” (Lacan, 1995: 85). A unidade que o perverso visa seria realizada em certos momentos sincopados da história do sujeito, momentos esses que “não são ordenados simbolicamente” (*loc.cit.*). Logo, no contexto da perversão, a passagem ao ato é apresentada como

uma situação “extra-histórica” (*loc.cit.*), na qual se visa o acesso imaginário à falta de objeto.

Diferentemente da passagem ao ato, termo da clínica psiquiátrica do qual Lacan irá se apropriar, o conceito de *acting out* fazia parte do campo psicanalítico, o que não deixou de exigir dele o esforço por redefinir o lugar que foi concedido a esse conceito pelos pós-freudianos. É a partir de sua relação com a linguagem e de sua articulação com os registros imaginário, simbólico e real que o *acting out* será redimensionado por Lacan no começo de seu ensino.

Em seu primeiro seminário, *Os Escritos Técnicos de Freud* (1953-54), Lacan estabelece uma equivalência entre ato e fala a partir de uma consideração a respeito do *acting out*. Além de afirmar que toda ação na sessão analítica é endereçada ao analista, diz ele que é preciso “encontrar num ato o seu sentido de palavra. Na medida em que se trata para o sujeito de se fazer reconhecer, um ato é uma palavra” (Lacan, 1986: 279). Vejamos que conseqüências podemos extrair dessa equivalência que, como tudo indica, excede o domínio estrito do *acting out* como forma de ato.

Essa concepção de ato parece estar plenamente de acordo com os primeiros achados de Freud, quando ele traz para a cena do cotidiano o ato falho e o ato sintomático como atos que se dão no lugar da fala¹. Freud conduz o leitor à idéia de que todos os atos possuem um sentido, um propósito, ainda que pareçam tão somente movimentos sem significação. O que se torna explícito com Freud, e que Lacan sublinhará, é que todo ato é constituído pela dimensão significante, ou seja, é orientado por coordenadas simbólicas da linguagem. Nessa perspectiva, o *acting out* está para Lacan assim como o ato falho e o ato sintomático estavam para Freud, ou seja, “um ato vale o mesmo que uma palavra” (Brodsky, 2004:16).

Mas Lacan salienta ainda que no ato, tal como na fala, é ao reconhecimento que se visa. Ato e palavra equivalem-se na medida em que ambos, necessariamente, têm o Outro como endereço. O reconhecimento do Outro é uma referência importante nesse momento de seu ensino, no qual a palavra é tomada menos em sua dimensão de mediação ou comunicação do que em sua dimensão de revelação. Em primeira e última instância, é o Outro que acolhe os ditos e os feitos do sujeito e que permite que toda e qualquer gesta se revele em

¹ Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, texto de 1901.

sua dimensão de verdade. Segundo essa perspectiva, essa é a posição que o analista ocupa, a saber, a de reconhecer no curso da fala do sujeito a palavra verdadeira que produzirá efeitos de revelação na análise².

Nesse contexto, Lacan definirá o que é um ato em relação ao que qualifica de palavra plena:

A palavra plena é a que visa, que forma a verdade tal como ela se estabelece no reconhecimento de um pelo outro. A palavra plena é palavra que faz ato. Um dos sujeitos se encontra, depois, outro que não o que era antes. É por isso que essa dimensão não pode ser eludida da experiência analítica (Lacan, 1986:129).

Assim como o ato é uma palavra, a recíproca se faz verdadeira: a palavra também pode ter valor de ato. É dessa forma que Lacan define a palavra plena que, em oposição à palavra vazia - na qual “o sujeito se perde no labirinto dos sistemas de referência que lhe dá o estado cultural em que, mais ou menos, toma parte” (Lacan, 1986: 63) -, é a palavra que realiza a verdade do sujeito e, portanto, faz ato.

É importante enfatizar que essa primeira concepção de ato – como o que opera uma transformação no sujeito - não sofrerá nenhuma alteração significativa. Ao contrário, no contexto das formulações sobre o ato analítico, é a ratificação dessa concepção que se verifica quando o ato é definido nos seguintes termos: “o ato (puro e simples) tem lugar por um dizer, e pelo qual modifica o sujeito” (Lacan, 2003 [1967-68]: 371). Vê-se, assim, que o germe da concepção lacaniana de ato analítico já está presente no início de seu ensino.

Em 1954, o *acting out* ainda é concebido por Lacan como um modo peculiar de interferência entre o simbólico e o real³. O real é então definido como o domínio do que subsiste fora da simbolização primordial. O que é cerceado no simbólico, “o que não veio à luz do simbólico” (Lacan, 1998 [1954]: 390), em decorrência de uma oposição à *Bejahung* primária, aparece no real. O *acting out*, assim como o fenômeno da alucinação, é atribuído à ruptura da cadeia simbólica e à emergência de gozo imaginário.

² A ênfase na palavra como revelação é reiterada por Lacan nos seguintes termos: “A revelação é o móvel último daquilo que procuramos na experiência analítica” (Lacan, 1986: 62).

³ A referência aqui é o texto *Resposta ao Comentário de Jean Hyppolite* (1954), no qual, juntamente com o seminário sobre *Os Escritos Técnicos de Freud* (1953-54), encontramos as primeiras considerações de Lacan sobre o *acting out*.

Como exemplo de um *acting out*, “de pequeno porte, mas de muito boa constituição” (Lacan, 1998 [1954]: 400), Lacan lança mão de um caso de Ernst Kris, que será retomado em diversos momentos de seu ensino. Trata-se do drama subjetivo de um intelectual que vinha apresentando um sério bloqueio para escrever e publicar suas pesquisas porque se considerava um plagiador. Certo dia, vence a inibição, mas após chegar a concluir um trabalho, descobre que o que redigiu já constava num livro que encontra na biblioteca. Nesse ponto, Kris se lança na busca da verdade, indo verificar se “na realidade” existe a obra mencionada. De retorno, declara ao paciente, como resultado de sua investigação, que ele não é um plagiador, e sim um plagiado.

O paciente responde à intervenção de Kris com um *acting out*. Conta ao analista que após a sessão em que foi informado de que sua obsessão com o plágio conteria uma distorção de sua apreciação da realidade, foi a um restaurante saborear seu prato predileto: miolos frescos.

Declaração que, em vez de ser considerada como sancionadora do caráter feliz da intervenção pelo material que traz, parece-nos, antes, ter o valor corretivo do *acting out*, no próprio relato que é feito dele (Lacan, 1998 [1958]: 606).

Contudo, Kris parece entender isso como uma corroboração de sua interpretação - no sentido salientado por Freud - pelo fato de esse material ser trazido para a sessão. Lacan aponta que o sujeito está trazendo isso em outro plano, no plano do real. O *acting out* do paciente apresenta “o objeto oral que, cerceado do simbólico, reaparece encoberto sob as roupagens imaginárias do prato do cardápio: engolir, realmente os miolos dos outros” (Vidal, 1993: 213). Aquilo que teria sido ignorado e insuficientemente interpretado pelo analista produziu o efeito de lançar o sujeito num salto impulsivo no real.

Para além do *acting-out*, em *As Formações do Inconsciente* (1957-58), Lacan retoma a idéia de que todos os atos do sujeito, todos os seus gestos, são significantes. Ele reforça sua concepção de ato como fala, dizendo que a totalidade do comportamento do neurótico se apresenta como uma fala, até como uma fala plena,

mas inteiramente criptográfica, desconhecida do sujeito quanto ao sentido, embora ele a pronuncie através de todo o seu ser, de tudo aquilo que manifesta, de tudo o que evoca e realiza, inelutavelmente, num certo caminho de conclusão e inconclusão, se não houver a intervenção de nada que seja da ordem de oscilação a que se chama análise (Lacan, 1999: 487).

Já em relação ao *acting out*, especificamente, Lacan demarcará o papel desempenhado pelo objeto nesse tipo de ato ao introduzi-lo, nesse seminário, no terreno da demanda e do desejo. Sabemos que não se trata ainda, nesse momento, do objeto *a*, mas do objeto “no sentido material do termo” (Lacan, 1999: 433) que, a nosso ver, pode ser considerado precursor do objeto *a*.

Lacan afirma que se torna impossível limitar o problema do *acting out*

se nos ativermos à concepção geral de que ele é um sintoma, de que é um compromisso, de que tem um duplo sentido, de que é um ato de repetição, pois isso equivale a mergulhá-lo nas compulsões a repetição em suas formas mais gerais (*loc.cit.*).

Pode-se inferir daí que o objeto é, segundo a perspectiva desse seminário, o elemento que vai operar a delimitação do conceito de *acting out*. Ocupando, portanto, uma “função limitada” (*loc.cit.*) e evidente, o objeto encenado assumirá no *acting out* um papel tão capital quanto na encenação da fantasia. O *acting out* “é, a seu modo, do mesmo nível da fantasia” (*loc.cit.*). O que o distingue da fantasia é o fato de ele ser uma mensagem que, no interior da análise, se dirige a um analista que não está inteiramente em seu lugar. Por outro lado, o que o distingue do ato falho e do sintoma, que se caracterizam, segundo Lacan, por deixarem transparecer claramente uma tendência, é o fato de o *acting out* ser enigmático, justamente por comportar um elemento altamente significativo. Além de enigmático e significativo, o *acting* possui a qualidade de ser um ato imotivado:

Nunca chamaremos de *acting out* senão um ato que se apresente com um caráter especialmente imotivado. Isso não quer dizer que ele não tenha causa, mas que é muito difícil atribuir-lhe uma motivação psicológica, pois ele é um ato sempre significado (*loc.cit.*).

Mais adiante, Lacan afirmará que o *acting out* é uma ação como as outras, mas que se distingue pelo fato de ser um resultado da utilização da transferência,

portanto, de “alguma coisa extremamente perigosa” (Lacan, 1999: 446). No cerne da transferência, o *acting out* teria a função de demonstrar que alguma coisa ficou faltando numa análise, isto é, ele encena que algo diferente deveria ter sido realizado.

Vê-se então que, com a introdução da dimensão do objeto, o *acting out* ganha contornos mais precisos em relação ao sintoma, ao ato falho, à fantasia e ao ato em sua acepção mais geral. Contudo, as diferenças que são aí delineadas não alteram seu caráter significante, nem sua dimensão de mensagem dirigida ao analista.

Essa breve retrospectiva nos permite afirmar que, por mais relevantes que sejam as considerações sobre a passagem ao ato, o *acting out* e o ato nos primeiros seminários de Lacan, falta aí uma articulação mais precisa entre as duas formas de ato. O que se constata aqui é a ausência, antes do seminário *A Angústia*, de um conceito que permitisse a Lacan avançar mais decisivamente no terreno do ato, *stricto e lato sensu*. Esse conceito, para o qual nos voltaremos a seguir, marca, portanto, um antes e um depois na teorização de Lacan, sobretudo no que se refere à dialética que se estabelecerá entre a passagem ao ato e o *acting out*. Trata-se do objeto *a*.

1.3. O objeto causa de desejo

O objeto *a* está no centro do discurso de Lacan no seminário X. É na sua órbita que giram os temas e conceitos aí explorados. A explicação de Lacan a esse respeito é inequívoca: o objeto *a* inscreve-se no contexto de um seminário intitulado *A Angústia* na medida em que “é essencialmente por esse meio que se pode falar dele, o que também quer dizer que a angústia é sua única tradução subjetiva” (Lacan, 2005: 113). O caminho da angústia é o único, como ele nos mostrará ao longo do seminário, que “permite introduzir uma nova clareza quanto à função do objeto em relação ao desejo” (Lacan, 2005: 253).

O objeto *a* é apresentado no seminário X fundamentalmente no exercício desses dois papéis, a saber, ora como causa de desejo, ora como desencadeador de angústia. Podemos antecipar que a passagem ao ato e o *acting out* nos colocam diante desse último, isto é, oferecem à análise a conexão entre a posição do objeto *a* e as relações de angústia. No entanto, uma vez que angústia e desejo constituem

verso e reverso do mesmo objeto, não é pertinente abordar a primeira sem considerar o segundo. Será dessa dupla vertente do objeto *a*, portanto, que partiremos para chegar às formas de ato que constituem o interesse desta dissertação.

Há essencialmente dois momentos no seminário X em que Lacan fala do objeto *a* como causa de desejo⁴. No primeiro, ele afirma que “esse objeto deve ser concebido como a causa do desejo” (Lacan, 2005: 115) - após haver dito que o objeto *a* não deve ser situado em coisa alguma que seja análoga à intencionalidade de uma noese. Até então, o modelo que estruturava a concepção do desejo era aquele segundo o qual todo desejo tem diante de si o objeto. A partir deste seminário, o objeto não mais será situado na “frente” do desejo, e sim “atrás” dele, causando e impulsionando seu movimento.

Segundo Miller, “Lacan elabora, no lugar da estrutura de intencionalidade, a da causalidade do objeto que retorna como um *leitmotiv*” (Miller, 2005: 48). O que está em questão, portanto, na teoria do objeto *a* como causa do desejo é o fato de que alguma coisa está na origem, no momento que antecede a formação de qualquer unidade. Relacionando a precessão do objeto com a falta e com o desejo, Lacan explicitará que o objeto *a*

é a causa do desejo na medida em que o próprio desejo é algo não efetivo, uma espécie de efeito baseado e constituído na função da falta, que só aparece como efeito ali onde se situa a idéia de causa, isto é, apenas no nível da cadeia significativa, à qual o desejo confere a coerência pela qual o sujeito se constitui essencialmente como metonímia (Lacan, 2005: 343).

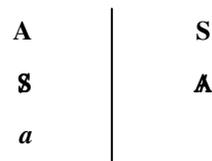
É através do exemplo clínico do fetiche que ele “coloca em imagem” (Lacan, 2005: 116) a idéia de causa. O fetiche é exatamente aquilo que tem que estar presente para que haja o desejo. Não é como objeto do desejo que o objeto-fetiche importa, mas sim como condição mediante a qual o desejo do fetiche se sustenta. Esta ilustração do fetichismo revela que o desejo depende de um objeto distinto daquele a que ele visa.

No segundo momento em que fala do objeto causa de desejo nesse seminário, Lacan detém-se um pouco mais na categoria da causa. Tão debatida no

⁴ Nas lições intituladas por Miller *A Causa do Desejo* e *A Torneira de Piaget*, respectivamente.

campo filosófico e tão onipresente em nosso pensamento, essa categoria é concebida por ele como a sombra da causa primordial, ou seja, como a metáfora do *a* “como o resto da constituição do sujeito no lugar do Outro” (Lacan, 2005: 309). O que se destaca aí é a anterioridade lógica do objeto *a* em relação a toda e qualquer fenomenologia que coloque em cena a questão da causa.

A teoria do objeto *a* é correlata à operação da psicanálise de dedução do sujeito. Vejamos, então, de que forma Lacan deduz a gênese do objeto *a* a partir da constituição do sujeito no Outro, já que é em decorrência desse “processo de subjetivação” (Lacan, 2005: 179) que tal objeto se institui como uma função. Para explicar esse momento inaugural, estruturante, ele propõe um esquema no qual representa a divisão do Outro a partir da interrogação do sujeito⁵.



lado do Outro | lado do sujeito

A primeira linha do esquema corresponderia a um nível mítico a partir do qual o sujeito, sob a forma primária do significante que lhe é anterior, pode ganhar existência. Nesse nível temos, de um lado, o Outro originário - um Outro sem barra, A - como “o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder se presentificar do sujeito” (Lacan, 1988:193-194) e, do outro, S, o sujeito ainda inexistente porque ainda não determinado pelo significante.

O segundo nível do esquema pode ser considerado como o “patamar do vivenciado”⁶. O sujeito barrado - “o único a que nossa experiência tem acesso” (Lacan, 2005: 129) – já se encontra aí, no campo do Outro, marcado pelo traço unário do significante. Inversamente, o Outro será alocado no campo do sujeito, onde toda a sua existência “fica suspensa numa garantia que falta, donde o Outro

⁵ Cf. a apresentação desse esquema, denominado por Miller de esquema da divisão, no seminário *A Angústia*. Lacan, 2005: 36, 128, 178,179 e 192.

⁶ Expressão utilizada por Lacan noutro contexto, mas que, a nosso ver, procede muito bem aqui. Cf. Lacan, 2005: 19.

barrado” (*loc.cit.*). A barra no Outro indica que dele foi extraída alguma coisa que, ao faltar, inscreve, justamente, a possibilidade de o sujeito existir.

Essa operação de divisão produz um resto inquantificável, irreduzível, denominado por Lacan de objeto pequeno *a*. Essa notação algébrica tem a função específica de designar, segundo Lacan, “um objeto externo a qualquer definição possível de objetividade” (Lacan, 2005: 99), ou seja, esse resto é representado por um objeto impossível de nomear ou localizar.

Como “resíduo do condicionamento” (Lacan, 2005: 36) do sujeito pelo Outro, o objeto *a* constitui a prova e a garantia única da existência desse Outro originário, completo, sem barra. Sua inscrição algébrica indica a perda irremediável de significante por parte do Outro. Este objeto caracteriza-se por resistir a qualquer assimilação à função do significante, simbolizando, por isso mesmo, o que se apresenta como perdido.

Mas não é somente o Outro que perde alguma coisa nessa jogada. O sujeito, para se constituir como tal, também sofrerá uma perda inexorável. Na realidade, duas: nos termos de Lacan, alienação e separação. Ainda que essas operações significantes tenham sido desenvolvidas posteriormente ao esquema da divisão apresentado no seminário *A Angústia*, já é possível localizar neste a matriz do que será desenvolvido a respeito daquelas em *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964)⁷.

1.4. Alienação e separação

A alienação corresponde ao momento lógico do esquema da divisão em que o ser (S) é marcado pelo significante que vem do campo do Outro. O que define a operação da alienação é a emergência do sujeito barrado, dividido, que advém como efeito de uma escolha pelo sentido em detrimento de seu ser. Na verdade, trata-se de uma escolha forçada: para entrar no campo do sentido, o sujeito entrega obrigatoriamente uma parte de seu ser. A perda que vigora aí - perda de ser ou falta-a-ser - é correlata à identificação do sujeito a um significante mestre (S1) que lhe é atribuído pelo Outro, bem como à sua indeterminação no

⁷ A esse respeito, cf. a afirmação de Miller de que o seminário *A Angústia* “é o ateliê de *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*” (Miller, 2005: 22).

deslizamento permanente do sentido (S1-S2). Será justamente aí, entre petrificação e indeterminação significativa, que residirá a divisão do sujeito⁸.

Esquemáticamente, poderíamos localizar a alienação na passagem da primeira para a segunda linha do esquema da divisão ($A / S \rightarrow \mathcal{S} / \mathcal{A}$). Já a operação seguinte, a separação, pode ser logicamente localizada na passagem da segunda para a terceira linha do esquema ($\mathcal{S} / \mathcal{A} \rightarrow a$). Isso significa que é a separação que vai introduzir a função do objeto a - não sem angústia, uma vez que a angústia lhe é constituinte⁹ - como causa de desejo. Vejamos.

Diferentemente da alienação, destino que nenhum ser falante pode evitar, a separação se inscreve na ordem de um querer: é preciso que o sujeito tome partido nisso¹⁰. A fim de torná-la mais clara, dividiremos essa operação em duas etapas que, na realidade, se superpõem. Enfatizaremos, dessa forma, que a separação exige duplamente um querer: o sujeito deve procurar “se safar” (Lacan, 1988: 178) de seu assujeitamento ao campo do Outro, assim como deve consentir em ceder uma parte de si próprio. Esta operação indica que o sujeito não depende apenas da separação em relação ao Outro, mas também de sua separação em relação ao objeto a . Essas duas etapas desembocam na constituição do sujeito como ser-da-falta.

Será através de seu corpo, de seu organismo, que o sujeito será convocado a fazer a experiência da perda na separação. Trata-se aí de uma perda real, um corte na própria carne, que cindirá a suposta totalidade do sujeito. Como afirma Miller, “é preciso entregar, como garantia da ordem significativa, da cadeia significativa, um pedaço do corpo, a libra de carne, ou seja, é preciso oferecer um órgão” (Miller, 2005: 43). Essa parte que o sujeito deverá “deixar cair”¹¹ de seu corpo será a mesma que, ao longo de sua vida, ele procurará recuperar. Lacan a definiu, em termos míticos, como “a lamela”, libido para sempre perdida, que incitará no sujeito a busca incessante por sua recuperação. Em termos lógicos,

⁸ A esse respeito, cf. Soller, 1997: 60.

⁹ Miller estabelece uma distinção entre angústia constituinte e angústia constituída. A primeira, a que nos interessa aqui, é a angústia produtora do objeto pequeno a . É nesse sentido que empregamos aqui a palavra constituinte. Cf. Miller, 2004.

¹⁰ Cf. Lacan, 1998 [1960]: 857.

¹¹ Veremos adiante o quanto a expressão *deixar cair* - tradução do *niederkommen lassen* empregado por Freud no caso da jovem homossexual - é paradigmática para a abordagem da passagem ao ato. Aqui, usada na forma não reflexiva, a expressão indica o processo vital de separação e, conseqüentemente, de diferenciação entre sujeito e objeto. Cf. Lacan, 2005: 124-125.

essa perda “à qual o símbolo não suplementa” (Miller, 2005: 44) é o objeto: “insensível pedaço a derivar dali como voz e olhar, carne devorável, ou então seu excremento, eis o que dele vem a causar o desejo, que é nosso ser sem essência” (Lacan, 2003 [1967]: 357). Por intermédio de seus representantes – seio, fezes, voz e olhar –, o sujeito vivenciará, de forma reiterada, a experiência de perda de uma parte de seu próprio corpo.

No que se refere à relação do sujeito com o Outro, a separação também produz um corte. Trata-se de uma operação que desvela falta no Outro e no sujeito. É através do desvelamento da falta no Outro que o sujeito se encontra com a questão do desejo. Lacan afirma que o sujeito se separa do Outro quando ele se coloca no lugar de sua falta através da pergunta “pode ele me perder?” (Lacan, 1988: 203). É somente acatando a falta que recai sobre o Outro, assim como sobre si próprio, que o sujeito pode entrar no jogo do desejo. O objeto *a* é o representante lógico dessas duas faltas e, como tal, é a condição de possibilidade da inscrição do desejo. Safar-se do assujeitamento ao Outro significa, portanto, criar possibilidade de estabelecer com ele um novo enlace que facultará ao sujeito tomar “parte do jogo cuja partida jogará com o Outro” (Souza, 2005: 20).

O resultado dessa operação, ainda que pareça modesto, não é de pouca monta. A operação da separação é promissora no que se refere à possibilidade de o sujeito, em torno da falta do Outro, estruturar o seu desejo, ainda que seja para, em seguida, alienar-se novamente. Aliás, vale lembrar que essas duas operações significantes se alternam num movimento circular: para haver separação é preciso ter havido antes alienação assim como, tendo havido a separação, a alienação ocorrerá necessariamente em seguida. É justamente na conjunção dessas duas operações que a existência do sujeito se compõe.

1.5. A via de acesso ao objeto *a* e o circuito do desejo

Boa parte do trabalho de Lacan no seminário *A Angústia* destina-se a demonstrar o quanto o desejo, para ser causado, depende da extração de um objeto – o *a* – no Outro que garanta um furo, uma brecha, ou seja, um espaço no qual o sujeito possa se situar. Vimos, a partir do esquema da divisão, que a barra no Outro é indicativa de que ele perdeu uma parte sua e de que se criou o espaço

necessário para o sujeito se localizar. Na realidade, essa barra representa o sujeito como aquilo que justamente falta ao Outro.

Mas será pelo caminho inverso sobretudo, a saber, pela vertente da angústia, que Lacan tornará ainda mais evidente o quanto essa brecha no Outro é vital para o sujeito e o quanto a existência do desejo se vê ameaçada quando esse espaço vem a ser ocupado pelo objeto que dele deve ser destacado. Se esse pedaço perdido volta a se apresentar, o Outro se completa - perde a barra - e, conseqüentemente, o sujeito perde seu lugar. A falta de furo no Outro significa, portanto, a inviabilidade do sujeito e do desejo. A vivência subjetiva diante da iminência de a falta faltar é uma das maneiras como Lacan apresenta a angústia¹².

De nossa parte, começaremos por apresentá-la através da distinção de dois estatutos. Uma vez estabelecida, essa distinção favorecerá tanto o manejo clínico quanto a clareza conceitual dos temas que nos ocupam. Trata-se da distinção entre angústia estrutural e angústia fenomenológica, que denominaremos respectivamente, de acordo com Miller, angústia constituinte e angústia constituída.

Ao longo do seminário X, Lacan fornece duas apresentações distintas e complementares da angústia. Enquanto no primeiro movimento do seminário – assim estabelecido por Miller - ele aborda a angústia como sinal do eu, no segundo, é valorizada a angústia referida ao real, a saber, aquela que não engana¹³. Às voltas com a questão acerca daquilo “de que, deve a angústia ser considerada sinal” (Lacan, 2005: 353), Lacan buscará o elo entre essas duas apresentações seguindo a indicação freudiana da angústia como sinal de perigo de vida. Na realidade, o perigo em questão está ligado, segundo Lacan, justamente “ao caráter de cessão do momento constitutivo do objeto *a*” (Lacan, 2005: 352). Deve-se entendê-lo como o corte que o sujeito sofre na própria carne, pelo qual é extraído de sua suposta unidade corporal um objeto para sempre perdido. A situação de perigo, portanto, é a da perda do objeto. Assim, Lacan nos fará entender que a angústia retomada pelo eu como sinal – aquela que assume a função de advertência de perigo - se constituirá em relação a perigos infinitamente mais

¹² Cf. Lacan, 2005: 52.

¹³ Miller divide o seminário X em dois grandes movimentos: no primeiro, o objeto precede a angústia e marca sua presença por aparições; no segundo, é a angústia que produz o objeto que se apresentará através de separações. Cf. Miller, 2005: 57.

leves do que a angústia referida ao real, essa que Miller considera primeira e denomina de angústia constituinte.

A partir de um determinado momento do seminário *A Angústia*, Lacan apresenta o esquema da divisão com uma inversão na posição de dois de seus elementos: o *a* e o $\$$ trocam de lugar. Será o $\$$, e não mais o *a*, que figurará doravante no fim da operação. Essa inversão parece se justificar por uma virada teórica – que, segundo Miller, pode acabar passando “despercebida” (Miller, 2005: 10) – na qual o *a* será situado como termo intermediário entre o gozo e o desejo. Nesse sentido, os três patamares da operação da divisão serão correlacionados por Lacan a três momentos lógicos, de tal modo que a angústia virá a assumir a função mediana entre gozo e desejo.

A		S	Gozo
<i>a</i>		A	Angústia
\$			Desejo

Concebendo essa operação do ponto de vista de seus tempos lógicos, Lacan afirma que a angústia precede o desejo. Essa reconfiguração do esquema da divisão evidenciará que a angústia é constitutiva da função do objeto *a* e que o desejo, por sua vez, depende da superação do tempo que o precede e o fundamenta, a saber, o tempo da angústia. Por essa via, conclui-se que o objeto *a* se constitui primeiramente como produto da angústia para, em seguida, assumir a função de causa do desejo.

É essa angústia, produtora do objeto pequeno *a*, que Miller batiza de angústia constituinte ou angústia produtiva¹⁴. Trata-se da angústia originária, destituída de qualquer significação e situada, do ponto de vista meramente lógico, “antes” da extração de objeto que se efetua no sujeito e no Outro simultaneamente. É nesse sentido que ela é condição da possibilidade não só da angústia fenomenológica ou constituída - que é a angústia labiríntica, é a repetição¹⁵ - como também do desejo.

¹⁴ Cf. Miller, 2005: 55.

¹⁵ Cf. Miller, 2004: 3.

Eis então algo que pode soar contraditório: havíamos sublinhado a tese lacaniana de que a angústia se dá justamente na forma de uma experiência de falta da falta. Agora, a angústia aparece associada à experiência de cessão e perda, de tal modo que o que é vivenciado como angustiante é justamente o movimento sincronizado de extração de objeto no sujeito e no Outro. E no entanto, a cessão do objeto é justamente o movimento pelo qual suprime-se a vivência de uma suposta falta da falta; a perda é, justamente, a condição de possibilidade de a falta se inscrever e, por conseguinte, de o desejo advir, portanto, condição da possibilidade de um cenário incompatível com a descrição do estado de angústia originário. Isso posto, como conciliar a idéia de que a extração do objeto produz angústia com a tese de Lacan segundo a qual a angústia é a falta da falta?

Queremos crer, todavia, que a contradição é apenas aparente, na medida em que o que é aqui denominado angústia constituinte corresponde a um momento mítico concebido a partir de uma exigência lógica do pensamento¹⁶. A angústia constituinte não é “de fato” vivenciada porque ela tem sua sede num “momento” anterior ao da constituição de fato do sujeito que pode, fenomenologicamente, vivenciar algo. Ora, fenomenologicamente, o sujeito sente angústia - na forma da falta da falta - quando, imerso no circuito do desejo, eventualmente faz a experiência fugaz e infável desse seu “anterior”, desse “ainda não” que é a mais concreta ameaça de interrupção de si mesmo como sujeito e, por conseguinte, da sua relação com o Outro e com os seus objetos. Nesse sentido, angústia é sempre vivência constituída da condição e fundamento de sua constituição; é o sentimento de uma falta da falta que remete o sujeito a uma “mítica” e “lógica” completude que é ao mesmo tempo uma condição da concepção do sujeito como cindido e aquilo que mais o ameaça: origem e fim. Daí a necessidade de se pensar a angústia sempre de modo duplo: constituinte e constituída, lógica e fenomenológica, angústia diante do real e angústia como sinal. Daí também a necessidade de se conceber os dois lados da duplicidade a partir de sua distinção de estatuto – fundamento e fundado -, e jamais como distintas e alternativas possibilidades fenomenológicas.

¹⁶ “A angústia como função estaria situada no momento primeiro da constituição do sujeito e do objeto. [...] É uma exigência do pensamento supor sua anterioridade lógica posto que ela é definida como sinal que aponta, que alerta para uma situação de perigo” (Souza, 2005: 18).

Se tudo for assim, não temos nem contradição nem paradoxo. A angústia da perda do objeto, que produz um efeito traumático de separação, de corte na suposta unidade que haveria entre o sujeito e o Outro, é primeira e “*ratio essendi*” na angústia fenomenológica. Sempre já (fenomenologicamente) perdido, o objeto *a* terá aberto caminho para a inscrição do desejo, desejo esse cujo movimento se dará em torno da própria perda. Agora, portanto, angustiante será a reaparição desse objeto que “foi” destacado do sujeito e do Outro, uma vez que ele aparece como o que obturará novamente o furo vital - que sua extração causou - à existência do sujeito. Se esse objeto - que é “apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, diz-nos Freud, por qualquer objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, *a* minúsculo” (Lacan, 1988: 170) - volta a se apresentar, é com a angústia, sob o cariz da falta da falta, que o sujeito terá que se haver.

Lacan sustenta e justifica que, assim como Freud foi obrigado a identificar algo mais primitivo do que a situação de perigo – a angústia primária –, também a ele a experiência conduz nessa direção. Trata-se, então, de tomar a angústia, a partir da virada teórica efetuada por Freud¹⁷, como motor do recalque, cuja tradução nos termos de Lacan será a angústia como causa do desejo¹⁸. A angústia seria

o operador que faria, da exigência pulsional, objeto causa do desejo e que se inscreve, portanto, no momento em que se realiza a ruptura do que Lacan chama mônada primitiva do gozo. Esta mônada é mítica, mas há a necessidade de formulá-la. Correlacionar o gozo a uma totalidade unitária, a um corpo de gozo, significa que o Outro não entra em jogo logo de início” (Miller, 2005: 55-56).

A idéia da perda originária de um objeto comum ao sujeito e ao Outro— o *a* – é condição lógica não só do advento do sujeito como dividido (aquele que se constitui como tal a partir da perda), como da possibilidade de uma relação entre eles. A relação do sujeito com o Outro e com os objetos do mundo se estabelece necessariamente em função da extração do objeto *a*. Daí se explica que o retorno

¹⁷ Em *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926), Freud realiza uma profunda transformação em sua teoria da angústia. Em termos gerais, ele reformula o princípio de causalidade da angústia, passando a considerá-la primária ao recalque e aos destinos da libido no conflito psíquico, e não mais secundária em relação a eles. Cf. Freud, 1990 [1926]: 185 a 187.

¹⁸ Cf. Miller, 2005: 55.

desse objeto provoque angústia. Se ele surge nu e cru, sem a proteção da tela imaginária, a angústia entra em cena indicando que a relação entre o sujeito e o Outro e entre o sujeito e seus objetos está ameaçada e, assim, o circuito do desejo está em vias de ser interrompido.

O que denominamos circuito do desejo fundamenta-se no esquema do circuito da pulsão que Lacan apresenta no seminário XI¹⁹. Superpondo-o ao esquema que representa a constituição circular do objeto do seminário X²⁰, temos então o desenho do trajeto pulsional marcado por pontos de passagem que representam as substâncias episódicas do objeto *a*: seio, fezes, falo, olhar, voz. O objeto *a* propriamente dito é colocado por Lacan no centro desse trajeto, como a causa que faz o circuito funcionar. Ele constitui o furo do circuito; aquilo que o sujeito nunca poderá alcançar²¹.

Movido por essa causa, o sujeito se desloca de um ponto a outro do circuito em busca de objetos que lhe proporcionem a satisfação almejada pela pulsão. Vale ressaltar que Lacan, retomando Freud, afirma que o alvo da pulsão não é outra coisa senão o próprio “retorno em circuito” (Lacan, 1988: 170), isto é, o que a pulsão visa fundamentalmente é manter o movimento circular e contínuo do circuito. Acreditando que esses pontos consistem em seus objetos de satisfação, o sujeito os deseja um após o outro. Ocorre que, sistematicamente, o sucesso da busca é o fracasso da expectativa, que alimenta a expectativa na busca pela próxima etapa, e assim perpetua-se o circuito. “O que é fundamental, no nível de cada pulsão, é o vaivém em que ela se estrutura” (Lacan, 1988: 168). É justamente esse movimento entre um ponto e outro que desenha o circuito da pulsão e do desejo que, como estamos vendo, sustentam-se sobre a base da ausência do objeto *a*, ou melhor, sobre furo central que essa ausência cava. A angústia constitui-se, assim, no momento em que o objeto se apresenta, colocando em risco o movimento vital do circuito.

A apreensão do *a* como o objeto por excelência, que se apresenta do lado da angústia, do lado do real, consiste na grande novidade trazida por Lacan no Seminário X. Assim como a angústia é a via de acesso ao real, ao objeto *a*,

¹⁹ Cf. Lacan, 1988: 169.

²⁰ Cf. Lacan, 2005: 320.

²¹ A esse respeito, afirma Vieira: “Esta posição do objeto da psicanálise pode ser apreendida de modo mais simples: como nada me satisfaz completamente, deduzo que o que quero existe, mas é coisa do outro mundo”. Vieira, 2001: 169.

inversamente, a presença do objeto *a* é a causa da angústia. Fumaça – leia-se: angústia - é sinal de que há fogo – leia-se: objeto *a*. E onde o fogo se apresenta, fumaça não tarda a subir. Vejamos, a seguir, o quanto a passagem ao ato e *acting out* se apresentam como possíveis saídas de emergência, nos momentos em que o sujeito se encontra “na linha de fogo” do objeto *a*.

1.6. A encarnação do objeto *a*

Apresentaremos, nesta seção, um caso clínico que tem como objetivo apontar as vicissitudes de certas saídas ou soluções para a angustiante aparição do objeto *a*. Entre essas soluções, abordaremos especificamente a passagem ao ato e o sintoma como formas válidas e recorrentes de tratamento da angústia, expondo uma apreciação sobre o que os aproxima e o que os distingue quanto a esse fim.

Depois de muitos anos empenhado no enfrentamento direto ao tráfico e à criminalidade, um policial, seguindo “as revelações cristãs” de sua mulher, decide “recolher-se” em um tipo de trabalho mais tranquilo. Sai da favela em que atuava e passa a policiar uma via expressa, onde é surpreendido por um ataque de traficantes. Várias rajadas de fuzil vêm em sua direção, mas, “inexplicavelmente”, é seu companheiro - que não estava na linha de fogo - que é atingido e morto. Nele, o estrago se faz por um furo na manga da farda.

Dois motivos, a princípio desconectados, o trazem para atendimento. O primeiro é o enigma angustiante que esse evento lhe causou: não entende por que não morreu, já que era ele quem estava na linha de fogo. Chega a se perguntar se Deus teria um desígnio especial para ele, uma vez que saiu ileso de uma situação tão adversa. O segundo é que, desde então, quando está de serviço, lhe sobrevém um pensamento “relâmpago” e despropositado de “meter bala” em alguém que esteja próximo dele naquele instante. Teme acabar agindo pela exortação dos pensamentos – “mate ele, mate ela” - ainda que estes lhe pareçam incompreensíveis.

Esse evento traumático tem como efeito uma transformação na sua postura de policial. “Agora virei funcionário público. Entrei para a polícia com o coração, agora funciono com a razão”. Se antes se empenhava, não temia e combatia com gosto, hoje vê que não vale a pena “ficar enxugando gelo” e arriscando sua vida, “que é única”. Refere-se ao combate à criminalidade, do qual lhe restou a

sensação de trabalho em vão, uma vez que “há fila para ocupar o lugar do traficante morto e o esforço realizado não produz resultado”. Esta decisão de ser funcionário público vem acompanhada de uma total falta de estímulo não só com o trabalho, mas com sua vida de um modo geral.

Há também uma mudança no que se refere à postura alerta que mantinha em relação a tudo. Se antes permanecia atento a tudo e todos que o rodeavam, pronto para se defender a qualquer momento, agora acredita que “não adianta fazer força, pois o que tiver que acontecer, acontecerá”. Ao mesmo tempo, mostra-se preocupado com sua distração e desleixo no ônibus: “e se vier alguém por trás e estourar meus miolos?” Essa pergunta vem acompanhada de angústia.

Passa a criticar a corporação, dizendo que está tudo errado dentro da polícia, que há muita injustiça e hipocrisia e que os policiais não são respeitados em seus direitos mais básicos. Cita como exemplo o fato de não o terem deixado retornar ao batalhão para colocar a farda apropriada para o policiamento da praia, quando foi determinado que assumisse esse serviço. Manifesta decepção e revolta por ter sido preso à disposição do comandante ao se recusar a trabalhar sem o fardamento previsto, considerando que houve arbitrariedade e desrespeito. “Fui tratado como um pedaço de carne, não como um ser humano”. Aponta para a farda e afirma: “aqui dentro tem um homem e a polícia não é nada sem o homem”.

Efetuaremos uma escansão do caso em quatro tempos, a partir dos quais evidenciaremos que a contingente irrupção do objeto *a* na cena - materializado na conjunção do cadáver e do furo na farda - implica no traumático encontro do sujeito com o real, do qual a angústia é o mais fidedigno sinal. Seja pela via do sintoma, seja pela do ato, o sujeito forçosamente é lançado na busca de uma saída que o livre da angústia resultante desse encontro.

1.6.1. O tempo da identificação: dentro da farda tem um homem

Ainda que seu ingresso na corporação não tenha sido movido por um ideal prévio de ser policial ou de ser militar, mas pela expectativa por estabilidade financeira, esse sujeito parece ter deparado aí com o exercício de uma atividade que vinha ao encontro de sua visão de mundo. O entusiasmo com a profissão provinha, possivelmente, do ideal de estar instaurando ordem “num mundo que está todo errado, de pernas para o ar”. O desejo, expresso em sua fala, de um dia

ser o “dono do mundo para poder organizá-lo, limpá-lo, torná-lo livre do mal”, parece ser a força motriz de suas ações e incursões como policial.

Enquanto o mundo se apresenta para ele com muitas falhas, todo errado, o desejo de melhorá-lo o põe em movimento. Nesse tempo, portanto, o Outro apresenta-se como deve, ou seja, barrado, marcado pela furo fundamental à existência do sujeito e do desejo. É em torno do furo do Outro/furo do mundo que esse policial sustentava seus ideais, seus desejos e sua fantasia.

A fantasia de ser o dono do mundo e de limpar o mundo é o que permite ao sujeito delimitar o lugar do objeto *a* – do resto, do dejetivo - que não pode ser encontrado. A fantasia é a história que permite situar o sujeito e o objeto na cena; ela constitui uma narrativa capaz de estabilizar a relação entre sujeito e objeto, com o que se fecha o esquema. Enquanto o resto estiver escondido, sendo tomado como furo do mundo, por exemplo, o sujeito age e se movimenta sem problemas.

O desejo de lutar pelo bem, de enfrentar criminosos e de ser um bom policial foi sustentado por esse sujeito durante um longo período. Quando estava colado aos ideais que a farda supostamente ostenta e protegido por ela, esse policial agia com gosto, não temendo nem desconfiando as ordens que lhe eram impostas. Pode-se dizer que, nesse tempo, tinha o “corpo fechado” pela farda.

Não havendo discrepância entre o ideal da corporação e seu próprio ideal, homem e farda formam um só corpo, referenciado ao corpo maior. O ideal apresenta-se aí pelo viés socialmente valorizado, como modelo a ser seguido. A corporação desempenha, nesse tempo, a função de ideal do eu, fomentando seus atos em conformidade com sua fantasia de limpar o mundo.

1.6.2. O tempo do trauma: dentro da farda tem um pedaço de carne

O que se apresenta como traumático e angustiante para esse sujeito pode ser entendido a partir de duas perspectivas complementares em relação à apresentação do real. A primeira diz respeito ao desvelamento do objeto *a* e a segunda concerne à opacidade do desejo do Outro. Vejamos cada uma delas e como elas estão relacionadas nesse caso.

É o surgimento do objeto *a* na cena que parece impossibilitar o sujeito de recompor algo do ideal do policial, através do qual conseguia agir e se satisfazer com a profissão. O corpo caído no chão, que deveria ser o seu, e o furo na farda,

que até então sustentava a imagem inabalável do policial e protegia o homem que nela habitava, irrompem na cena com uma potência traumática, própria das manifestações do real. Marcada pelo rombo do real, a farda doravante expõe o pedaço de carne que, antes, ela bem revestia. Nesse caso, o furo não aponta para a falta, mas para a falta da falta – como já vimos, uma das maneiras pelas quais Lacan define a angústia - justamente por desvelar o que há por trás dele. Ainda que, à primeira vista, pareçam de ordens distintas, o furo e o corpo confluem, na contingência da cena, para o mesmo objeto: o pedaço de carne. Sinal que não engana, a angústia aponta para a presença do objeto *a* desnudado na cena.

Há outras variantes do *a* manifestas nos significantes empregados pelo sujeito no que se refere à relação que passa a vigorar entre o corpo e a farda. Esta, além de não lhe dar mais orgulho e pesar sobre o seu corpo, faz ele se sentir, a cada jornada de trabalho na praia que lhe é designada, como “boi de piranha”. Acredita que pode ser prejudicado a qualquer momento, pois é a “carcaça” dele que está ali, “de frente para um monte de gente hipócrita que começa a apitar” se ele pisa na areia, e “de costas para repórteres de plantão, ávidos para pegar furos dos policiais”.

Se antes, a farda e o homem constituíam um só corpo, agora essa vestimenta se mostrará ineficaz, tanto em sua dimensão simbólica quanto imaginária, para recobrir o real do corpo surgido como carcaça, como pedaço de carne, como boi de piranha. O furo na farda abriu a dimensão do corpo como objeto *a*; a farda não cumpre mais a função de fechar o corpo como antes.

Não se pode dizer que no tempo anterior, o da identificação, algo dessa dimensão já não aparecesse. Certamente ele já fora alvo, muitas vezes, de desacato, de escárnio, desrespeito, injustiça, etc. Mas a diferença é que, antes, o incômodo de ser submetido a uma situação constrangedora, de ser “esculachado”, era facilmente superado, pois não remetia ao real, isto é, à presença do objeto *a*. O “esculacho” inscrevia-se no rol de significantes compartilhados entre os membros da corporação e não produzia, ainda que incomodasse, nenhum efeito traumático próprio do real.

Contudo, ao ter de enfrentar o furo na farda, o sujeito experimenta-se separado do Outro, fora de sua comunidade de reconhecimento, sem a mediação da insígnia fálica ostentada até então por essa vestimenta, o que o mergulha em angústia. Será a partir da dimensão do pedaço de carne desvelado pelo furo na

farda que o que era “esculacho” no tempo anterior, passará a causar nele a angustiante sensação de ser uma “carcaça” de cara para o real.

Foi justamente quando o sujeito tomou a decisão de trabalhar num local mais tranqüilo, com o intuito de satisfazer a intuição religiosa de sua mulher, que o real irrompeu na surpresa de um ataque, causando-lhe a impressão de que o Outro não tem mais lógica. Se, quando estava diretamente envolvido nos confrontos, nada de mal lhe ocorria, e quando resolve se afastar deles, o risco lhe acossa; se era ele que devia ter morrido, uma vez que estava na linha de fogo, e não seu colega, que se encontrava protegido...; logo, o Outro apresenta-se sem regras, sem leis, desgovernado, de modo que “não adianta fazer força, pois o que tiver que acontecer, acontecerá”.

Até então, o Outro vinha se apresentando para esse sujeito de forma razoavelmente previsível: bastava “estar atento a tudo que se passa em volta...”. Vimos que também se apresentava com falhas, defeitos, o que funcionava como causa a mover o sujeito na direção de uma constante tentativa repará-lo. Todavia, de uma hora para outra, o sujeito é surpreendido pela dimensão real do desejo do Outro, desejo que, por ser opaco e desconhecido, suscita angústia. O que o Outro quer dele? Por que preservou sua vida? Terá um desígnio especial para ele? Estourará seus miolos a qualquer momento? Ou o jogará na praia como um boi de piranha? Que objeto, afinal, ele é para o Outro?

A angústia surge quando o Outro aparece dessa forma, completo, sem furo no qual o sujeito possa se situar. Voltando à cena: diante do cadáver do colega e do furo na farda, o que se produz não é a perda do Outro, mas sim a sua completude, a falta da falta, em suma, a angústia.

1.6.3. O tempo do sintoma: “meter bala”, fazer furo

Acossado pela interferência traumática do real em sua vida, o sujeito é convocado a se haver, do jeito que pode, com o objeto que o lança na angústia. Nesse caso, o pensamento recorrente de “meter bala” – que será aqui deslindado – não deixa de se apresentar como uma tentativa de saída, pela via do sintoma, para o impasse instaurado pela apresentação do objeto *a*.

Expressando uma idéia que aponta para a retirada do objeto da cena (ele morto/ela morta), o pensamento que exorta ao ato já é, em sua constituição

mesma, uma solução sintomática para a angústia. Ele é a própria manifestação da tentativa do sujeito de fazer com que o furo no Outro volte a se apresentar. Tirar alguém da cena pode ser a forma de furar o Outro novamente.

A possibilidade de se produzir um sintoma como solução para o acometimento da angústia descarta, a princípio, o ato de ejeção violenta do objeto *a* da cena. O sintoma já é um modo de tratamento da angústia, ainda que, como toda tentativa de defesa, esteja sujeito a falhar e a produzir um excedente do afeto de angústia que continua a gerar desprazer.

Apesar da diferença substancial que há entre o pensamento - localizado aqui no tempo do sintoma - e o ato, sabemos que o sintoma nem sempre se apresenta como uma solução satisfatória no que se refere à possibilidade de o sujeito conseguir domesticar a angústia. Se a passagem da angústia ao sintoma produzir, como *feed-back* indesejável, um retorno à angústia, a passagem da angústia ao ato pode se configurar como uma saída de alcance imediato. Afinal, o ato é, segundo Lacan, o “único correlato polar do lugar da angústia” (Lacan, 2005: 344) e, muitas vezes, a única saída diante dela.

Nesse caso, a passagem ao ato não se mostrou, de saída, como a alternativa para solucionar a angústia. Inscrito no pensamento e expresso na fala, o “meter bala”, tem o estatuto de sintoma e não de ato; o que não exclui a possibilidade, como vimos, de uma passagem ao ato se configurar posteriormente como segunda alternativa para a angústia. Mas, assim como a passagem ao ato e o *acting out* se constituem como tentativas de solução da angústia em ato, o ato de procurar um tratamento não tem causa diferente. A angústia que pode desembocar nessas duas formas arriscadas de ato é a mesma que pode promover o início de uma análise, como ilustra esse caso. É no tempo do sintoma que o início da experiência analítica em questão pode ser localizado.

1.6.4. O tempo do saber fazer com o objeto dejetado

É no tempo do sintoma, também, que a experiência analítica pôde avançar. E no seu avançar, uma possibilidade nova de o sujeito se haver com o objeto se apresenta.

Certo dia, chega muito entusiasmado contando mal haver dormido porque passou a noite refletindo sobre o negócio que está planejando abrir com um

policial que conheceu no batalhão. Decidiu, a partir do incentivo de dois policiais “diferentes do resto das pessoas”, abrir uma loja de *produtos de limpeza* perto de onde mora. Faz a ressalva que “esses policiais são casos particulares, pois a maioria das pessoas não é confiável”.

“Do universal, se pode extrair casos particulares”. É o que a analista lhe diz nesse momento, depois de tê-lo ouvido falar, durante algumas sessões, sobre suas idéias de sujeira/limpeza do universo.

Vinha afirmando que não preza a vida do ser humano como a dos outros seres vivos: “o ser humano não traz nada de bom para o mundo, só destrói. Nem quando morre contribui para o planeta. Tem gente demais no mundo e, por isso, tudo está errado. Gostaria de apertar um botão e eliminar 99% das pessoas”. Com esse pensamento, isola-se em casa: “minha casa é minha ilha”. Contudo, esse isolamento o incomoda, pois vê que o tempo passa e que não tem feito “nada de útil e relevante para si e para o mundo”.

No primeiro tempo, o mundo já se apresentava todo errado para ele, mas vimos que isso mantinha em movimento o circuito do desejo: ele se movia em torno desse furo do mundo. Quando esse furo é obturado pelo objeto *a*, “pedaço de carne”, o sujeito não encontra mais lugar para si no mundo que se apresentou pela via do real. Qual seria então a saída para esse impasse desencadeado pelo objeto *a*, não mais causa de desejo, mas desencadeador de angústia?

A formação de um sintoma é a resposta, já que o sintoma se constitui como uma solução de compromisso – na medida em que confere um lugar para o objeto *a* que evita a supressão do sujeito - que visa a remanejar a angústia. Os pensamentos, a princípio inusitados, de “meter bala” teriam esse propósito. No entanto, esses pensamentos acabam por provocar uma sensação angustiante; é que o sujeito não sabe se estará agindo em conformidade com o comando imperativo proveniente de si mesmo. Isso faz com que esse sintoma se revele, a princípio, precário e instável em sua função de domesticar a angústia que lança o sujeito “em sua miséria suprema” (Lacan, 2005: 182).

Mas eis que esse sujeito consegue retirar de sua cartola – e se há algo de mágico aqui, atribuímos esse poder aos efeitos do inconsciente na análise - uma solução que coincide com a própria idéia de extração do objeto *a* da cena. Afinal, abrir uma loja de *produtos de limpeza*, projeto que faz perder o sono e reanima, se coaduna perfeitamente com a tarefa de extrair a sujeira do mundo.

É inegável a correlação entre a construção fantasmática de ser o dono do universo, aquele que há limpar e organizar, e a idéia de abrir uma loja de produtos que cumprem esse fim. Ainda que o sujeito não perceba essa correlação, a transformação que se efetua nele a partir dessa idéia - da ordem de uma “revelação”²² do inconsciente - evidencia que há algo na relação com o objeto de limpeza que lhe possibilitará ressituar-se como sujeito desejante no circuito.

Sem que o próprio sujeito ou “ele/ela” precisem ser ejetados da cena, o objeto *a* volta a exercer sua função de causa, colocando o circuito novamente em marcha pela materialização do objeto “produto de limpeza”, que vai varrer a sujeira do mundo. Assim, diante do impasse apresentado pela encarnação dessa sujeira no objeto “pedaço de carne”, uma saída favorável apresenta-se pela mesma via do objeto *a*. A constituição de um sintoma que solucione esse impasse diz respeito a um saber fazer com o objeto de um outro modo.

²² Trata-se aqui de uma alusão tanto à “revelação cristã”, quanto à dimensão de revelação da palavra, do primeiro momento do ensino de Lacan. Cf. nota 2, p. 4.

Capítulo 2: O objeto a na cena

A cena é interminável como a linguagem: ela é a própria linguagem, apreendida no seu infinito, essa “adoração perpétua” que faz com que, desde que o homem existe, *isso não pare de falar*.

Roland Barthes

2.1. Enquadrando a angústia

Logo na primeira lição do seminário X, Lacan dispõe, na estrutura de um quadro de nove casas, os três termos que constituem o título do artigo de Freud: *Inibição, Sintoma e Angústia*. A disposição desses termos em três patamares distintos do quadro é uma clara indicação de que eles não são do mesmo nível¹. Os eixos que orientam esse esquema, que tem estrutura semelhante à do plano cartesiano, são “dificuldade” e “movimento”. Esses eixos configuram-se como um desdobramento, como uma decomposição conceitual da inibição, separando, segundo Miller, o funcionamento (movimento) e o entrave do funcionamento (dificuldade)².

	Dificuldade		
	Inibição	Impedimento	Embaraço
Movimento	Emoção <i>Émotion</i>	Sintoma	Passagem ao ato
	Perturbação <i>Émoi</i>	<i>Acting Out</i>	Angústia

O eixo do movimento - ainda que não haja uma referência explícita de Lacan quanto a isso - pode ser entendido como o eixo corporal³. Nele, configura-se uma escala crescente de movimento cujo ponto de partida é a inibição, situada

¹ Cf. Lacan, 2005: 18.

² Cf. Miller, 2005: 14.

³ Essa leitura foi realizada por Marcus André Vieira em seu seminário *Estilhaços do Outro*, ministrado no ano de 2005 na Escola Brasileira de Psicanálise. Muitas das considerações expostas neste capítulo foram inspiradas nas idéias desenvolvidas por Vieira nesse seminário.

no ponto zero. Seguem dois níveis de aumento de movimento em relação à inibição. Lacan chama o primeiro de *émotion*, que se costuma traduzir por emoção, e o segundo de *émoi*, que pode ser traduzido por perturbação, esmagamento ou efusão⁴.

A emoção refere-se, etimologicamente, ao movimento. Trata-se aqui, segundo Lacan, do movimento que se desagrega, do movimento fora do campo adaptado da ação motora. Bem mais adiante, na penúltima lição do seminário, Lacan dirá que “a emoção em pauta é a valorizada pelas experiências calcadas no confronto com a tarefa, quando o sujeito não sabe onde responder” (Lacan, 2005: 347). Ou seja, a emoção está ligada a um “não saber” do sujeito.

Para falar do *émoi*, ele recorrerá também à etimologia, através da qual chega à idéia de algo que se apóia fora do princípio do poder, fora da potência. O *émoi* é “chamamento à desordem ou até ao motim” (Lacan, 2005: 21), evocando a idéia de comoção pública. Unindo essas duas referências, a perturbação descreveria, então, uma ação desorganizada, que perde sua potência, uma vez que o grau de movimentação estaria muito elevado. Num momento posterior, Lacan chegará a afirmar que o *émoi*, por evocar alguma coisa da ordem do fora de si, é o próprio *a*⁵.

O outro eixo é denominado por Lacan de eixo da dificuldade. Não se trata da dificuldade no sentido objetivo de movimentação, mas de uma dificuldade subjetiva. Seria o caminho da dificuldade do sujeito quando ele avança em direção ao gozo⁶. Quanto mais próximo do gozo, mais difícil é para o sujeito. O gozo é situado por Lacan nesse ponto mais nevrálgico.

O impedimento é o termo que, nesse eixo, não só sucede à inibição como, segundo Lacan, não passa de uma duplicação dela. Não é a função ou o movimento que estão impedidos ou inibidos, mas o próprio sujeito. O impedimento é determinado por uma armadilha narcísica que faz com que o sujeito seja capturado, no mesmo movimento que o leva para o gozo, pela sua própria imagem especular⁷. O segundo nível do eixo da dificuldade é o embaraço

⁴ A tradução brasileira do seminário X, estabelecido por Miller, propõe “efusão” para o termo *émoi*. Consideramos que “perturbação” descreve melhor em nosso idioma a natureza do afeto que Lacan quer designar.

⁵ Cf. Lacan, 2005: 338.

⁶ Cf. Lacan, 2005: 19.

⁷ Cf. Lacan, 2005: 19.

(*embarras*). Continuando sua investigação etimológica, Lacan afirma que o embaraço é o sujeito – S - revestido de barra, $\$$; é a vivência da barra pesando sobre o sujeito. O fato de o sujeito ser estruturalmente barrado não significa que quanto mais barra houver, mais o sujeito será sujeito. Ao contrário. No embaraço, o sujeito encontra-se apagado, esmagado pelo seu próprio gozo, pelo peso do objeto *a*.

No quadro proposto por Lacan, cada eixo se inicia no zero da inibição, cresce no campo do sintoma e acaba na angústia. Trata-se de um esquema fechado, com seus limites bem definidos e, mesmo que a angústia seja tomada como ponto de partida, a recíproca é verdadeira. Aliás, é assim que faremos nossa leitura desse quadro: partiremos da angústia em direção aos outros elementos. Assim, estaremos de acordo com a construção teórica de Lacan realizada no seminário X, bem como com a segunda teoria da angústia de Freud.

Seguindo a indicação de Lacan de referir cada termo ao primeiro de sua coluna, no alto, e ao primeiro de sua fileira, à esquerda⁸, procuraremos a correlação que pode ser estabelecida entre a angústia e a passagem ao ato através das coordenadas do embaraço e da emoção, e entre a angústia e o *acting out*, cujas coordenadas são o impedimento e a perturbação. É da angústia, portanto, que se partirá para estabelecer certas conexões entre alguns termos dispostos no esquema.

Dos elementos de que Lacan se serve para estruturar esse quadro, a angústia é o único afeto que não engana quanto ao real. Justamente por ser a via de acesso ao objeto *a*, ou seja, a via de acesso ao que não é significante⁹, é ela que poderá orientar - da mesma forma que orienta o analista na condução de uma análise - uma leitura não enganosa do quadro. A propósito, Miller nos alerta quanto à distância a ser tomada do enquadramento significativo da angústia que, tal como um peixe que não se deixa pegar pela rede, escapa à rede de significantes¹⁰. Ainda que não se deixe apreender como um conceito, “a angústia é enquadrada” (Lacan, 2005: 85) e se faz acompanhar por elementos– sintoma, inibição, *acting*

⁸ Cf. Lacan, 2005: 337.

⁹ Cf. Miller, 2005: 11.

¹⁰ A advertência de Miller (cf. Miller, 2005: 11) aponta na mesma direção da de Lacan quanto ao quadro proposto: “em se tratando da angústia, cada malha só tem sentido ao deixar o vazio em que existe a angústia” (Lacan, 2005: 18). Por outro lado, em outra passagem do seminário, Lacan afirmará que “é enquadrado que se situa o campo da angústia” (Lacan, 2005: 86).

out e passagem ao ato, como nos mostra o quadro – que, de diferentes formas, visam ao mesmo propósito: solucioná-la.

A angústia se realiza na encruzilhada entre o máximo do embaraço e o extremo da perturbação (*émoi*). É no auge da tensão causada pelo excesso de significantes do Outro e pelo alto grau de perturbação que o encontro com o objeto *a* provoca que a angústia incidirá sobre o sujeito.

Lacan fará a ressalva de que, embora estando ligada ao *émoi*, a angústia não decorre deste, mas, ao contrário, o determina. Isso se explica pelo fato de a angústia ser desprovida de causa. Lembremos que a angústia é constituinte do objeto causa de desejo e não constituída por ele, portanto, não há causa que a preceda. Logo, em vez de ser causa da angústia, a perturbação é

coordenada ao momento de aparição do *a*, momento do desvelamento traumático em que a angústia se revela tal como é, como aquilo que não engana, momento em que o campo do Outro fende-se e abre para seu fundo (Lacan, 2005: 339).

Fato é que a perturbação não poderá preservar a causa que a angústia constituinte produziu e, dessa forma, a angústia ressurgirá em sua dimensão desprovida de causa. Mas não de objeto, como adverte Lacan. É assim, fundamentalmente, que ele situa a angústia. Ela não só não é sem objeto, “como designa o objeto mais profundo, o mais derradeiro, a Coisa” (Lacan, 2005: 338-339). Daí seu caráter não enganador e, por isso mesmo, absolutamente embaraçoso e perturbador.

2.2. A cena do sujeito e do Outro

É a partir do conceito de cena, desenvolvido no seminário *A Angústia*, que Lacan estabelece a oposição entre *acting out* e passagem ao ato¹¹. Antes, portanto, de continuarmos a investigação em torno do quadro da angústia, traremos para a cena desse capítulo essa referência de Lacan que, como veremos, se coaduna com a idéia de enquadramento proposta no esquema em questão.

Lacan salienta a distinção que há - referindo-se à Lévi-Strauss, mas marcando uma diferença em relação a ele - entre o mundo, tal como ele é, e a

¹¹ A esse respeito, cf. Miller, 2005: 75.

cena, lugar em que as coisas do mundo viriam a se dizer. “O primeiro tempo é o mundo” (Lacan, 2005: 42), enquanto a cena, onde se faz a montagem desse mundo, se realiza em um segundo tempo. Mas afinal que mundo é esse mencionado por ele? Trata-se do mundo material, “que equivale ao que Lacan chamava nos primeiros Seminários o real exterior ao simbólico, isto é, o real não atravessado pelo simbólico” (Rabinovich, 2005: 41). A diferença entre esses tempos decorre da consideração de que “todas as coisas do mundo vêm colocar-se em cena segundo as leis do significante, leis que de modo algum podemos tomar de imediato como homogêneas às do mundo” (Lacan, 2005: 42-43). A cena, então, permitiria o surgimento daquilo que no mundo não pode ser dito.

Lacan questiona então se isso que se costuma acreditar ser o mundo não seria simplesmente o resultado dos restos acumulados da cena, ou seja, o que lhe é devolvido da cena. Ainda que não responda afirmativa ou negativamente, somos levados a crer que é somente a partir da cena que isso que se chama de mundo se apresenta. Nos seus termos: “uma vez que a cena prevaleceu, o que acontece é que o mundo é inteiramente montado nela” (Lacan, 2005: 43). Logo, mundo e cena tendem a se mostrar, habitualmente, superpostos.

Finalmente, Lacan introduz um terceiro tempo, evocando Hamlet para ilustrá-lo: trata-se da cena dentro da cena. Lembremos que Hamlet recruta uma companhia de atores peregrinos para fazer subir ao palco uma encenação – da peça "A Morte de Gonzago" - que reproduza as circunstâncias da morte de seu pai. Seu objetivo é testar a consciência do rei Claudius, apontado pelo fantasma de seu pai, ávido de vingança, como sendo seu assassino. Hamlet então faz com que se represente numa cena o crime que ele não consegue levar a cabo na sua própria cena.

Esse personagem, cujo desejo não consegue animar-se para fazer a vontade do ghost, do fantasma de seu pai (...) tenta dar corpo a alguma coisa que passa por sua imagem especular, sua imagem posta naquela situação; não consumir sua vingança, mas primeiro assumir o crime que depois será preciso vingar (Lacan, 2005: 45).

Contudo, segundo Lacan, não será pela via da identificação com a imagem especular, propiciada pela cena dentro da cena, que Hamlet conseguirá fazer o que tem que ser feito, mas sim pela via de uma “identificação mais misteriosa, cujo

enigma começa a ser desenvolvido aí, com o objeto do desejo como tal, *a*” (Lacan, 2005: 46).

Temos assim três tempos: o mundo, a cena e a cena dentro da cena. Forçando uma leitura esquemática deles, poderíamos propor a equivalência entre o mundo e o real, entre a cena e o simbólico e entre a cena dentro da cena e o imaginário. Essa equivalência é, ao menos em parte, corroborada por Lacan, quando ele marca a distinção entre dois desses registros:

[...] de um lado, o mundo, o lugar onde o real se comprime, e, do outro lado, a cena do Outro, onde o homem como sujeito tem de se constituir, tem de assumir um lugar como portador da fala, mas só pode portá-la numa estrutura que, por mais verídica que se afirme, é uma estrutura de ficção (Lacan, 2005: 130).

O real é, *a priori*, o que está fora da cena. A cena em questão é a cena simbólica que, em relação ao real, segundo Miller, está do mesmo lado da cena imaginária¹². A cena dentro da cena, como os próprios significantes indicam, é montada no simbólico, mas possui um grande peso do imaginário. Quanto a ela, veremos que o *acting out* será seu mais expoente exemplo.

Antes passar à análise das formas de ato a partir de sua relação com a angústia e com o objeto *a*, convém expor em termos gerais, a fim de evitar futuros mal-entendidos, a interpretação de Miller acerca do *acting out* e o modo como tendemos compreendê-la. De saída, parece surgir alguma incompatibilidade entre a explicação do *acting out* como surgimento do objeto *a* na cena¹³ e sua caracterização a partir da noção de cena dentro da cena.

Observa-se que, a rigor, Miller não concentra sua interpretação em torno do chamado terceiro tempo. Volta-se essencialmente à cena e ao mundo. A cena, segundo ele, é o que se mostra, o que aparece, enquanto o mundo é o que permanece escondido. É justamente com base na distinção entre esses dois registros e inspirado no esquema ótico de Lacan que Miller apresenta um esquema para pensar não só a dialética entre passagem ao ato e *acting out*, mas também entre sadismo e masoquismo e entre luto e melancolia.

¹² Cf. Miller, 2005: 75.

¹³ Cf. Miller, 2005: 75.

Servindo-se do método lacaniano de desviar as operações do campo matemático para pô-las em função no discurso analítico, Miller fará uso do sinal matemático mais (+), dando-lhe “o valor da ultrapassagem de um limite, um limite que faz barreira uma vez que oferece uma resistência” (Miller, 2005: 69). A referência de Lacan utilizada aqui é o esquema ótico, no qual o espelho funciona como a barreira que impede o sujeito de ver o objeto pequeno a . Em condições normais, o sujeito só vê os objetos que têm a estrutura de $i(a)$, ou seja, os objetos imaginários, especularizáveis, que não provocam angústia. Conforme essa barreira seja mantida ou não, haverá, segundo Miller, duas vicissitudes possíveis: ora o objeto a fica em seu lugar e nada a mais perturba o sujeito, o que ele escreve algebricamente como $i(-) a$; ora o objeto a ultrapassa a barreira – $i(+)$ a - e há perturbação, desordem, motim.

$$\begin{array}{c|c} \frac{i(a)}{a} & i(-) a \\ & i(+) a \end{array}$$

Nessa matriz, a cena - aquilo que se mostra, o que aparece - é o que está sobre a barra ou o que figura à direita em cima. O mundo que figura a realidade do organismo está embaixo, sob a barra, escondido. O $i(+)$ a indica o surgimento do objeto a na cena, isto é, o *acting out* “com seus efeitos de perturbação e desordem, insituáveis” (Miller, 2005:75). Ora, a dificuldade que encontramos nessa interpretação assim se expressa: se podemos descrever a irrupção da angústia como efeito do surgimento do objeto a na cena – e acreditamos nisso por tudo o que vimos até então –, então conceber o *acting out* nos termos de Miller é assimilá-lo à angústia e desqualificar sua interpretação como “resposta”. Nesse sentido, parece-nos decisiva a indicação do terceiro tempo. A cena dentro da cena aparece como o espaço em que o sujeito se mostra capaz, por um lado, de evitar o objeto a como iminência e ameaça de destruição de toda a cena e, por outro, assimilá-lo numa forma de ato alternativa em relação ao princípio da ruptura que governa a passagem ao ato. Acreditamos entretanto que a leitura de Miller é apenas aparentemente incompatível com a tese do *acting out* como resposta, na medida em que a fórmula da introdução do objeto a na cena, mesmo na ausência

de uma referência explícita ao “terceiro tempo”, não deve ser, aqui, lida como a fórmula da angústia fenomenológica, e sim como a descrição de um dos possíveis mecanismo subjetivos de negociação com a sua iminência.

Feita essa distinção, que retomaremos a seguir, partiremos da concepção de que o esquema acima – o quadro da angústia - desenha a cena do mundo¹⁴. É nessa cena, compreendida entre inibição e angústia - pontos extremos de parada de movimento e de máxima agitação, respectivamente - que o sujeito se situa. Tanto o ponto de pura inibição quanto o seu oposto, a pura agitação, configuram o limite, o fim do campo subjetivo – no sentido de que aí não haveria mais sujeito. A vida, portanto, se situa entre o nada subjetivo da pura inibição e a dissolução subjetiva da angústia. Entre eles, e não fora deles.

Esse esquema pode ser lido, então, como uma delimitação do campo subjetivo, campo esse que vem a ser também o campo do Outro. Mas o esquema permitirá sobretudo demonstrar a articulação que há entre o objeto *a* e as formas de ato ali delineadas por Lacan. Passagem ao ato e *acting out* formam um binário clínico preciso que será descrito e articulado a este campo.

2.3. Do(i)s atos, enfim, em questão

A passagem ao ato e o *acting out* são figuras clínicas que, como veremos, ilustram muito claramente a idéia da extração do objeto. Presente constantemente na clínica, esse binômio expressa algo de decisivo da constituição do sujeito: ele deixa claro que é preciso que um objeto fundamental seja extraído do Outro. É nesses termos que Lacan caracteriza, como vimos, o objeto *a*; como aquilo que resta, no processo de constituição do sujeito, da produção concomitante de um furo no Outro e de um corte na suposta unidade do sujeito.

Essas formas de ato serão definidas por Lacan em relação à emergência do objeto *a* e à angústia. A angústia surge quando o objeto *a*, que deveria estar fora da cena, irrompe nela, despido de qualquer roupagem imaginária. Esse encontro do sujeito com o objeto *a* perturba a ordem do mundo. Há de surgir, então, uma

¹⁴ Essa idéia foi desenvolvida por Marcus André Vieira em seu seminário *Estilhaços do Outro* ministrado no ano de 2005 na Escola Brasileira de Psicanálise.

saída para essa “queda essencial do sujeito em sua miséria suprema” (Lacan: 2005: 182), quando ele faz a experiência de se aproximar desse ponto de angústia.

Nossa leitura do quadro proposto por Lacan procurará mostrar que o *acting out* e a passagem ao ato são duas maneiras extremas de o sujeito recompor seu mundo, de enquadrá-lo novamente, ao deparar com o objeto que causa a angústia. Essas modalidades de ato apresentar-se-ão como maneiras de resolver a angústia, como soluções, quais sejam, a de colocar o objeto na cena de um outro modo e a de lançá-lo para fora dela, respectivamente. No *acting out*, o objeto se manterá presente, mas com uma vestimenta que lhe permite figurar disfarçadamente na cena; já na passagem ao ato, o objeto deve ser dela excluído. Tratam-se de dois mecanismos fundamentais de lida com o objeto *a*.

Vejamos então, separadamente, como se dá o funcionamento de cada uma dessas formas de ato, remetendo-as às coordenadas a que estão referidas no quadro da angústia. Reforçaremos de antemão a distinção que Lacan estabelece entre elas ao afirmar que “tudo que é *acting out* é o oposto da passagem ao ato” (Lacan, 2005: 136). Seja a primeira.

2.3.1. *Acting out*

Já no final do seminário X, ao retomar a estrutura do quadro da angústia a fim de dispor nele outros elementos - que substituirão os termos ora empregados, mas mantendo uma certa relação com eles -, Lacan afirmará que “quando se trata de definir o que é o ato, único correlato polar da angústia, só podemos fazê-lo situando-o ali onde ele está nessa matriz, no lugar da inibição” (Lacan, 2005: 344). A explicação virá em seguida, após ter ele reiterado sua concepção prévia de ato – que já se encontra em seus primeiros seminários – como uma ação que tem o caráter de uma manifestação significante na qual se inscreve o desejo. Seguindo o mesmo raciocínio segundo o qual inibição, desejo e ato ocupariam o mesmo espaço no quadro, ele afirmará, então, que a idéia de ato deve ser fundamentada em sua relação com a inibição.

Ainda que Lacan não esteja se referindo aí ao *acting out* ou à passagem ao ato, mas ao ato em sua acepção genérica, convém identificar como a correlação entre ato e inibição pode ser estendida a essa forma de ato específica, chamada *acting out*.

O *acting out* configura uma tentativa de saída para um sujeito preso entre o impedimento e a perturbação. Conforme vimos, o impedimento é uma duplicação da inibição. O que os distingue é o fato de o impedimento ser a via por onde a inibição se manifesta mais explicitamente, ou seja, ele a evidencia¹⁵. Referido ao impedimento - que, tal como a inibição, evita a emergência do objeto *a* através de uma captura narcísica do desejo -, o *acting out* é um fazer do sujeito que, segundo Lacan, parece ser mais “da ordem da evitação da angústia” (Lacan, 2005: 130), como também é a inibição.

Em contrapartida, sua outra coordenada – a perturbação – torna o *acting out* um ato que supera qualquer manifestação de inibição. A perturbação imprime a esse agir todo o movimento corporal necessário, ainda que desorganizado, para que ele se oponha ao grau de paralisação implicado na inibição. Logo, o *acting out* não deixa de se apresentar como uma tentativa de evitar da angústia, assim como a inibição, mas que se realiza por uma via diferente ou mesmo oposta a esta. Vejamos seu traçado.

Esse fazer caracteriza-se pelo fato de que aquilo que aciona a angústia, ou seja, o objeto *a*, é trazido para a cena de um modo particular. Trata-se de enquadrá-lo numa cena dentro da cena. Assim, quando o objeto sobe à cena – que aqui pode ser entendida como sinônimo de palco -, ele logo é captado pelos “logros do significante” (Miller, 2005: 76) e pela roupagem imaginária, ficando noutro lugar o real, do qual a angústia é sinal. Monta-se aí uma cena dentro da cena, cujo propósito é redimensionar o objeto causador da angústia *a* mais: *i (+) a*. O *acting out* constitui-se, portanto, como uma encenação do sujeito com o objeto dentro da cena.

Lacan salienta o caráter demonstrativo dessa encenação, sua orientação para o Outro.

O *acting out* é, em essência, a mostraçã, mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si. Ela só é velada para nós, como sujeito do *acting out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade. Ao contrário, ela é, antes, visível ao máximo, e é justamente por isso que, num certo registro, é invisível, mostrando sua causa (Lacan, 2005: 138-139).

¹⁵ É assim que interpretamos a seguinte passagem em que Lacan traça a diferença entre inibição e impedimento: “Nossos sujeitos ficam inibidos quando nos falamos de sua inibição, e nós mesmos ficamos ao falar em congressos científicos, mas no dia-a-dia, eles ficam mesmo impedidos. Estar impedido é um sintoma. Ser inibido é um sintoma posto no museu” (Lacan, 2005: 19).

Contudo, dirá ele, “o essencial do que é mostrado é o resto, sua queda, o que sobra na história” (Lacan: 2005: 139). É esse objeto que resta, com ares de dejetivo e de perda, que fundamentalmente constitui a causa do desejo. O que aparece em cena no *acting out* é a demonstração de um desejo desconhecido para o sujeito.

Nesse ponto, o caso de Kris, considerado por Lacan em diferentes fases de seu ensino, voltará a ser mencionado aqui por seu caráter ilustrativo da “mostração” do objeto *a* – os miolos frescos – na cena da análise. Inicialmente, Lacan abordou esse caso a partir da concepção de que o *acting out* revelaria, assim como a alucinação, o surgimento no real daquilo que foi cerceado do simbólico. Nesse sentido o feito do sujeito de ir comer miolos frescos após a sessão de análise indicaria que o analista não abordou a questão do paciente no interior do registro simbólico.

Lacan retoma esse caso no seminário X, fazendo-nos reconhecer o que ele designa como a “libra de carne” (*loc.cit.*), outra forma dele falar do objeto pequeno *a*. O comer miolos frescos é um exemplo vivo do que ele entende como *acting out*. Neste ato, o sujeito apresenta ao Outro - no caso, ao analista - o que faz a vez de objeto *a* para ele. Como o objeto *a* acena para o que é da ordem do real do corpo, da libido, do sexual, na análise do paciente de Kris, o objeto oral posto em cena revelará algo do modo de gozo do sujeito.

Mas se, ao invés de “reduzir seu paciente com os recursos da verdade” (*loc.cit.*), Kris tivesse lançado luz sobre o cérebro em questão nessa análise, o paciente não precisaria tê-lo comido para, com esse feito, trazê-lo à cena do tratamento. A interpretação de Kris de que seu paciente é plagiado, e não plagiador, acaba por anular o sujeito, fazendo ele desaparecer. E o efeito disso é o retorno do objeto.

Com os miolos frescos, o paciente simplesmente faz um sinal para Ernst Kris: tudo o que o senhor diz é verdade, mas simplesmente não toca na questão; restam os miolos frescos. Para mostrá-lo ao senhor, vou comê-los ao sair, para lhe contar isso na próxima sessão (*loc.cit.*).

No contexto da análise, o *acting out* não tem como deixar de ser relacionado ao manejo e à conduta do analista. “É carta cifrada, mensagem dirigida ao Outro, esse que habita a fantasia do analisante e que num determinado

tempo da cura se encarna no analista” (Souza, 1991: 3). Ele constitui-se necessariamente como uma resposta - da ordem dos feitos - dada pelo sujeito à falta de prumo do analista na condução do tratamento. Lacan expressa esse extravio do analista da seguinte maneira: “o *acting out* sem análise é a transferência” (Lacan, 2005: 140). Com essa declaração, ele sublinha a presença do analisante e a retirada do analista da cena da análise¹⁶.

Nesse seminário, Lacan estabelece ainda uma distinção muito clara entre o *acting out* e o sintoma, afirmando que enquanto o primeiro clama pela interpretação, não é da natureza do segundo ser interpretado. Ele dirá:

o sintoma, por natureza, é gozo, não se esqueçam disso, gozo encoberto, sem dúvida, *untergebliebene Befriedigung*, não precisa de vocês como o *acting out*, ele se basta (Lacan, 2005: 140).

Com isso, não se quer dizer que, em se tratando do sintoma, a interpretação não seja possível, mas sim que a condição para que ela proceda é que a transferência esteja estabelecida.

Já o *acting out*, diferentemente do sintoma, é o começo da transferência. Contudo, “é a transferência selvagem. Não é preciso análise, como vocês desconfiam, para que haja transferência. Mas a transferência sem análise é o *acting out*” (Lacan, 2005: 140). Assim articulado, o *acting out* é um ato que encontra na transferência o lugar privilegiado de sua encenação. Logo, a transferência é a condição sob a qual o analista tem que se curvar para saber como lidar com ele.

É tarefa do analista, em cada caso, indagar “como se pode domesticar a transferência selvagem, como fazer o elefante selvagem entrar no cercado, como pôr o cavalo na roda para fazê-lo girar o carrossel” (Lacan: 2005:140). Aplicando essa idéia à perspectiva do surgimento do objeto *a* na cena da análise, podemos dizer que o analista deve saber agir com o *acting out* que se oferece à sua interpretação, para fazer girar o circuito do desejo.

¹⁶ A esse respeito, cf. Souza, 1991: 3.

2.3.2. Passagem ao ato

O embaraço, no eixo da dificuldade, e a emoção, no do movimento, constituem as coordenadas da passagem ao ato. Essa forma de ato pode ser situada, então, na seguinte encruzilhada: o sujeito encontra-se afetado, por um lado, por um embaraço extremo e, por outro, pelo acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. Enquanto o embaraço leva o sujeito a uma posição difícil que impossibilita o movimento na ação e na palavra, a emoção resulta num movimento desordenado que se caracteriza pela agitação no registro do corpo. “Posição insuportável entre o peso do significante do Outro e o objeto que impulsiona para o movimento” (Vidal, 1993: 218). A passagem ao ato configura-se, então, como uma saída tomada pelo sujeito quando ele se encontra sob a pressão dessas coordenadas.

Lacan identifica duas condições essenciais à realização do que se chama propriamente de passagem ao ato. A primeira – que mais nos interessa aqui – é “a identificação absoluta do sujeito com o *a* ao qual ele se reduz” (Lacan, 2005: 125), enquanto a segunda consiste no confronto do desejo com a lei. No caso da jovem homossexual de Freud, ambas as condições se realizam e desembocam no ato em que ela *niederkommt*, cai na linha férrea. A passagem ao ato se realiza quando a jovem homossexual, deparando com o olhar colérico de seu pai – embaraço extremo – e com a ameaça de abandono da dama – emoção intensa –, se precipita nos trilhos do bonde.

A partir do emprego do verbo *niederkommen* por Freud para descrever o ato da jovem homossexual, Lacan firmará posição quanto ao que se passa com o sujeito numa passagem ao ato. Vale ressaltar que Freud explorou os diferentes sentidos a que este verbo se presta, relacionando-os ao ato no caso em questão.

Niederkommen significa “parir”, assim como, pela sua composição etimológica, “vir abaixo”, “despencar”. Lacan valorizará esse significante para apontar o que está em jogo na passagem ao ato. Ele retoma o verbo *niederkommen* associado ao verbo *lassen* em sentido modal – *niederkommen lassen* – cuja tradução seria “deixar cair” ou, como ele também sugere, “largar de mão”¹⁷,

¹⁷ Na verdade, Lacan faz aqui um jogo de palavras entre o *laisser tomber* e o *se laisser tomber*. “Largar de mão” é uma tradução possível para a expressão francesa *laisser tomber*, que admite outras: abandonar, deixar de lado, negligenciar, recuar, etc. Já “deixar-se cair” seria a tradução para *se laisser tomber*.

afirmando que esse “é o correlato essencial da passagem ao ato” (Lacan, 2005: 129).

Não negligenciaremos o fato de que o verbo modal indica como o sujeito se posiciona subjetivamente diante de uma ação. De acordo com o verbo modal empregado junto ao verbo que caracteriza a ação, saberemos mais a respeito do posicionamento do sujeito, por exemplo, se ele quer (*will*), se ele é capaz de (*kann*), se ele está autorizado a (*darf*), se ele precisa (*muss*), e, finalmente, se ele deixa (*lässt*) ou se deixa (*sich lässt*) fazer alguma coisa. Queremos apontar com isso que no *niederkommen lassen*, no deixar cair, aparece algo da posição ativa do sujeito, ainda que essa composição remeta a um sentido mais passivo por conta do verbo “deixar”. Se acrescentarmos o *sich*, a ação ganhará caráter reflexivo e o “deixar-se cair” indicará que é o próprio sujeito que cai.

Ora, mas ele cai da cena como objeto ou como sujeito? O que caracteriza a passagem ao ato? É a queda do sujeito, a queda do objeto ou, necessariamente de ambos, o primeiro identificado ao segundo? E ainda: quem se acha ativo nesse ato, o sujeito ou o objeto? Todo esse jogo com a composição significativa *niederkommen lassen* parece-nos muito significativo quanto ao que pode ser desenvolvido, no tema da passagem ao ato, em relação ao sujeito, ao objeto e à atividade/passividade do ato. Vejamos que encaminhamento podemos dar a essas questões.

Lacan chega à proposição de que o “largar de mão” é correlato à passagem ao ato após haver afirmado que “o *niederkommen* é essencial para qualquer relacionamento súbito do sujeito com o que ele é como *a*” (Lacan, 2005: 124). Portanto, ser como *a*, “largar de mão” ou “deixar-se cair” como objeto da cena constituem três maneiras de descrever o efeito que se produz – a passagem ao ato - quando há uma conjunção dos elementos que, por estrutura, devem se manter disjuntos: sujeito e objeto.

Na fórmula da fantasia ($S \diamond a$), a passagem ao ato está, segundo Lacan, do lado do sujeito: ele apareceria aí maximamente apagado pela barra, permanecendo identificado ao objeto que cai ($/ \diamond a$). É na confluência entre embaraço - no qual o sujeito desvanece sob a barra que pesa sobre ele - e emoção que,

(...) do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu *status* de sujeito -, ele se precipita e despenca fora da cena (Lacan, 2005: 129).

Mas o fundamental em questão na passagem ao ato é a extração do objeto *a* da cena. O mecanismo acionado por essa forma de ato revela como se torna imperioso para o sujeito, numa circunstância determinada pela angústia, deixar cair um objeto da cena como tentativa de restabelecer a condição do circuito do desejo. Sabemos que essa condição é que o furo e a falta não faltem. Se faltarem, em vez do desejo, ou melhor, como reverso dele, é a angústia que advém.

Desse modo, a passagem ao ato se configura como uma saída para esse momento crítico em que o furo não se apresenta. Trata-se, nessa forma de ato, justamente de fazer um furo nesse Outro que se completa com a apresentação do objeto *a*. Logo, esse objeto deve sair de cena de qualquer modo, ainda que seja o próprio sujeito, por ora, identificado ao objeto *a*. Na passagem ao ato, o sujeito deixa cair alguma coisa ou se deixa cair para sair deste lugar. Agora, o Outro que estava todo completo volta a ter um hiato. Numa passagem ao ato, o sujeito “se precipita e despenca fora da cena” (*loc.cit.*), evade-se da cena simbólica caindo como objeto, ou melhor, tornando-se objeto em ato.

Tentando franquear o limite existente entre a cena e o mundo, o sujeito retorna, com seu ato, à posição de exclusão original do lugar do Outro. *Niederkommen* é o significante que vincula o sujeito com a opacidade do que ele é: o objeto *a*. Sem pensar, identificado ao objeto, cai fora da cena (Vidal, 1993: 218).

2.4. O caso Aimée

À luz do quadro da angústia proposto por Lacan no seminário X, realizaremos uma leitura do caso Aimée¹⁸ visando uma articulação teórico-clínica entre angústia e passagem ao ato. Primeiramente, introduziremos o caso apresentado por Lacan privilegiando a conjuntura de vida e do delírio de Aimée, que antecedem e desembocam em sua passagem ao ato. Em seguida, buscamos

¹⁸ Utilizamos a edição francesa (Éditions du Seuil, 1975) cujo título é *De la Psychose Paranoïaque dans ses Rapports avec la Personnalité* (1932). Portanto, é de nossa inteira responsabilidade a tradução de trechos do relato de Lacan.

identificar no caso as coordenadas que estão em jogo na passagem ao ato – embarço e emoção - tal como Lacan as apresenta a partir do quadro da angústia.

É a partir da maternidade, aos 28 anos, que Aimée manifesta o início de sua vivência persecutória. Ainda grávida de uma filha que nascerá morta, ela começa a acreditar que seus colegas a caluniam, criticam suas ações e desejam o seu mal, assim como pessoas desconhecidas cochicham a seu respeito e manifestam desprezo por ela. “Eles querem a morte do meu filho. Se essa criança não viver, eles serão os responsáveis” (Lacan, 1975: 159). Reconhece alusões dirigidas a ela nos jornais e manifesta ciúmes infundados em relação ao seu marido. Essas crenças a impulsionam a agir: corta com uma faca os pneus da bicicleta de uma colega, joga o ferro de passar contra o marido, etc. Nesse contexto, a desgraça que lhe sobrevém com a morte da filha é imputada aos seus inimigos.

Dois anos depois, Aimée dará a luz a um filho, que será o pivô em torno do qual seu delírio se construirá. Ela passará a viver em função da certeza delirante de que seu filho está sofrendo ameaça de vida e de que algo de muito ruim o espera. Apresenta-se querelante, desconfiada, hostil a todos, quando sofre uma primeira internação de seis meses de duração, que vem a ser interpretada por ela como um complô de sua família para mantê-la presa e arrancar-lhe o filho.

Após essa internação que, segundo Lacan, não parece ter produzido sinais de melhora em seu quadro¹⁹, Aimée decide deixar sua cidade. Muda-se para Paris, onde acredita poder encontrar respostas para as questões que a percepção delirante lhe colocava. Até que

um dia, diz ela, que eu trabalhava no escritório procurando em mim mesma, como sempre, de onde poderia vir essas ameaças contra meu filho, eu ouvi minhas colegas falarem de Mme. Z. Eu compreendi então que era ela que queria o nosso mal. Outra vez, no escritório d’E., eu havia falado mal dela [...] dizendo que ela era uma prostituta. É por isso que ela devia querer o meu mal (Lacan, 1975: 162).

Parece absolutamente contingente que a crença delirante da ameaça se associe à figura da atriz de teatro de quem as colegas de trabalho falavam, uma vez que Aimée nunca teve qualquer relação direta ou indireta com a atriz. O fato é

¹⁹ Cf. Lacan, 1975: 156.

que essa associação de idéias lhe pareceu absolutamente verdadeira, a ponto de ser determinante do atentado - a passagem ao ato em questão - que Aimée comete contra a atriz.

Da mesma forma que a figura de Mme. Z. entra no delírio de Aimée e o sustenta, um perseguidor masculino também faz aí a sua entrada. Trata-se de um acadêmico, homem de letras célebre que está associado à Mme. Z. em suas perseguições. Aimée justifica a ligação entre os dois perseguidores com a seguinte fala: “eu pensei que Mme. Z. não poderia estar sozinha a me fazer tanto mal impunemente; era preciso que ela estivesse sendo apoiada por alguém importante” (Lacan, 1975: 165). Aimée atribuía ao autor, de quem era leitora assídua, um imenso poder. Reconhecia-se em várias passagens dos romances de P. B., nos quais acreditava haver freqüentes alusões à sua vida privada.

Compreendemos melhor que aquilo que, à primeira vista, parece efeito da contingência, insere-se numa trama de sentido quando articulado com outros aspectos da vida da paciente. Entre os perseguidores de Aimée, Mme. Z. encarna o protótipo da mulher célebre, idolatrada pelo público, que goza de liberdade e poder social. Se por um lado, em seus escritos, Aimée critica os artistas e condena a atenção exagerada que a imprensa lhes dedica, por outro, o que ela almeja é ser uma célebre romancista, levar uma grande vida e ter influência no mundo. É curioso que sinta aversão por artistas, poetas, jornalistas, como figuras que causam um grande mal à sociedade e, paralelamente, sonhe com uma carreira de “mulher de letras e de ciências”. Como Lacan aponta, há uma ambivalência na sua atitude no que diz respeito aos artistas e, por conseguinte, a seus perseguidores²⁰. Esse tipo de mulher que a persegue é exatamente o que ela mesma sonha ser. “A mesma imagem que representa seu ideal é objeto de seu ódio” (Lacan, 1975 253).

Vários outros perseguidores figuram no delírio de Aimée como duplos desses dois perseguidores principais, multiplicando assim as ameaças contra ela. Algumas dessas personagens teriam plagiado seus romances não publicados e seu jornal íntimo e publicado seu conteúdo no jornal *l’Oeuvre*, que acreditava subvencionado para se opor à sua missão beneficente. Essa missão, à qual ela se sabia convocada, consistia em denunciar “essa raça” de poetas, jornalistas, artistas, “que vive da exploração da miséria que eles produzem” (Lacan, 1975:

²⁰ Cf. Lacan, 1975: 164.

166). Segundo Lacan, Aimée sustentava a aspiração de realizar o reino do bem, “a fraternidade entre os povos e as raças” (*loc.cit.*).

Ainda entre as personagens que dão sustentação e sentido ao delírio de Aimée, figura o Príncipe de Galles, assumindo aí um lugar diferente em relação aos perseguidores citados. A saber, ele é objeto de uma erotomania que faz parte da construção delirante de Aimée. Ela endereça regularmente ao Palácio de Buckingham poemas e cartas sem identificação. Segundo Lacan, “o traço maior do platonismo se mostra aí com toda a clareza desejável” (Lacan, 1975: 169). Em seu delírio, o príncipe assume o lugar de um poderoso protetor de Aimée, a quem ela recorre através das numerosas missivas.

É importante registrar a convicção de Aimée no fato de que, se ela viesse a publicar seus romances, seus inimigos recuariam assustados. Cada vez mais ela sente a necessidade de efetuar uma ação direta. Para além das queixas contra seus inimigos, para as quais já vinha demandando publicidade a um jornal comunista, Aimée encaminha esperançosa seus romances a uma editora. Após meses, recebe resposta negativa e, em fúria, esgana a funcionária que lhe transmite a notícia.

Experimentando um estado de desespero e angústia crescentes, Aimée volta-se então ao Príncipe de Galles como último recurso. Envia-lhe seus dois romances e passa a assinar as cartas. Essa iniciativa, todavia, não parece surtir efeito sobre o comportamento de Aimée que, junto a sua família, vai de mal a pior. As tentativas de explicação de seus tormentos são rejeitadas por seus familiares, que não acolhem suas atitudes com o discernimento necessário. Ela decide se separar e deixar o país levando o filho. Mostrando intensa agitação e usando linguagem agressiva, Aimée afirma estar disposta a tudo, inclusive matar seu marido, para levar seu filho consigo. Passa a viver colada nele, preocupada com o suposto atentado iminente.

Um mês antes do seu atentado, cada vez mais desorientada, Aimée adquire um facão de caça. Em estado de extrema comoção, dá maior conseqüência às elucubrações passionais que a assolam: “o que pensará ela de mim, se eu não apareço para defender meu filho? Que eu sou uma mãe covarde” (Lacan, 1975: 172). Impulsionada por seus pensamentos delirantes, dirige-se à porta do teatro onde Mme. Z. atuaria aquela noite. Avista a atriz, caminha em sua direção e pergunta se ela é a Mme. Z. Diante da resposta afirmativa, saca rapidamente de sua bolsa a faca de caça com a qual golpeia a atriz.

Lacan demonstra que o ato cometido por Aimée não produz nenhuma espécie de alívio imediato. Ela continua a exprimir raiva e agressividade contra a vítima, sustentando ainda suas asserções delirantes diante daqueles que a interrogam na prisão.

Oito dias após minha entrada na prisão de Saint-Lazare, eu escrevia ao gerente de meu hotel, para lhe dizer que eu estava muito infeliz porque ninguém queria me ouvir, nem acreditar no que eu dizia; eu escrevia também ao príncipe de Galles para lhe dizer que as atrizes e as pessoas de letras me faziam coisas graves (*loc.cit.*).

No vigésimo dia de sua prisão, Aimée, ao contrário do que vinha reafirmando às companheiras de cela, admite aos prantos que a atriz não lhe queria nenhum mal e que ela não deveria ter lhe feito aquilo. De forma brusca e clara, o delírio cai por terra, levando consigo os temas de erotomania, megalomania, perseguição e ciúme. Essa cura do delírio é interpretada por Lacan a partir de sua concepção de que a autopunição decorrente do ato produz um alívio para o delírio.

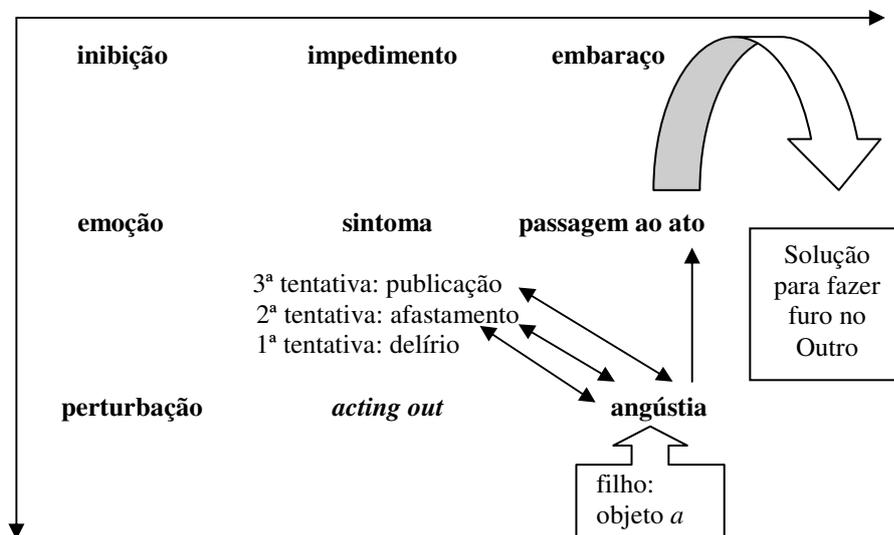
A tese de Lacan é que Aimée realizou seu castigo na prisão ao experimentar a companhia de delinquentes que lhe causavam repulsa, acrescida da constatação do abandono e do desprezo de sua família em relação a ela. Segundo ele, é somente quando Aimée “realiza” que ela acabou por ferir a si própria com seu ato “que ela experimenta o alívio afetivo (lágrimas) e a queda brusca do delírio que caracterizam a satisfação da obsessão passional” (Lacan, 1975: 250).

2.5. O ato de Aimée no quadro da angústia

Daremos um salto temporal no ensino de Lacan com o propósito de efetuar uma análise da passagem ao ato de Aimée a partir dos termos expostos no quadro da angústia do seminário X. Entendemos que esse quadro, de grande valia para se pensar as coordenadas da passagem ao ato e do *acting out*, não oferece nenhum impedimento para se abordar a angústia e a passagem ao ato na psicose, ainda que essa possibilidade não esteja explicitada em nenhuma passagem desse

seminário²¹. Os termos empregados no quadro em questão dizem respeito ao sujeito, ao objeto e à ação e, dessa forma, não deixam de se prestar, aliás muito bem, à abordagem da psicose. A concepção de que esse esquema desenha o campo subjetivo, constituído por inibições, sintomas e angústia – esta última, entre outros afetos (impedimento, embaraço, emoção, perturbação), o que não engana²² -, não restringe sua leitura à uma estrutura específica. Ao contrário: amplia ao máximo seu espectro.

A partir desse quadro (ver figura abaixo), situaremos o filho de Aimée como o objeto *a* que, ao entrar na cena, desencadeia a angústia. Com seu nascimento, Aimée encontra-se embaraçada e perturbada e o delírio vem se configurar aí como uma tentativa de solução – da ordem do sintoma – para a irrupção da angústia. Ela constrói um delírio no qual seu filho sofre ameaça de morte, no qual ela é encarregada de protegê-lo, de afastar os inimigos, etc., para tentar se situar em relação a esse objeto de algum modo. A construção delirante seria uma tentativa de cobrir esse objeto com as vestimentas imaginárias e simbólicas necessárias para ele poder figurar na cena, sem dela precisar ser excluído ou acabar excluindo o próprio sujeito.



²¹ O caso que Lacan analisa a partir dos termos do quadro que apresenta é o da jovem homossexual de Freud. Aliás, esse caso serve para ilustrar tanto a passagem ao ato, como o *acting out*. Cf. Lacan, 2005, lições de 16 e de 23 de janeiro de 1963.

²² Lacan afasta a idéia de que a angústia seja uma emoção e a introduz como um afeto. Cf. Lacan, 2005: 23. Sobre a concepção da angústia como um afeto que não engana, cf. Lacan, 2005: 88.

Essa tentativa de cura, ainda que perdure por algum tempo, não tarda a falhar. O retorno à angústia como *feed-back* demonstra que a construção delirante de Aimée não se mostrou eficaz. A angústia a mais pressiona Aimée em direção a uma segunda tentativa de solução: ela procura se afastar de seu filho e o faz mudando-se para outra cidade. Vale dizer que esse afastamento do filho é um ato, mas inscrito na ordem do sintoma; é um ato vinculado ao delírio, um reforço à construção delirante que se mostrava instável e insuficiente para dar conta da angústia. Contudo, mais uma vez, a tentativa de Aimée não é eficaz e a angústia persiste, continuando a embaraçá-la e a perturbá-la. Aimée então lança mão, como terceira forma de solução, da busca pela publicação de seus romances, uma vez que nutria a certeza delirante de que se viesse a publicá-los, seus inimigos recuariam assustados.

Evidencia-se aí que o esforço de Aimée segue na direção de barrar o Outro, de fazer existir um furo nele no qual ela possa se situar. Tomaremos esta última tentativa de solução antes da passagem ao ato como um ponto crucial, do qual acreditamos poder extrair conseqüências importantes a respeito da angústia, do embaraço e da emoção.

O ponto em questão é a crença de Aimée, a partir de um certo momento de sua construção delirante, de que se ela viesse a publicar seus romances, seus inimigos recuariam. Diante do excesso de significantes do Outro, que sabe tudo sobre ela, que escreve a seu respeito em livros e jornais, que planeja fazer mal a seu filho, etc., Aimée “sente necessidade de fazer alguma coisa” (Lacan, 1975: 170). Parece evidente que a necessidade de publicar seus escritos está diretamente relacionada com uma tentativa de barrar o gozo do Outro.

A leitura que fazemos dessa passagem do relato do caso sugere que Aimée se encontrava em extremo embaraço, vale dizer, esmagada sob o peso do significante do Outro. A publicação de seus romances aparece como a saída possível, dentro de sua construção delirante, para se afastar desse Outro.

Será que, de fato, a publicação poderia ter dado a Aimée um lugar diferente daquele que seu delírio lhe conseguiu? Neste, ela já vinha sendo publicada, mesmo plagiada. É inegável, contudo, que há uma grande diferença entre ser publicada e publicar, pois o ato de publicar implica uma sanção do Outro, que acolherá, testemunhará a produção do sujeito. Logo, publicar significa conquistar um nome estável no Outro, ganhar um lugar no Outro.

Com efeito, se bem sucedida, essa tentativa bem poderia ter aplacado a angústia. Sabemos o quanto a criação literária, e sobretudo seu endereçamento, podem ter um efeito de apaziguar e estabilizar o sujeito psicótico. Afinal, destinar algo de si ao Outro- seu artesanato – pode ser a saída para que entre o sujeito e o Outro se interponha um objeto que não o próprio sujeito. Ao nosso ver, a tentativa de Aimée pode ser assim compreendida: através do endereçamento de sua produção literária, procurava criar um intervalo entre ela e seus perseguidores, bem como encontrar um novo lugar – talvez de romancista famosa, mulher de letras e de ciências - para si no Outro.

Essa solução hipotética poderia ser vislumbrada no quadro da angústia: ao invés de responder à situação angustiante com a passagem ao ato ou com um possível *acting out*, ela responderia com o sintoma. Deduzimos, pelo fato de ter sido necessária uma resposta pela passagem ao ato, que a construção delirante de Aimée – o sintoma em questão - fracassou em sua função de garantir a distância vital entre ela e seus perseguidores. O delírio, portanto, não funcionou como uma resposta suficiente e eficaz para a angústia. Daí cogitarmos se seus escritos poderiam assumir, no esquema, o lugar do sintoma, uma vez que sua materialização e seu endereçamento intermediariam um lugar possível para ela no Outro.

Entretanto, o que se passa é o contrário: Aimée recebe a recusa da publicação de seus escritos (embaraço) e essa recusa engendra uma agitação corporal (emoção) que a faz agredir a funcionária que lhe dá a má notícia.

Segundo Lacan, após essa imensa decepção, a angústia de Aimée aumenta a cada dia, assim como a necessidade sentida por ela de realizar “uma ação direta” (*loc.cit*). Como último recurso, ela envia cartas assinadas e seus dois romances ao príncipe de Galles, o que tampouco surte efeito, uma vez que ela não obtém nenhuma resposta daquilo que endereça a seu protetor. Seus romances são devolvidos pelo Palácio de Buckingham com a informação protocolar de que é regra da casa não aceitar presentes de pessoas desconhecidas. Aimée não toma conhecimento dessa devolução, pois já está presa na ocasião.

Eis que, então, as coordenadas da passagem ao ato estão lançadas. Cada vez mais violentamente esmagada pelo o peso do significante do Outro e vítima de crescente agitação e ansiedade, Aimée não encontra outra saída diante do fracasso de sua tentativa de apaziguamento da angústia. Tem de cometer um

atentado contra sua mais expoente perseguidora. A passagem ao ato realizada por Aimée constitui uma tentativa derradeira e desesperada de se salvar de ser objeto de gozo do Outro.

Para não se deixar cair da cena como objeto, Aimée precisa “fazer alguma coisa”. Levando em conta a relação especular que se estabelece entre ela e Mme. Z., o impasse expresso pelas coordenadas do embaraço e da emoção desemboca numa solução de exclusão do tipo: ou ela ou eu. Como vimos, a figura de Mme. Z. representa, simultaneamente, o ideal e o objeto de ódio de Aimée. Segundo Lacan, Aimée ataca em sua vítima seu ideal exteriorizado²³.

Será, então, que é sob o peso de seu ideal que Aimée se encontra embaraçada? Sim, se pensarmos que o ideal necessariamente está carregado de significantes do Outro que, no limiar do excesso - manifesto em exigências, deveres e obrigações – pode assolar o sujeito. Nesse caso, fica evidente quão tênue é a linha que separa o ideal do objeto de ódio, não tardando que esse assuma supremacia sobre aquele. Logo, seria natural acreditar que, na passagem ao ato em questão, a angústia cedesse quando o ideal caísse da cena como objeto.

Entretanto, a tese de Lacan - de que Aimée experimenta o alívio afetivo e a queda brusca do delírio somente quando ela “realiza” que acabou por ferir a si própria com seu ato – demonstra que do ataque ao ideal não resulta, a princípio, efeito algum. Não bastou tirar sua perseguidora de cena. O efeito do ato de Aimée advém *a posteriori*, quando ela percebe a repercussão de seu ato no Outro e, segundo Lacan, o interpreta como um ataque a si mesma.

Com o mesmo golpe que a torna culpada diante da lei, Aimée golpeia a si mesma, e, quando ela o compreende, ela experimenta então a satisfação do desejo realizado: o delírio se torna inútil, desaparece” (Lacan, 1975: 253).

De todo modo, fica muito claro que o ato cometido por Aimée se caracteriza como tentativa de solução, ainda que uma solução pelo pior. Aimée sente-se compelida a cometer um ato que, no fulgor de um instante, parece ser a única saída ao seu alcance para a angústia. Uma vez que suas primeiras tentativas de “fazer alguma coisa” fracassaram, outro caminho se lhe apresentou como

²³ Cf. Lacan, 1975: 253.

necessário. A passagem da angústia ao ato configurou-se como uma solução imediata e derradeira para a angústia.

O fato de designarmos a passagem ao ato com expressões como “saída” e “solução” não implica, evidentemente, que se trate de considerar essa forma de ato uma recomendação clínica. Pretendemos apontar, com a leitura do quadro da angústia proposto por Lacan, que passagem ao ato e *acting out* são duas maneiras extremas de o sujeito recompor seu mundo ao se deparar com o objeto que causa a angústia.

Capítulo 3: O Estatuto Renovado do Ato

O ato é falho porque o sujeito se intromete.

Graciela Brodsky

3.1. Das Faces de Ato e de sua Não Plenitude

Vimos no capítulo anterior como o caso Aimée é ilustrativo no que se refere à conexão entre passagem ao ato e angústia. Antes de nos despedirmos de Aimée, a retomaremos ainda neste capítulo com o propósito de apresentar e desenvolver algumas teses de Lacan relativas ao estatuto do ato. A referência principal para a demonstração dessas teses será o décimo quinto seminário de Lacan: *O Ato Psicanalítico* (1967-68). Isso porque o ato analítico é tido por Lacan como o mais apropriado para lançar luz sobre o tema do ato¹. Será, portanto, a partir desse conceito e da teoria que se desenvolve a partir dele que as diversas formas de ato serão reconsideradas por Lacan.

A perspectiva de leitura que nos guiará nesse seminário, contudo, será antes, a que se coaduna mais especificamente com a clínica do ato, através da qual pretendemos continuar nossa pesquisa em torno dos conceitos de ato, *acting out*, passagem ao ato, angústia, etc., do que a que diz respeito ao ato analítico propriamente dito². O ato falho não ficará de fora desse grupo de conceitos. Muito pelo contrário, aparecerá aqui com toda a força que lhe é própria desde o reconhecimento que lhe foi concedido por Freud. Assim, pretendemos explorar o que aproxima e o que distingue essas múltiplas variantes do ato.

Este capítulo apresenta uma disposição um pouco diferente da dos anteriores. Os subtítulos que dividem sua primeira seção introduzem aquilo que identificamos como cinco teses fundamentais a respeito do ato, extraídas da nossa leitura do décimo quinto seminário de Lacan. Acreditamos que, uma vez

¹ Essa idéia é manifesta por Lacan no seminário XV, assim como no resumo do seminário *O Ato Psicanalítico*. Nesse, encontramos a seguinte afirmação de Lacan: “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato, por ser ato a ser reproduzido pelo próprio fazer que ele ordena” (Lacan, 2003 [1967-68]: 371). Naquele, ver lição de 20/03/68.

² Graciela Brodsky sugere três perspectivas possíveis de leitura do Seminário XV. A primeira, a que nos interessa, estaria de acordo com a clínica do ato; a segunda com o ato do analista na sessão e a terceira com o ato de Lacan. Cf. Brodsky, 2004: 23.

demonstrado o valor de cada uma dessas teses, teremos dado uma primeira volta no circuito desse seminário, guiados pela perspectiva da clínica do ato. A segunda seção comporta um duplo objetivo: completar a análise das teses desenvolvidas com elementos que precisaram estrategicamente ficar de fora e preparar o terreno para a introdução da casuística. Finalmente, a terceira e última seção apresenta um fragmento de caso que, a nosso ver, ilustra muito bem a conexão entre a teoria e a clínica do ato.

De posse do mapa do capítulo, iniciemos nossa jornada.

3.1.1. Todo ato implica um correlato significativo

Lacan inicia o seminário sobre *O Ato Psicanalítico* com uma revisão de algumas concepções teóricas a respeito do que se chama, pelo termo geral, a ação. Se ele parte daí, é com o propósito de realizar uma “operação de varredura”³ nesse vasto e confuso terreno a fim de, então, poder situar o ato, estabelecendo seu limite em relação à ação.

Depois de considerar e criticar as teorias empiristas e biologistas que explicam a ação a partir dos paradigmas do arco reflexo e da descarga da tensão, Lacan se pergunta por que a teoria psicanalítica manifestou e ainda manifesta uma inclinação tão grande a tomá-los como apoio, concluindo que não está em posição de situar o ato em relação a nenhum dos dois modelos. Pelo contrário, diz ele, “impõe-se precisamente distinguir de saída o ato da motricidade” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67).

Para Lacan, portanto, o ato está longe de corresponder a uma resposta do organismo – seja da ordem do reflexo ou da descarga da tensão - aos estímulos que se lhe endereçam. Entretanto, se ele pode aproveitar alguma coisa desses modelos, isso é condicionado a seu próprio ato de transpor o conceito de resposta à dimensão significativa. Ao afirmar que “não há ação alguma que não se apresente, de saída e antes de mais nada, com uma ponta significativa” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68), Lacan faz mais do que lançar luz sobre a confusa imbricação que costuma haver entre o ato e a ação. Esta ponta significativa de toda ação, segundo ele, é justamente o que caracteriza o ato, cuja eficiência não tem nada a ver com a eficácia de um fazer.

³ Essa expressão é do próprio Lacan. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67.

Esse é, então, o primeiro ponto a ser esclarecido e trabalhado por Lacan quanto ao tema em questão: o ato não equivale à ação realizada, caracterizando-se, antes, por suas coordenadas simbólicas. “Pois na dimensão do ato vem à baila [...] a inscrição em algum lugar, o correlato de significante que, na verdade, não falta jamais no que constitui um ato” (Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67). Logo, na medida em que há ato, que se mistura à tarefa (ação) que o sustenta, trata-se, para Lacan, de uma intervenção propriamente significativa.

As formulações reunidas em torno dessa primeira tese ratificam de forma contundente o que, em seminários anteriores, Lacan já havia dito - de maneira mais dispersa talvez - a respeito do ato. Isso se torna evidente, por exemplo, quando ele afirma nesse seminário que “o ato é, por sua própria dimensão, um dizer” (Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68), ou seja, o ato realiza um fato. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, essa concepção está presente desde o começo do seu ensino. Aliás, essa constitui a descoberta freudiana, por excelência, em relação ao ato falho e ao ato sintomático.

Ninguém menos que Freud, desde sua investigação em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, atenta para o que costumava passar despercebido, a saber, que tudo que diz respeito à ação equivocada, à ação acidental ou sintomática concerne à dimensão do que Lacan virá a nomear como simbólico, constitutiva de todo ato. Se o ato

toma seu valor, sua articulação de ato significativo com relação ao que Freud então introduz como inconsciente, certamente não é porque ele se apresenta, se coloque como ato. É totalmente o contrário. [...] Este ato vai colocar seu sentido precisamente no que se trata de atacar, de abalar, seu sentido ao abrigo da inabilidade, da falha (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67).

Contudo, mesmo depois de Freud trazer a idéia de que a falha é apenas um abrigo atrás do qual se dissimulam os atos propriamente ditos, continua-se, segundo Lacan, “a pensá-los em função da falha, sem dar um sentido mais pleno ao termo ato” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67). Essa será, então, uma de suas ambições nesse seminário: esclarecer o que é o ato, fazendo recair sobre ele a

ênfase de sua abordagem⁴. Já se entrevê, então, o novo enfoque que Lacan dará a esse tema logo no começo do seminário, quando ele deixa claro que o essencial do lapso, do ato falho, do ato sintomático, está na sua “face de ato” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). O que isso significa?

Lacan deixa muito claro que o ato é um fato, um feito, que se inscreve como significante. Contudo, o correlato de significante que caracteriza o ato não dá conta “do todo” do ato, pois há nele um aspecto que não se deixa apreender pelo significante. Pode-se dizer que esse aspecto é justamente a ocorrência do ato, sua existência como tal. Uma vez que um gesto é executado ou uma fala é proferida, é estruturalmente impossível, por mais que se tente, eliminar o registro do que ali surgiu como ato, seja ele falho ou não. Pois, se de um lado, o significante inscreve, faz e refaz sentidos e significados⁵, de outro, ele não dispõe do fato do ato ter ocorrido, ainda que possa atenuá-lo, consertá-lo, disfarçá-lo, ressignificá-lo, etc.

O ato, portanto, não é todo permeável ao significante e o que escapa a ele é o que Lacan denomina de “face de ato”. Não se trata de dividir o ato em duas faces, uma face significante e uma face de ato “propriamente dito”, mas de marcar que há um aspecto do ato que “não se deixa reabsorver em seu valor significante” (Allouch, 1997: 340).

3.1.2. O Outro está no horizonte do ato

Lacan lançará mão de um evento histórico que, por exemplificar tão bem pelo menos três aspectos fundamentais do ato, ganha um estatuto paradigmático em seu ensino. Trata-se do célebre episódio em que César atravessa o rio Rubicão⁶. O primeiro ponto que se destaca do exemplo concerne ao que identificamos acima como a primeira tese: o valor de ato dessa travessia não está na ação realizada por César, no seu esforço físico, mas no seu caráter significante.

⁴ Lacan afirma que tem duas ambições em relação ao ato psicanalítico. A primeira, mais longa, consiste em esclarecer o que é o ato, enquanto que a segunda, segundo ele, a mais curta e a melhor, visa saber em que consiste o ato do psicanalista. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68.

⁵ Cf. Barros, 2005: 90.

⁶ Em 49 a.C., o general romano Caio Júlio César atravessou o rio Rubicão com seu exército, transgredindo a lei do Senado que determinava o licenciamento das tropas toda vez que o general de Roma entrasse na Itália pelo norte. Este ato foi uma declaração de guerra contra Pompeu, que detinha poder sobre Roma. César sabia que seu ato não tinha volta: ou ele e seus soldados tomavam a cidade, ou Pompeu os destruiria. Seu ato acabava de transformar o rumo da história.

Afinal, “ultrapassá-lo era entrar na terra-mãe. A terra da República, aquela que abordar era violar” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Essa citação de Lacan coloca em destaque um segundo aspecto desse gesto simbólico de César: seu ato realiza a ultrapassagem de um limiar sancionado pela lei, produzindo um efeito de ruptura. Depois de atravessar o limite que o Rubicão demarcava, ou seja, de ultrapassar as coordenadas simbólicas que regiam as leis da época, César não será mais o mesmo. Seu ato inscreve necessariamente um antes e um depois, devido à transformação que ele efetua. Logo, entre o antes e o depois, há a ruptura causada pelo ato, da qual trataremos adiante.

O exemplo do Rubicão comporta ainda uma outra tese de Lacan a respeito do ato. Ei-la: não há ato sem o Outro. Ainda que essa tese seja um desdobramento da primeira, uma vez que não há intervenção significativa que não se dê no campo do Outro, há nela uma nuance fundamental introduzida por Lacan que julgamos indispensável ressaltar: “a dimensão do Outro, na medida em que o ato vem testemunhar algo, não é mais eliminável” (Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68).

Por ora, daremos menos importância à dimensão indelével do Outro do que à idéia do testemunho do ato no Outro, apesar de essa oração depender daquela para obter seu sentido pleno. Vamos demonstrar aqui que o ato, para se constituir como tal, precisa ser testemunhado e recebido pelo Outro. Primeiramente, procuraremos esclarecer, portanto, em que consiste esse testemunho e, com esse propósito, recorreremos a Aimée.

Vimos que o efeito resolutivo da passagem ao ato de Aimée não adveio da circunstância de seu ato propriamente dito - ou seja, não houve nenhum tipo de alívio ou de transformação em seu comportamento imediatamente após o atentado cometido contra a atriz - mas constituiu-se *a posteriori*, depois que esse ato ganhou um determinado lugar no Outro. Pode-se dizer que a condição para que o esfaqueamento produzisse o efeito esperado do ato só se realizou tempos depois, quando esse ato teve - do ponto de vista de Aimée - uma certa repercussão no Outro. Mas em que consiste essa repercussão no Outro? Por que ela se dá *après-coup*, e não no momento consecutivo à realização do golpe⁷?

⁷ Essa expressão vem bem a calhar aqui, pois, enquanto *après coup* quer dizer *a posteriori*, *coup* significa golpe, ferida.

Situando o caso Aimée, ou melhor, o caso Marguerite⁸, como um caso de loucura a dois, Allouch defende a tese - entre muitas outras que ele desenvolve em seu minucioso trabalho sobre o tema - de que a cura de Marguerite sobrevém no instante preciso em que ela toma conhecimento que seu ato teve uma forte incidência sobre sua mãe, com quem sua loucura era compartilhada. Marguerite só terá podido colocar seu delírio em reserva – tal lhe parece ser, o estatuto da cura nesse caso – ao saber que sua mãe, Jeanne, reagiu efetivamente à advertência que ela lhe dirigira através da passagem ao ato contra a atriz. E isso se deu exatamente vinte dias depois do atentado.

Jeanne terá sabido, para terminar, até onde Marguerite estava disposta a chegar para lhe significar sua recusa de jogar o jogo de sua loucura, até o ato possivelmente matricida. E Marguerite terá sabido que Jeanne o soube. Isso terá bastado para que Marguerite, mesmo não se desprendendo plenamente de sua loucura a dois, possa pôr seu delírio em reserva (Allouch, 1997: 352).

Não exporemos aqui os preciosos detalhes que compõem a explicação dessa tese, mas ressaltaremos o caráter da advertência – advertência do sujeito ao Outro - que Allouch preconiza como fundamental no que se refere ao efeito de ato da passagem ao ato. Convém observar que, já em 1932, Lacan havia reconhecido na passagem ao ato o valor de advertência que será retomado por ele em 1967-68. Apesar de não o ter aplicado à última passagem ao ato de Aimée – o que Allouch não deixará de fazer - em relação às primeiras, Lacan afirmara que

é muito freqüente que depois de um período não apenas dubitativo, mas também longânime, os sujeitos cheguem a reagir. Mesmo esta reação, como aparece em nossa doente, terá inicialmente um caráter ele próprio demonstrativo, um valor de advertência, que deve muitas vezes permitir que se evitem os episódios mais graves, o que, como vimos, teria certamente podido ser feito com nossa paciente (Lacan *apud* Allouch, 1997: 338).

A questão é que o atentado contra a atriz, que consistiu na passagem ao ato de Marguerite, parece ter tido exatamente esse caráter de advertência, evitando um ato mais grave, evitando o pior, a saber, um ato infanticida ou um ato matricida.

⁸ Jean Allouch parte do princípio de designar Aimée pelo seu próprio nome: Marguerite Anzieu. Como “primeira marca de uma outra apresentação do caso” (Allouch, 1997: 9), decide nomeá-lo como o caso Marguerite.

Esse caso nos mostra que há uma distinção a ser estabelecida entre o corte feito na mão da atriz e o furo produzido no Outro, pois, como vimos, é somente vinte dias depois de realizada, que a passagem ao ato de Aimée gera efeito de ato: produz furo no Outro ao mesmo tempo que permite o sujeito encontrar um novo lugar nele. O segundo momento não coincidiu com o momento da passagem ao ato propriamente dita, ainda que sua realização tenha sido condição *sine qua non* para produzir o efeito, mesmo que tardio, de ato.

Devemos considerar também, se quisermos ser coerentes com a linha de apresentação do caso exposta no capítulo anterior, um outro fator que pode ter produzido esse efeito de ato da passagem ao ato. Trata-se do fato de Aimée ter percebido que seu ato teve, de fato, grande repercussão no Outro: deu um lugar de destaque a ela nas principais publicações. Seu nome, estampado em todos os jornais a partir do atentado contra a atriz ganha, então, um novo lugar no Outro. Ela agora era publicada de uma outra maneira e isso pode ter produzido, juntamente com a notícia de que sua mãe sucumbiu diante do fato, o efeito de advertência em questão.

Isso tudo parece mostrar que os efeitos de uma passagem ao ato não se produzem necessariamente no mesmo momento em que ela se realiza. Nada impede, no entanto, que assim seja. O ato terá efeito resolutivo na hora se, no mesmo momento em que ele se realizar como corte, ele for testemunhado e reconhecido pelo Outro. Voltemos, ainda, ao Rubicão para conquistar alguma clareza sobre o que seria o testemunho do Outro.

Se esse córrego, denominado Rubicão, não estivesse situado em determinado lugar no contexto da cultura, a ação de atravessá-lo não se constituiria como ato. A cultura define previamente o que é o Rubicão. Então, quando César o atravessa, ele realiza um ato. Mas, só há ato porque o transposição desse córrego causa efeito no contexto da cultura. Dividindo em dois tempos isso que, no caso de César, se dá em um momento só, teríamos: no primeiro tempo, a travessia do córrego como uma ação e, no segundo, a leitura que dele é feita, ou melhor, a leitura feita pelo sujeito da leitura que dessa ação o Outro dá seu testemunho, com o que, e somente, ganha a ação seu valor de ato.

Isso que com César se comprime em um tempo só, com Aimée se passa em dois tempos. Primeiro há pura passagem ao ato; o ato só se configura depois, quando ela, finalmente, constata e experimenta seu efeito no Outro. Em ambos os

casos, o ato tem uma grande repercussão no contexto social e cultural: o ato de César teve um grande alcance na história, o ato de Aimée ganhou um relevante espaço na mídia. Entretanto, a incidência do ato no Outro não precisa ter, necessariamente, esse caráter evidente e público. O Outro representa a cultura, o social, de um modo particular para cada sujeito. Logo, não há nenhuma evidência a respeito do que produzirá efeito de ato no Outro, pois o Outro é, para cada um, um. O importante é que, como efeito de ato, a alteridade que o Outro representa está sujeita a se transformar, assim como o próprio sujeito.

3.1.3 No instante do ato, não há sujeito nem Outro

Ora, demonstrada a tese de que não há ato que não se dê no horizonte do Outro, teremos agora que defender sua antítese, de que no ato não há sujeito nem Outro? De certa forma, sim. De outra, não. Procuraremos dar conta aqui das seguintes afirmativas: “uma dimensão comum do ato é a de não comportar, no seu instante, a presença do sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67) e “o ato é sem Outro” (Lacan *apud* Brodsky, 2004: 200). O conceito de objeto *a* será o fio condutor que nos permitirá abordar as oposições entre ato e sujeito e entre ato e Outro. Na realidade, veremos que basta demonstrar uma delas, para que a outra seja imediatamente elucidada. Partiremos, então, da primeira oposição.

De saída, convém assinalar que essa tese está referida à ligação estrutural do ato com a temporalidade. Um ato se realiza num instante. Esse é o seu tempo lógico de ação. A temporalidade do ato encontra-se no corte que ele instaura, na surpresa de seu acontecimento, no efeito de novidade que ele produz. Depois dele, nada pode ser como antes, pois ele implica necessariamente um corte fundamental com o que o precede. Logo, se o ato entra na repetição, seu caráter de ato desaparece, pois nada se opõe mais a ele do que a temporalidade de duração. É precisamente no instante do ato, nem antes nem depois dele, portanto, que não há sujeito nem Outro. E se defendemos que o Outro está no “horizonte” do ato, certamente não quisemos dizer que o instante do ato é marcado pela presença do Outro. Quanto ao sujeito, veremos adiante que é após o ato que ele reaparece, com sua presença renovada.

No instante do ato, o que se faz presente é o objeto *a*. Já nos é bem familiar a concepção de Lacan de que a presença do objeto *a* na cena implica o

ofuscamento do sujeito, do desejo, ou seja, do sujeito do desejo. Sujeito e objeto *a* estabelecem, entre si, uma relação de alternância: quando um está presente, o outro se ausenta. Isso porque, recapitulando, o objeto *a* só é causa de desejo através da falta que sua ausência instaura. Nesse seminário, Lacan reafirmará a função da causa de forma muito clara.

O sujeito depende desta causa que o faz dividido que se chama objeto *a*, eis quem assina o que é importante de ser sublinhado: que o sujeito não é causa de si, que ele é consequência da perda e que seria preciso que ele se colocasse na consequência da perda, a que constitui o objeto *a*, para saber o que lhe falta (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

E mais: em relação ao tema central desse seminário, Lacan conferirá ao objeto *a* um *status* especial.

O objeto perdido inicial de toda a gênese analítica, esse que Freud martela em toda sua época do nascimento do inconsciente, ele está aí, esse objeto perdido, causa do desejo. Teremos que vê-lo como no princípio do ato (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Se a ausência do objeto é condição para o sujeito ser causado em seu desejo, sua presença, ao contrário, não só impossibilita o desejo, como provoca o mais pungente dos afetos: a angústia. No seu apogeu, a angústia - como sinal da supremacia do objeto *a* na cena- acarreta a exclusão do sujeito, ou seja, ela se dá no horizonte do sem sujeito. O ato, por sua vez, sendo o “único correlato polar do lugar da angústia” (Lacan, 2005: 344), também é, portanto, no fulgurar de seu instante, sem sujeito.

Não podemos deixar de nos referir aqui à conexão entre ato e angústia que Lacan estabelece no seminário X, ao afirmar que a ação retira sua certeza da angústia. “Agir é arrancar da angústia a própria certeza. Agir é realizar uma transferência de angústia” (Lacan, 2005: 88). Vê-se delineada, dessa forma, uma relação intrínseca entre o ato e a certeza que se engendra a partir da angústia. Vimos anteriormente que “estritamente a angústia, único afeto que não engana, traz a certeza do objeto” (Vidal, 1993: 216). Como a essência do ato advém da angústia, é o objeto, o *a*, que aciona - sem a menor sombra de dúvida - o ato,

transferindo para ele sua certeza. Parece, então, que o objeto *a* está na origem do ato.

Passado seu instante, ou seja, depois que o ato, impulsionado pelo objeto *a*, efetua uma transformação da angústia, o sujeito pode reaparecer na cena de outro modo, renovado. Daí, a chance de podermos afirmar que o ato constitui-se, apesar das nuances que caracterizam suas diferentes formas de expressão, como um remanejamento da causa.

Agora será mais fácil mostrar que no instante do ato também não há Outro, pois, “o Outro é um campo marcado pela mesma finitude que o próprio sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 28/02/68). Não é só o sujeito que tem sua possibilidade de existência condicionada à subtração do objeto *a* como falta. Com o esquema da divisão *e*, subseqüentemente, com as operações de alienação e separação, demonstramos que sujeito e Outro constituem-se no mesmo processo em que o objeto *a* se destaca, necessariamente, de ambos⁹. A existência do Outro também depende da operação de extração desse objeto. Logo, no instante em que ele volta a se apresentar, o Outro, assim como o sujeito, tem sua possibilidade de existência aniquilada.

Vê-se, assim, que não está em questão, entre o sujeito e o Outro, a disputa pela autoria do ato. Isso porque, no instante do ato, não há sujeito nem Outro. O que está em causa nele é a certeza do objeto *a*. É no só depois, após o corte que o ato produz, que há, então, a reconfiguração do Outro e a realocização do sujeito. Aí sim, no *a posteriori*, o sujeito pode e deve se haver com seu ato.

3.1.4. O sujeito reencontra, após o ato, sua presença renovada

Essa tese, que já havíamos anunciado acima, é, na realidade, proferida por Lacan em relação à passagem ao ato. O que ele afirma é o seguinte: “a passagem ao ato é aquilo além do que o sujeito reencontra sua presença como renovada, mas nada mais” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67). Além de procurar entender o teor dessa tese de Lacan em sua formulação original, temos aqui o propósito de demonstrar como essa afirmativa pode ser estendida ao ato, uma vez que a

⁹ A esse respeito, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

passagem ao ato e o ato - no que pese a radical diferença que os separe - têm a mesma estrutura.

Os significantes que Lacan utiliza nesse enunciado – “presença” e “renovada” – referem-se aos efeitos produzidos pela passagem ao ato naquele que está em causa aqui: o sujeito. Começamos então com o que há de novo, de renovado, nesse momento pós-ato, nesse além da passagem ao ato.

Lacan, para dar ao ato o seu sentido pleno, este do qual ele parte, “este que vale desde sempre, relativo ao estatuto do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67), nomeia dois adjetivos que o qualificam: novo e inaudito. O ato constitui-se como um verdadeiro começo, justamente no que esse começo tem de novidade, de marca inaugural. Ele “é ligado à determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68). Para Lacan, é aí que reside sua verdadeira estrutura.

Essa idéia se coaduna bem com a questão levantada por ele, em dois momentos diferentes do seminário, a respeito da localização e do valor do ato. Ele se pergunta se o valor do ato está no momento de sua realização ou no momento em que a leitura desse ato é realizada.

[...] o ato estaria no momento em que Lenin dá tal ordem, ou no momento em que os significantes deixados no mundo dão a um determinado acontecimento numa estratégia, seu sentido de começo já traçado? Algo onde a consequência de uma certa estratégia poderia vir a tomar seu lugar, e nele tomar seu valor de signo... (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Dito de outra forma, “se o ato está na leitura do ato, isso quer dizer que esta leitura é simplesmente superposta, e que é do ato reduzido *nachträglich* (*a posteriori*) que ela toma seu valor?” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). Segundo Lacan, é necessário que o ato contenha já em si qualquer coisa que o prepare para esse acesso que “realizará sua plenitude de ato, mas *a posteriori*” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). Essa é a sua resposta.

Através de um trecho do poema de Rimbaud intitulado *Por uma Razão*, Lacan pretende ilustrar como no terreno do ato há uma certa ultrapassagem que poderia se chamar, segundo ele, “suscitar um novo desejo” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68). O advento de um novo começo, a idéia de inauguração, de

ultrapassagem de um certo limite, estão, de fato, bem expressos nesse poema que, segundo Lacan, “é a fórmula do ato”¹⁰. Ainda que não insista quanto a isso, não podemos deixar passar despercebida a ligação - positiva, digamos assim – que ele estabelece, a partir dessa fórmula, entre ato e desejo.

Será então que, assim como no contexto da tese anterior identificamos uma relação de causalidade entre o objeto *a* e o ato, podemos afirmar que aqui também é a causalidade que conecta ato e desejo? Teria o ato a função de remanejar a causa do desejo, através do corte que ele produz? Se isso procede, há um percurso lógico desencadeado pelo objeto *a* que, esquematicamente, poderia ser dividido em quatro tempos: 1º) a angústia surge, desprovida de causa, mas não de objeto; 2º) a certeza engendrada pelo objeto da angústia – o objeto *a*- impulsiona o ato; 3º) o ato aplaca a angústia e, simultaneamente, reativa o desejo; 4º) a função da causa volta a se exercer, suscitando um novo desejo.

Logo, a tese aqui em questão nos faz crer que o ato, no fim das contas, produz o efeito de resgatar a presença do sujeito do desejo – anulada no instante do ato – mas, depois dele, necessariamente renovada. O que caracteriza e define um ato, como já vimos, é a mutação que ele produz no sujeito. O sujeito após um ato já não é o mesmo que antes dele. Vejamos, a partir de outra afirmação de Lacan, como essa transformação não é exclusiva da passagem ao ato, uma vez que é ela, justamente, que define o ato psicanalítico.

O ato psicanalítico, portanto, tal como se apresenta, é de natureza [...] a nos permitir trazer alguma luz sobre o que é do ato, [...] já que ele funda o homem a princípio, ou melhor, o refunda, ou o refunda a cada vez que o ato em questão, o ato simplesmente, o ato que não nomeio, tem lugar...o que não acontece com frequência (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68).

A partir do corte que o ato instaura, torna-se irreversível o caráter de renovação e de transformação que ele produz no sujeito. Essas características são essenciais, portanto, para que um ato - seja ele passagem ao ato ou não - seja qualificado como tal. Nem todo ato é passagem ao ato, mas toda passagem ao ato

¹⁰ Reproduziremos aqui o trecho do poema de Rimbaud citado por Lacan:

“Um golpe de teu dedo sobre o tambor descarrega todos os sons e começa uma nova harmonia.

Um passo teu é o levantamento de novos homens e a hora em marcha.

Tua cabeça se desvia, o novo amor.

Tua cabeça se volta, o novo amor” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

tem a estrutura do ato. Tanto o ato analítico quanto a passagem ao ato pertencem ao cenário em que se dá a suspensão de toda a ordem prévia pela irrupção do objeto *a* e a reconstituição conjunta de sujeito e Outro sob o signo do inaudito, do renovado e do recomeço.

3.1. 5 Todo ato, exceto o suicídio, é falho

Nosso objetivo aqui é - através da tese de Lacan de que todo ato é, em última instância, falho - desconfiar do caráter negativo e destrutivo com o qual a passagem ao ato é - inclusive no campo psicanalítico - identificada. No seminário *O Ato Psicanalítico*, assim como no conjunto de seu ensino, Lacan não facilita nem favorece esse tipo de leitura. Através do que foi desenvolvido nas teses anteriores, chegamos à concepção de que o ato se caracteriza, essencialmente, pela ruptura que ele efetua. Contudo, se essa concepção do ato como corte é tomada de forma isolada, fora do contexto que a sustenta, corre-se o risco de interpretá-la no sentido de que o ato é algo que, necessariamente, tem que aniquilar, ferir, destruir, matar. É assim que a passagem ao ato, sobretudo, costuma ser concebida.

Se até então o caminho que percorremos serviu para demonstrar que o corte que o ato produz compõe uma das faces que o identifica, agora, acompanharemos Lacan na tese - à primeira vista oposta a essa concepção - de que todo ato fracassa como corte, exceto o suicídio. Mais uma vez, parece que deparamos com a tarefa de sustentar a antítese a uma tese anteriormente defendida. Veremos, no entanto - também mais uma vez -, que a contradição é apenas aparente.

Primeiro, precisamos fornecer alguma clareza à idéia de que todo ato é falho, para, em seguida considerarmos o suicídio como exceção à regra. Podemos abordar essa tese tanto pela concepção do ato como um fato significativo, quanto pela concepção do ato como ruptura. Vejamos.

Do lado do significativo, não há qualquer garantia de que um ato, ainda que considerado bem sucedido, não comporte uma intenção diferente ou mesmo oposta à que o moveu. Por mais que o ato não provoque *a priori* dúvida sobre seu triunfo, necessariamente ele falha, segundo Lacan, na medida em que jamais tem assegurada a verdade de sua motivação. Nesse sentido,

todo o ato, mesmo quando não porta esse pequeno indício de malogro, não deixará de cair exatamente sob o mesmo domínio; ou seja, pode ser levantada a questão de uma outra verdade que não a desta intenção (Lacan, 1967-68, lição de 06/12/67).

Pelo caminho do significante chegamos novamente ao ponto de partida da descoberta freudiana, ou seja, de que o sucesso dos atos se encontra na falha deles. “Isso não quer dizer entretanto que a reciprocidade se estabeleça e que toda a falha, em si, seja signo de algum sucesso, digo sucesso do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 06/12/67). De todo modo, o significante não pode assegurar a verdade última - supondo que ela existisse - do ato. Ainda que um significante produza um certo efeito de corte - como bem nos mostram certos chistes, atos falhos, etc. –, necessariamente ele se agrega a outros significantes formando novos e numerosos sentidos que fazem fracassar a idéia de um corte derradeiro.

Através da concepção de ruptura do ato, temos um outro enfoque da mesma questão. Pode-se afirmar que o ato é sempre fracassado pelo simples fato de ele não poder realizar uma ruptura absoluta. No momento em que ele enceta a ruptura, imediatamente, ele é reinserido no Outro. Podemos dizer que ao corte produzido pelo ato segue uma costura no Outro. Como vimos, o Outro está no horizonte do ato. Isso quer dizer que todo ato encontra, inevitavelmente, uma inscrição no Outro, o que faz com que a própria idéia de corte absoluto fracasse.

Por isso Lacan diz que “o suicídio é o único ato capaz de ter êxito sem qualquer falha” (Lacan, 2003 [1974]: 541). Ele é o único ato que realmente foi ao fim do corte que ele implica, que decreta uma ruptura definitiva. Depois dele, o sujeito não reencontra sua presença como renovada, pois não há mais sujeito, não há mais Outro; é o fim de tudo.

Segundo Allouch, o fato de Lacan ter respondido negativamente à possibilidade de haver um ato que realiza em si mesmo sua plenitude de ato dá ao conceito de ato psicanalítico toda sua pertinência¹¹. O ato analítico também é fracassado, pois quando ele opera a ruptura, essa ruptura é recebida no Outro, recolhida e integrada no corpo social. Lacan atribui ao conceito de ato analítico as duas características que Freud havia destacado em relação ao ato falho: o aspecto

¹¹ Cf. Allouch, 1997: 341.

significante e o aspecto de fracasso do ato¹². Logo, parece mais pertinente, segundo Allouch, falar das diferentes espécies de fracasso do que do sucesso absoluto do ato que, como vimos, só o suicídio pode realizar.

Assim, na medida em que os conceito de ato analítico e de passagem ao ato são equiparados - pelo corte que ambos efetuam, pelo fracasso desse corte como corte absoluto e por sua dimensão significativa – a diferença entre essas duas modalidades de ato deve ser buscada em outro lugar. De todo modo, dado que todo ato é em última instância falho e dado que a reputada negatividade da passagem ao ato – exceto no êxito do suicídio – está de algum modo ligada ao seu triunfo como ato, podemos nos sentir autorizados a repensar, à luz do princípio do manejo clínico, o estatuto e o valor da passagem ao ato “falha”. Considerando que a passagem ao ato, assim como o ato, é, mesmo e talvez justamente na medida de seu fracasso, sempre princípio de uma mutação no sujeito, fica provisoriamente suspensa a idéia essencialmente negativa e razoavelmente difundida no campo psicanalítico de que ela comporta o princípio do aniquilamento do sujeito.

3.2. Da Impossibilidade do Saber à Passagem ao Ato Falha

A partir de alguns indícios da reabsorção do conceito de passagem ao ato no conceito de ato psicanalítico e da definição de Lacan do ato analítico como uma passagem ao ato esclarecida ou advertida¹³, Allouch interroga-se a respeito do que operaria a diferença entre esses conceitos, se é que ela ainda existiria (Allouch, 1997: 345). Segundo ele, em nenhum outro momento do ensino de Lacan como esse do seminário XV, a passagem ao ato foi tão claramente situada como ato. O sujeito, dirá Lacan,

¹² A esse respeito, cf. Allouch, 1997: 341.

¹³ Lacan utiliza as expressões “passagem ao ato esclarecida” e “sujeito advertido” ao se referir à transformação, efetuada pelo ato analítico, do psicanalista em psicanalista. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 13/03/68. Allouch defende no lugar da expressão “passagem ao ato esclarecida”, a expressão “passagem ao ato advertida”, empregada por Lacan no contexto do passe, pois, “falar de ato esclarecido é tão perigoso quanto nomear um grande Outro” (Allouch, 2005: 344). Além do quê, assim formulada, ela lhe permite responder à questão da identificação dos conceitos de passagem ao ato e de ato. Utilizaremos, acompanhando ele, o termo “advertido”, como preferência ao termo “esclarecido”.

é advertido desta divisão constitutiva, após o que, algo se abre para ele que não se pode chamar de outra forma, nem diferentemente, do que de passagem ao ato, passagem ao ato digamos, esclarecida [...] (Lacan, 1967-68, lição de 13/01/68).

Dada essa caracterização do ato analítico, uma questão se coloca de imediato: não há mais distinção entre ato e passagem ao ato? Ou, a passagem ao ato, dividindo-se em duas, passaria a ter dois estatutos, a advertida e a não-advertida, sendo a primeira equivalente ao ato analítico?

Evitando “uma armadilha binarista do tudo ou nada na relação do sujeito com o saber” (Allouch, 1997: 345), Allouch defende a idéia de que a passagem ao ato não pode ser definida pela simples negação da passagem ao ato advertida. Para ele, não faz sentido falar de passagem ao ato não advertida - o que equivaleria a passagem ao ato cega, ignorante -, mas sim, de passagem ao ato com valor de advertência, sendo ela mesma a advertência em questão.

O sujeito que comete uma tal passagem ao ato também não é sem saber da sua importância, sua importância de advertência, e desse modo, com efeito, se vê sublinhada a face de ato da passagem ao ato, que é o que salta aos olhos, em primeiro lugar, à leitura sobre *O Ato Psicanalítico* (*loc.cit.*).

A distinção entre passagem ao ato advertência e passagem ao ato advertida se localizaria, então, segundo ele, na relação do sujeito com o Outro. Enquanto nesta o Outro apresentar-se-ia barrado, “reduzido ao essencial resíduo do saber e rejeitado como tal” (*loc.cit.*), naquela, mostrar-se-ia sem furo, sem brecha para o sujeito que “trata de uma certa maneira, na sua própria passagem ao ato, uma falha inaceitável de saber no lugar do Outro” (*loc.cit.*). Em ambos os casos, vemos que está em causa a relação entre saber e ato.

A diferença entre ato analítico e passagem ao ato é marcada de uma forma mais explícita por outros autores que não deixam de partir, também, de uma oposição entre o ato e o saber¹⁴. No instante de sua realização, o ato aniquila o saber.

¹⁴ A esse respeito, conferir o livro de Graciela Brodsky *Short Story: os princípios do ato analítico* (2004) e os artigos de Neuza Santos Souza: *A Propósito do Acting Out* (1991) e *A Angústia na Experiência Analítica* (2005).

Que haja uma maior ou menor elaboração que fundamente e prepare o ato e que em alguns casos o suceda, isto em nada modifica a disposição estrutural que torna disjuntos saber e ato (Souza, 1991:6).

Sabemos que no ato analítico não se trata de fazer existir o que não há nem nunca haverá, mas, na medida em que o sujeito tenha chegado à realização da castração, “que ele execute um ato sabendo, com conhecimento de causa, que esse ato jamais o realizará, a ele mesmo, plenamente como sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68). Evidenciando a inconsistência do Outro, a sua falha, o ato analítico levaria o sujeito a

revisitar e reformular sua relação com o saber ao preço, não da vida nem do sujeito, mas do saber suposto sujeito, ao sacrifício da miragem do sujeito suposto saber falsificado, essa ilusão tão cara – querida, custosa – ilusão que, acenando com o saber do Outro como fiador último, nos impede de inventar respostas, de verdadeiramente criar (Souza, 1991: 8-9).

Assim, enquanto no ato analítico o sujeito faz a experiência do saber como impossível, a passagem ao ato pode ser apreendida como uma recusa ao saber, como um não-querer-saber absoluto, que equivale, em última instância, a um não-querer-saber nada da impossibilidade do saber. Trata-se aí de uma tentativa de saída dos equívocos do pensamento e do jogo do significante¹⁵. Frente à impossibilidade que marca o saber, a passagem ao ato apresenta-se como uma forma radical de “não querer saber mais nada” (Miller, 2005: 75). Mas essa recusa, ela acaba consumando de dois modos possíveis. O primeiro, aquele em que a passagem ao ato alcança seu pleno êxito, isto é, somente no suicídio, ela “aniquila o discurso; inexorável, desata o laço social, diz não a todo saber” (Souza, 1991: 8)¹⁶. Mas no segundo, aquele em que ela falha – isto é, todas as vezes em que ela não consuma o ato suicida -, a recusa ao saber se manifesta na forma paradoxal de uma reiteração da falha estrutural do saber, falha essa de que o sujeito, na presente passagem ao ato, justamente “não quer saber”.

O que se observa aqui é que o modo específico de a passagem ao ato recusar o saber, qual seja, o não-querer-saber nada daquela impossibilidade do

¹⁵ A esse respeito, cf. Miller, 1988: 53.

¹⁶ Assinala-se que, nos termos acima transcritos, a autora se refere “em especial” ao ato suicida, mas, de um modo geral, à “passagem ao ato” enquanto tal.

saber - de que o sujeito do ato analítico justamente faz experiência em seu modo particular de recusa – acaba por implicar, pela via de uma tácita negação dupla, uma tácita afirmação do saber. Isso tem conseqüências importantes.

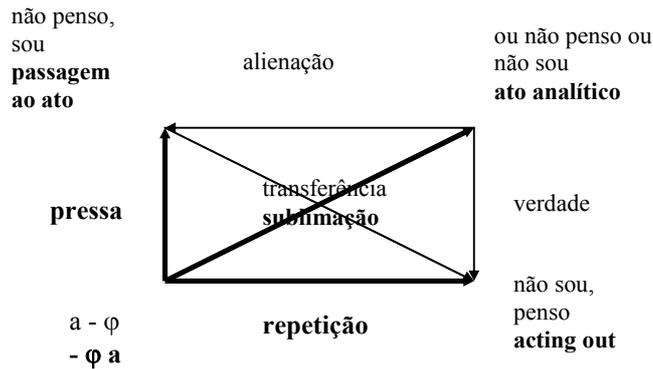
Uma vez que o sujeito venha a sobreviver à radicalidade daquele ato em que expressa sua recusa, ele se acha imediatamente às voltas não com sua recusa, mas com sua afirmação do saber. E no entanto, tão claro é que esse ato, em última instância afirmador do saber, falhou – afinal, eis aí o sujeito que não se suicidou -, que ela, passagem ao ato, como falha da afirmação do saber, pode se oferecer como uma via de acesso à experiência da impossibilidade do saber de que é testemunha o outro ato que rompe, a saber, o ato analítico. Em poucas palavras: no limite, encontram-se a vivência da impossibilidade do saber e a vivência – que de algum modo precisa deixar de ser tácita – da falha sobrevivente, a experiência do fracasso da dupla negação afirmadora do saber.

Num esquema trabalhado ao longo de seu seminário sobre *A Lógica da Fantasia* e retomado no ano seguinte em *O Ato Psicanalítico*, Lacan delinea sobre a estrutura matemática do grupo de Klein¹⁷, dois trajetos que dizem respeito ao percurso analítico. Vejamos em que medida esse esquema começa a oferecer alguma clareza acerca da conexão acima sugerida.

O primeiro trajeto implica num segundo, cujo ponto de partida é o ponto de chegada daquele. O segundo trajeto, que privilegiaremos por conta de sua estreita relação com a clínica do ato, tem a passagem ao ato e o *acting out* como elementos constituintes. Vejamos, a configuração de cada um deles¹⁸:

¹⁷ O grupo de Klein é composto por vetores que descrevem certos percursos e desembocam em um produto, que resulta desse percurso. Aplicando as operações de oposição e inversão, pode-se voltar do produto ao ponto de partida. Com Lacan, esse é um dos princípios que é radicalmente modificado. Alcançando o produto, não tem como retroceder; não há reversão da direção. Ele utiliza o grupo de Klein de modo que ele se afine com a lógica do ato. A esse respeito, cf. Brodsky, 2004: 55.

¹⁸ O segundo encontra-se em negrito. Apoiamo-nos aqui nos esquemas do livro de Graciela Brodsky. Cf. Brodsky, 2004.



Lacan concebe o estatuto do sujeito através de uma inversão do *cogito* cartesiano: o sujeito está situado entre o “não penso” e o “não sou”.

Numa existência marcada pelo paradoxo, confrontado a uma escolha forçada do vel alienante entre ‘ou eu não penso ou eu não sou’, o sujeito se inscreve no campo do Outro na primeira alternativa: ‘eu não penso’ (Vidal, 1993:219).

Trata-se, nessa alternativa, da alienação, escolha preferencial do sujeito em detrimento da verdade, alternativa rechaçada por ele. Na realidade, o que é rechaçado é o pensamento que conduz o sujeito à falta-a-ser, ou seja, o pensamento inconsciente. É pela via da transferência que a passagem da operação da alienação para a operação da verdade se efetua no percurso analítico. “Ninguém escolhe pensar para não ser, exceto se estiver sob transferência” (Brodsky, 2004: 72). Logo, a transferência é a diagonal que leva o sujeito de uma posição à outra.

Por se tratar de um grupo de Klein, há ainda o quarto canto do quadrângulo que “combina os resultados de cada operação, representando sua essência em seu resíduo” (Lacan, 2003 [1966-67]: 324). O vértice esquerdo inferior reúne, ou melhor, disjunta, os resultados da operação alienação e da operação verdade: a pulsão e a castração, a e $- \square$, respectivamente. A não conjunção entre esses elementos expressa a impossibilidade estrutural da realização da união sexual. Essa impossibilidade torna-se, então, ponto de partida do segundo movimento do grafo.

A primeira versão - “não existe ato sexual” (Lacan, 2003 [1966-67]: 326) - daquilo que se constituirá como um dos axiomas fundamentais do ensino de

Lacan- “não há relação sexual” – pode ser aí localizada. Será, portanto, a partir da inexistência do ato sexual, do saber que falta no inconsciente a respeito de “ como um homem se vincula a uma mulher” (Brodsky, 2004: 157) - que os outros elementos do segundo grafo farão sentido, já que seus vetores consistem em percursos que visam uma solução para o impasse expresso nesse vértice. No mesmo lugar do ato sexual que não há, do saber que aí falta, o sujeito responde com a construção da fantasia, através da qual ele procura fazer existir a relação sexual. A conjunção de um sujeito com um objeto ($\exists & a$) é o único recurso disponível para fazer existir, de algum modo, o que é da ordem do impossível: não há saber que dê conta do sexual.

Em contrapartida, “a construção da fantasia, o impasse que ela significa, abre as portas para a dimensão do ato, e nem sempre da melhor maneira” (Brodsky, 2004: 104). A fantasia é o pano de fundo comum sobre o qual passagem ao ato e *acting out* vão se constituir. Ambos dizem respeito à relação do sujeito com o objeto. Essas modalidades de ato apresentam-se, então, “como duas maneiras de o sujeito confrontar-se com a estrutura de seu fantasma, dois modos de agir guiados pela urgência que a causa impõe” (Vidal, 1993: 221).

Passagem ao ato e *acting out* constituem – cada um a seu modo – respostas do sujeito, enquadradas pela fantasia, à inexistência de um saber que dê conta dessa impossibilidade estrutural. Já sabemos que essas respostas têm uma característica comum: elas falham como ato. Trata-se de considerar, então, como no percurso analítico, o ato pode falhar de uma maneira produtiva.

Se por um lado, no tratamento analítico não está em questão, em nome de uma suposta cura, a proscrição desses que se caracterizam como dois mecanismos fundamentais de o sujeito lidar com o objeto, a saber, a passagem ao ato e o *acting out*, por outro, não se pode conceder que eles orientem paradigmaticamente o manejo da clínica. É bem verdade que, como vimos, a concepção do ato analítico em termos de fim de análise, como a transformação do analisando em analista, o distancia da realidade do tratamento que se inicia. Contudo, considerando-o menos como um estado teleologicamente prometido do que como um marco regulador do tratamento, vemos que é para ele que aponta toda passagem que traz a marca da divisão do sujeito como algo que encerra sua verdade.

Se a passagem ao ato carrega essa marca, é porque a guarda na falha que é constitutiva do seu sucesso. Esse sucesso, convém registrar, não deve ser

entendido como o êxito suicida que “aniquila o discurso; (...) desata o laço social, diz não a todo saber”, mas sim como a conquista sobrevivente da oportunidade da falha. Na passagem ao ato que não tem êxito, a falha é a marca da oportunidade de uma experiência “tão próxima” do ato analítico quanto da dimensão da verdade do sujeito. Queremos designar com a expressão “passagem ao ato falha”, a essência clinicamente produtiva da passagem ao ato que não tem êxito. Vimos que a passagem ao ato expressa no seu movimento um não querer saber em que o que é recusado é o que chamamos de experiência da impossibilidade do saber, aquela mesma que traduz o ato analítico de transformação do sujeito. Vimos também que a *recusa* da vivência de uma *impossibilidade*, como negação dupla do sujeito suposto saber, como um não-querer não querer o saber, é a atitude que maximamente atesta a confiança do sujeito na sua não-verdade. Vimos finalmente que essa dupla negação afirmadora do saber é o ato que não tem êxito em toda passagem que, enquanto outra que não o suicídio, é necessariamente passagem ao ato falha. Nossa pergunta então é: o que tem o tratamento psicanalítico a ver com o caráter constitutivamente falho de toda passagem ao ato?

Temos motivos para acreditar na possibilidade de um tratamento que se oriente pela tarefa de fazer emergir para o sujeito o caráter necessariamente falho da sua passagem ao ato. E acreditamos que o caminho desse reconhecimento depende de que se consiga transferir ou abalar a certeza engendrada pelo objeto que impulsiona o ato, para que o ato falhe de uma maneira produtiva, a saber, trazendo em sua falha a dimensão da verdade.

[...]o saber, em certos pontos que podem certamente ser sempre desconhecidos, faz falha. E são precisamente esses pontos que, para nós, estão em questão, sob o nome da verdade (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67).

Mas sabemos também que a verdade do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto *a*. Pode-se presumir, então, que a passagem ao ato falha faz com que a verdade do objeto *a* – consistência lógica com a qual o sujeito faz existir o Outro - seja revelada.

Vimos que o objeto que causa angústia impede que o sujeito se mantenha no circuito do desejo. Quando o objeto se apresenta no circuito e a falta deixa de operar, o sujeito não pode mais traçar seu movimento impulsionado pela causa de

desejo. Vimos também que o *acting out* e a passagem ao ato nos mostram que há um excesso de causa que precisa ser retirado do circuito, e que é depois do ato que a função causa volta para o lugar. Ocorre entretanto que, no tratamento, o analista não pode nem contar com o advento contingente da experiência da falta nem com a *simples* passagem ao ato como o caminho para essa falta se fazer.

Sabemos que a aposta do analista deve ser num modo de encontro e delimitação do objeto *a* que se distingue essencialmente daquele modo de encontro que define a emergência traumática e angustiada da passagem ao ato. Sua intervenção pode propiciar que o objeto, esse em torno do qual o sujeito circula, se desenhe na cena da análise (sem ser pelo caminho do *acting out*). Uma vez que ele é localizado, pode-se inseri-lo numa montagem da qual fazem parte os outros objetos da história do sujeito, de tal forma que, na estabilidade dessa montagem, reconstitua-se o circuito do desejo. Nesse sentido, acreditamos que mais apropriado do que apostar no surgimento da falta ou “cavar a falta” (Rabinovich, 2004: 64) é criar as condições para que a revelação do caráter falho de uma passagem ao ato iminente ou já realizada, a ser localizado (evidentemente nos limites do manejo clínico) como fracasso da dupla negação afirmadora do saber, venha a ser experienciada justamente como um encontro “esvaziado” com o objeto *a* que está aí, em sua presença. Em poucas palavras a revelação da falha da passagem ao ato pode ser o mesmo movimento pelo qual o objeto *a*, consistência lógica mas também resto presente, é incorporado na história do sujeito precisamente como motor do circuito do seu desejo.

3.3. Entre um Ato e Outro

Apresentaremos aqui um fragmento de caso com o qual pretendemos trazer alguma confirmação clínica da conexão entre a falha da passagem ao ato e a verdade do sujeito localizada no que é, para ele, o objeto *a*.

“Na polícia ou você é herói ou carrasco, e eu virei carrasco de um dia para o outro”. Assim é formulado o sofrimento de um policial que procura atendimento por não conseguir “digerir uma injustiça” que sofreu em sua trajetória na Polícia Militar: acusado de “um ato que não cometeu”, passou uma ano confinado no xadrez de um batalhão da corporação até ser julgado e absolvido pela justiça.

O fato de ter ficado preso por algo que não fez passa a ser um divisor de águas em sua vida. Antes, “era respeitado porque exercia com afinco e determinação” qualquer missão que lhe era atribuída. Chegou a ser premiado em diversas ocasiões por seu excelente desempenho nos serviços prestados à corporação. Agora, acha que não pode mais trabalhar nas ruas porque perdeu a “fé pública”¹⁹. “Estou desautorizado como policial. Quem vai acreditar em mim depois disso? A minha palavra não vale mais nada”. Ainda que tenha sido absolvido, a marca da acusação não foi apagada. O registro da prisão consta em sua ficha disciplinar e compromete em boa medida sua carreira profissional. Outro motivo que o “impede” de voltar a trabalhar nas ruas, é “o estado de raiva incontrolável” que passou a lhe acometer em certas situações. Acredita que pode acabar “explodindo” com algum cidadão, caso “reviva uma situação de desrespeito, humilhação ou injustiça”. Desde que foi preso, passou a temer por seus próprios atos, já que em alguns momentos é “tomado por um descontrole” que o faz “perder a cabeça”. “Eu não era assim antes”.

Na prisão, “sentindo muita solidão e raiva pela humilhação sofrida, em vez de conversar com Deus, como a maioria das pessoas fazem nessas circunstâncias”, colocava-se diante do espelho e conversava com seu “simétrico” - imagem que representava esse lado irascível e descontrolado com o qual ele começava a conviver. “Essa era uma forma de sentir menos a solidão” e de poder dialogar com algo que passou a “se opor” a si próprio. Deixou de acreditar em Deus nesse momento, pois a idéia que tinha de um Deus que protege aqueles que agem corretamente “era incompatível com a injustiça que estava vivendo”.

Essa “terrível experiência” o levou a um questionamento sobre o “funcionamento do sistema, sobre as relações de poder, sobre as injustiças do mundo”. Diante disso, resolveu cursar uma faculdade, acreditando que “com conhecimento poderia evitar uma nova situação de humilhação e desrespeito”. No entanto, diz ter descoberto que “o conhecimento é uma desgraça, pois você começa a ver certas coisas que antes não via e passa a sofrer mais com o que está errado. Eu era mais feliz quando era cego, quando não me dava conta de que eu era apenas uma peça da engrenagem. Quanto mais eu sei, mais sofro por não

¹⁹ Expressão corrente no ambiente da polícia militar, que designa a legitimidade de um ato de autoridade.

aceitar as injustiças do sistema”. Mesmo assim, orgulha-se de seu alto coeficiente de rendimento, de sua inteligência e de sua capacidade de “assumir uma posição de liderança”. Aliás, esses atributos lhe dão a convicção de que não é “doido”, pois “maluco é abobalhado e não raciocina”.

De volta ao trabalho na polícia militar, passou a exercer funções administrativas dentro do batalhão. Ainda que questionasse o modo de funcionamento “dessa engrenagem”, apontando suas desrazões e injustiças, continuava a se empenhar no trabalho, sendo reconhecido por todos pelo seu profissionalismo. Nos atendimentos, falava basicamente dessa experiência “não assimilada” e da mudança radical, ocorrida a partir dela, em seu jeito de ser e de reagir às situações. “Não me sinto mais pertencendo a esse mundo. Não há lugar para mim aqui”.

Estava há dois meses em tratamento – irregular - quando, um certo dia, apresenta-se no batalhão muito exaltado e com a arma na cintura, o que chamou a atenção dos colegas que sabiam que ele não costumava trabalhar nem andar armado. Um colega policial o traz à minha sala, depois de ter encontrado com ele uma folha de papel na qual podia-se ler uma única frase seguida de garranchos que a preenchiam até o fim: “Filha, hoje eu vou morrer”. Enquanto era desarmado, antes de entrar na sala, dizia: “eu vou matar eles”.

Encontrava-se visivelmente transtornado e já havia “perdido a cabeça”. Narra que por ocasião de um conflito familiar entre sua filha e sua mulher, a partir do que vinha se sentindo pressionado por ambas, foi tomado por um “acesso de raiva” que o levou a passar ao ato. Após haver deixado claro que estava disposto a acabar com tudo (com a vida delas e com a sua própria), perseguiu a mulher que, assustada, se refugiara na casa de seus pais. Disparou diversas vezes contra o portão da casa. Convencido de que seria preso por esse ato, dirigiu-se ao batalhão “disposto e decidido a matar” quem viesse prendê-lo. Chega nesse estado ao atendimento, decidido a “matar e morrer”, pois não tem mais nada a perder. Acaba por afirmar que deseja ser “preso justamente”, pois só assim poderia digerir a experiência de ter sido acusado por algo que não fez.

O ato cometido no âmbito familiar, que pôs fim ao casamento que ele tanto prezava (sabia que sua mulher haveria de abandoná-lo depois de tudo, o que se confirmou), aparecia não apenas como consequência de uma injustiça sofrida, mas como uma “possibilidade de reparo” dessa injustiça; mas ao preço de sua própria

vida. O ato que o priva da mulher, “sem mais nada que prende à vida”, leva a um segundo, que *faria jus a* marca que o condena: “então, que eu seja preso ou morto por algo que fiz”. A passagem ao ato insiste em afirmar o que quer silenciar. Como uma tentativa de saída dessa marca que condena, ela reitera essa marca, condenando o sujeito a sofrer os efeitos por ela provocados.

Entre um ato e outro, um realizado e outro na iminência de se realizar, recebo esse sujeito. Fica evidente durante o atendimento que o ato se apresenta na forma da “solução” por excelência ao impasse que embaraça e perturba o sujeito. Prestes a realizar uma passagem ao ato na sessão, ele acaba por me advertir que sua “capacidade de agir” não podia ser colocada em questão e que o manejo clínico exigia bastante cuidado. Tratava-se, nesse momento, de possibilitar uma passagem da certeza que leva ao ato à falha do ato como certeza, ou seja, de fazer vigorar alguma dúvida, surpresa, desconfiança (dele e não minha) que levasse o ato a falhar como a “solução”, possivelmente derradeira, para o impasse da angústia. Assim, depois de quase “cometer uma injustiça para ser preso justamente”, a certeza que impulsiona o ato é abalada pelo reconhecimento do fato de ser “justamente” nessa engrenagem, da qual ele “não passa de uma peça”, que ele pode confidenciar a alguém o diálogo que estabelece com “o simétrico”. Nesse momento se mostra com clareza que o endereçamento daquilo que “se opõe” a ele cria um intervalo entre a angústia e o ato.

Esse intervalo foi necessário e suficiente para afastar uma outra passagem ao ato e, também, para marcar o início do tratamento. Entre a angústia e o ato, entre a necessidade de um saber absoluto que dê conta de uma experiência traumática e a passagem ao ato, abre-se um espaço para que a falha opere em sua dimensão de verdade. Entre um ato e outro, entre uma falha e outra no saber que não dá conta “da injustiça sofrida”, encontra-se o sujeito que persiste – com regularidade e confiança, desde então – na tentativa de localizar possíveis saídas para o que se mostra, a princípio, sem saída.

Sem garantias, trata-se, a cada vez, a cada “ameaça”, a cada iminência, de trazer a dimensão falha da passagem ao ato, de falhar o ato que se apresenta como uma saída para a angústia desencadeada pelo objeto *a*. A certeza do “não tenho mais nada a perder”, boa tradução, aliás, para a angústia que leva ao ato, não deixa de se apresentar noutros momentos em que há um reencontro com o objeto - “uma peça da engrenagem” - que causa angústia. É desse objeto mesmo que a análise

deve tirar proveito, procurando delineá-lo, estabelecendo seu contorno, de tal forma que essa “peça fora da engrenagem” possa ser colocada em seu “justo lugar”. Assim sendo, o sujeito pode encontrar um lugar para si “nesse mundo”, entre todos os objetos que fazem parte da sua história.

No que diz respeito ao contorno do objeto *a*, não pode ser desconsiderada sua iniciativa de se agregar a uma outra “peça fora da engrenagem”, a uma “vítima da falha do sistema”. Como um ato “de justiça”, leva para morar consigo uma menina de rua que acabara de conhecer. Ela e seu filho, “produtos, restos do sistema capitalista”, foram acolhidos em sua casa, formando assim sua nova família. Ainda que ele afirme que, após o ato que lhe valeu o abandono da mulher, nunca voltará a amar alguém, pretende casar com essa menina a fim de garantir os direitos da polícia (pensão, serviço médico, etc.) para ela e seu filho. O novo compromisso firmado tem todas as características de uma volta a ter algo a perder, condição fundamental para estar no circuito do desejo novamente. O objeto *a* voltou ao seu “justo” lugar.

Capítulo 4: A Clínica e o Ato na Polícia Militar

A fala, mesmo no auge de sua usura,
preserva seu valor de tésseira¹

Jacques Lacan

4.1. Inventando o Analista (Militar)

O exercício da clínica psicanalítica num batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciado com a formação de um quadro de oficiais psicólogos nessa corporação, está na base e na origem do interesse que nos move nesta dissertação em torno do tema do ato. Assim sendo, julgamos pertinente iniciar este capítulo com uma breve exposição do modo como essa prática clínica se constituiu e das transformações que ela vem sofrendo desde então para, em seguida, levantarmos algumas hipóteses a respeito da relação nesses sujeitos entre angústia e ato e a situação corporativa em que eles se encontram.

Há cerca de cinco anos, um grupo de psicólogos ingressou, através de concurso público para o Quadro de Oficiais da Saúde, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro². Diferentemente dos outros profissionais de saúde dessa corporação, que eram lotados nos hospitais e nas policlínicas, a maior parte dos psicólogos foi encaminhada a batalhões de polícia militar, sob a seguinte justificativa: os policiais se encontram submetidos a freqüentes situações de estresse – notadamente, o risco de vida nos confrontos armados – e necessitam, por isso, de apoio psicológico imediato em seu local de trabalho, que inclui exercício de prevenção de estresse.

¹ Para nossa surpresa, a palavra tésseira comporta um significado militar em sua segunda acepção: “tabuleta quadrada na qual os chefes militares traçavam suas ordens, para um subalterno, o tesserário, transmiti-las às tropas”. Novo Dicionário Aurélio.

² Os 50 psicólogos que foram admitidos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como 1º Tenente, em janeiro de 2002, realizam diversas funções, tais como: atendimento clínico, recrutamento e seleção de praças e oficiais, atividades de ensino, entre outras. É importante esclarecer, portanto, que quando falarmos em clínica psicanalítica na Polícia Militar, não estaremos nos referindo ao trabalho realizado por todos os psicólogos, mas ao nosso em particular, que vem sendo discutido e teorizado há quatro anos com outros psicanalistas que trabalham nessa corporação militar no **Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar**, coordenado por Cristina Duba (EBP-Rio) e vinculado à Unidade de Pesquisa *Terceira Margem do Rio*, coordenada por Marcus André Vieira (EBP-Rio).

A prática clínica que nos foi demandada inicialmente – formação de grupos em que os policiais eram chamados a formular suas queixas, sofrimentos e demandas -, entretanto, revelou que tratamento preventivo de estresse de confronto armado, diagnosticado como uma necessidade institucional, jamais fora uma reivindicação dos policiais. Antes, suas queixas recaíam sobre questões como desvalorização profissional, arbitrariedade na aplicação do regulamento por parte dos superiores hierárquicos, precário estado das condições e instrumentos de trabalho (viaturas, armas, farda, etc.), baixos salários, etc.

Após um ano e meio, a partir de uma reformulação geral do projeto clínico inicialmente proposto ao quadro de psicólogos, foi facultada a cada profissional a escolha de continuar ou não com os grupos. Optamos por suspender sua realização, ainda que provisoriamente, pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, visto que eles não correspondiam a um interesse espontaneamente manifestado pelos envolvidos, mas obrigação convocada por escala, não geravam resultados suficientemente proveitosos. Em segundo lugar, a liberação dos policiais do serviço de rua para a participação dos grupos se mostrava muito freqüentemente inexequível do ponto de vista institucional. Terceiro e fundamental: a consolidação de uma “queixa institucional” em grupo e quase unânime, através da qual os policiais sustentavam em bloco um discurso de vítima em relação ao Outro, responsabilizando a instituição por todos os problemas, suprimia, a princípio, a criação de um espaço no qual a fala não se manifestasse apenas como reverberação dos descontentamentos inerentes à situação corporativa.

Em relação aos atendimentos individuais, também houve, no início, dificuldades a serem enfrentadas, sobretudo ligadas ao fato de o corpo de psicólogos ocupar um lugar na hierarquia militar. Os sujeitos chegavam a nós cumprindo o protocolo militar que, de saída, sugeria uma relação de submissão, de vergonha e de medo: submissão do praça ao oficial, vergonha de falar para o seu superior sobre a sua intimidade e o medo de estar sob o olhar da Instituição e de ter seus segredos violados pelo regime militar. Em suma, o fato de pertencermos à corporação como oficiais de saúde, figurando dentro da estrutura hierárquica do regime militar como

tenentes, fardados e submetidos às leis e regras disciplinares que regem o militarismo, parecia estar na origem de uma sólida resistência inicial.

Eis, em última instância, o ponto em que se situava o impasse dessa clínica: os policiais que pareciam esperar por uma solução instantânea³ – a maioria, no início – para problemas “objetivos” institucionais não se adaptavam à proposta de tratamento e o interrompiam prematuramente, ainda que um grande sofrimento estivesse em jogo. Passamos, então, a investigar esse obstáculo ao trabalho analítico a partir do tema da resistência⁴, apesar de nos perguntarmos, assim como Lacan, se seria pertinente considerar o que se passa fora da análise sob esse termo.

Será que a resistência é um fenômeno que só se passa na análise? Ou é algo que podemos falar quando o sujeito passeia fora da análise, e mesmo antes de que venha a ela, ou depois que a deixou? Será que a resistência continua a ter o seu sentido fora da análise? (Lacan, 1986:33).

Comprometemo-nos explicitamente com a concepção da inclusão do analista nesse conceito, conduzida ao paroxismo na tese lacaniana de que “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (Lacan, 1998 [1958]: 601). O que se afirma aqui com contundência é a implicação e a plena responsabilidade do analista tanto no estabelecimento quanto no processo de remoção dos obstáculos ao movimento de fala através do qual o sujeito se revela. A resistência é um conceito chave na determinação da responsabilidade do analista nas improvisações e invenções que o trabalho clínico, para não se desvirtuar ou se extinguir, lhe exige.

Procuramos, então, recolher os efeitos dessa proposta de atendimento nos batalhões de polícia militar a partir dessa particularidade que marca o lugar dos psicólogos na corporação, a saber, de oficiais psicólogos. Dado que esse lugar se caracteriza por uma duplicidade, a de tenente PM e a de psicólogo e, havendo na

³ De início, a demanda endereçava-se muito mais ao tenente do que ao analista, uma vez que os policiais acreditavam que poderíamos, por sermos oficiais, resolver suas dificuldades relacionadas ao trabalho, tais como: mudança de escala, transferência de batalhão, atenuação de punição, entre outras. Nesse sentido, vinham até nós para que solucionássemos seus problemas que, na maioria das vezes, eram ligados à Corporação.

⁴ O projeto de estudo com o qual ingressamos no mestrado tinha como tema o conceito de resistência. No entanto, acabamos sendo conduzidos, a partir de outras questões oriundas dessa mesma prática, a pesquisar o tema do ato.

patente uma nomeação que antecede a formação profissional, consideramos e apostamos na possibilidade de a clínica se fundar, a partir de um terceiro lugar não nomeado por esta duplicidade: o lugar do analista. Como o analista, nomeado por insígnias que não indicam que ele ocupa um Outro lugar, o lugar do saber inconsciente, poderia abrir brechas para uma fala interpretativa se estabelecer nessas condições? A nossa indagação visava situar o ato do analista nesse contexto.

Pouco mais de dois anos depois da nossa⁵ inserção nos batalhões, mudanças clínicas importantes começaram a ocorrer. Em termos quantitativos, aumentaram significativamente a procura e a continuidade dos atendimentos. Em termos qualitativos - se é que podemos nos exprimir assim -, efeitos analíticos passaram a ser claramente produzidos, resultando em modificações importantes naqueles que se renderam à tarefa psicanalisante. Acreditamos que essa transformação na clínica se deve ao fato de termos, durante esses dois primeiros anos, ocupado um certo lugar de “extimidade”: não cedemos do nosso desejo de analista, nem tampouco desconsideramos nosso atributo “militar” que, exercendo influência no estabelecimento da transferência, nos convoca a “se servir” dele nos limites do manejo clínico.

Nesse contexto de transformação, deparamos com a questão do ato, que se nos impôs como um tema a ser investigado em primeiro plano. Constatamos, a partir da observação e manejo de casos singulares nessa clínica específica, a presença de certo modo privilegiada do “agir”. Aqui, mesmo quando não consumado, o “agir” parece pairar no horizonte como forma recorrente de se responder aos impasses subjetivos.

O policial militar é, num certo sentido, um sujeito como qualquer outro. Mas assumimos aqui o risco de afirmar que, por razões que precisam ser expostas, há um sentido em que ele, justamente enquanto policial militar em busca de tratamento psicanalítico, é um paciente diferenciado. Na medida em que apostamos nessa diferença, precisamos mostrar essencialmente, sempre a partir da experiência clínica,

⁵ O “nossa” refere-se aqui aos psicanalistas militares que compõem o **Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar**. As considerações expostas neste capítulo expressam bem algumas das questões que vem sendo levantadas e desenvolvidas ao longo desses anos por esse grupo de psicanalistas. Constatamos em nossas discussões que houve uma transformação muito evidente e significativa na experiência clínica de cada um, a partir do segundo ano de nossa entrada na Polícia Militar.

que existe uma conexão característica e suspeitamente recorrente entre as relações de angústia e ato nesses sujeitos e a situação corporativa em que eles vivem e a que se refere sua fala na instância clínica. Procuraremos aqui indicar algo da natureza dessa conexão com uma dupla preocupação: de um lado a de evitar o abuso das generalizações e tipificações de caráter psico-sociológico; de outro a de enfrentar o desafio e o risco de refletir sobre sujeito, angústia e ato no quadro circunstanciado de uma instituição que, por ser instituição e por ser “uma”, expõe à investigação clínica alguma regularidade.

4.2. Da Ação Policial à Passagem ao Ato Falha

Nossa experiência clínica, confirmando as mais imediatas intuições, constatou nessa instituição militar a presença, disseminada nas diversas instâncias, de uma certa exortação ao agir, tributária do elevado valor de que aqui, por razões evidentes, sempre desfrutou a idéia de ação. Porque o que se espera do policial militar é que ele aja e que seu ato, é claro, não falhe, muitas ações aí se produzem, tanto acertadas quanto falhas. Isso não significa, entretanto, que estejamos aqui privilegiadamente às voltas com atos, entendidos, a partir da idéia de corte e instauração do novo presentes da teoria lacaniana. De saída, sabe-se que o policial e sua corporação precisam ser e são aqueles que agem. A quantidade e a qualidade do ato que eventualmente acompanha e corresponde a essas ações é justamente o que pretendemos, com base numa reflexão sobre nossa experiência nessa clínica, conceber melhor.

Como representante da lei e do Estado, o policial militar está autorizado a agir em nome da manutenção da ordem e da segurança pública. Independentemente da patente que o identifique, ele desempenha e representa “funções em relações às quais o sujeito fica como que alienado – são funções da fala das quais ele é o suporte, mas que ultrapassam em muito sua particularidade” (Lacan, 1999: 274). A princípio, as ações policiais se inscrevem e são esperadas no campo dessas funções.

Há certos modos do agir, contudo, que não se enquadram no campo das ações da Polícia Militar. Eles se destacam do conjunto das ações policiais por trazerem à cena algo que implica o sujeito “no mais íntimo de si mesmo” (Lacan: 2005: 191), a

saber, o objeto *a*. Para estas ações, talvez, possamos reservar o termo “ato” (em sentido *lato*). Contrariamente à ação policial, que visa a manutenção ou o restabelecimento da ordem pública, no ato há, como vimos, uma ruptura da ordem prévia, um corte que marca um antes e um depois e que, necessariamente, efetua uma mutação no sujeito.

Na experiência clínica na Polícia Militar, a passagem ao ato - definida como tal, como foi visto, somente após sua realização - tem se apresentado, muito freqüentemente, como o motivo que traz o sujeito ao tratamento. Ela ocorre, não raro, no “vestíbulo” da análise, o que não significa dizer que ela é alheia ao tratamento analítico. Ao contrário. Fomos advertidos pela própria experiência clínica a considerar a passagem ao ato como “causa” freqüente que leva o sujeito ao encontro com o analista. Tem sido muito comum que policiais nos procurem após terem realizado uma ação impulsiva ou tão logo percebam que estão prestes a realizá-la. Nesses casos, o sujeito sente-se compelido a cometer um ato que, no fulgor de um instante, se mostra como a única solução disponível para um estado de angústia. Temos nos perguntado então sobre a passagem que pode ser franqueada ao sujeito, no encontro com o analista, que possibilite uma transformação da angústia por outras vias que não, necessariamente, a passagem ao ato. Assim, pareceu-nos fundamental realizar uma investigação que viesse a lançar luz sobre o possível tratamento do que se apresenta na porta de entrada do tratamento.

Entre o que se passa no vestíbulo da análise e o que disso transforma-se em causa de tratamento, há um franqueamento que não pode ser desconsiderado. Em muitos casos, decidir procurar o analista militar “é, afinal, algo que merece o nome de ato” (Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67). Ainda que o sujeito não nomeie de psicanálise o que ele aí procura, não deixa de ser um ato “decidir-se, com tudo o que isto comporta, decidir-se a fazer o que chamamos uma psicanálise” (*loc.cit.*). A decisão em ato de procurar o analista “comporta um certo engajamento” (*loc.cit.*) daquele que vem procurar um “saber” que alivie sua angústia e detenha seu ato.

Vimos que a passagem ao ato, constituindo-se como uma negação da impossibilidade de um saber absoluto, compromete-se com a afirmação da crença no saber. Nesse sentido, a passagem ao ato acaba por relançar a busca cega de um saber

suposto que se afirma em oposição à verdade do sujeito. Enquanto o sujeito caminha no sentido do saber suposto, o tratamento analítico deve caminhar no sentido de fazer aparecer a falha da passagem ao ato que, como falha constitutiva da afirmação do saber suposto, não deixa de trazer consigo algo da dimensão da verdade do sujeito.

Exporemos a seguir algumas considerações que têm encontrado bastante ressonância entre os psicanalistas que formam o Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar⁶. Nas duas próximas seções, trabalharemos em torno de duas principais idéias: a primeira consiste numa distinção que estabelecemos entre “perigo interno” e “perigo externo”, ligando aquele, mais do que esse, a um efeito de contingência que, freqüentemente, aciona a angústia e a passagem ao ato; a segunda consiste numa articulação, a partir da figura do “Comandante”, entre ideal de eu e objeto *a*.

4.3. O Perigo Interno à Corporação

O policial militar não parece desavisado quanto à natureza do trabalho que deve exercer. Sabe que terá que enfrentar diretamente, com a exposição de seu corpo, a criminalidade, entre outras atribuições que deve assumir na manutenção da ordem pública. O risco de vida, portanto, não é ignorado, sendo considerado parte da profissão e da escolha por ela. O medo, relativo a esse risco, circunscreve-se a partir de um objeto bem definido: o inimigo que pode ferir ou matar.

Contrariamente ao que poderíamos imaginar, vemos a partir de nossa experiência que a maioria dos policiais não manifesta tanto medo em relação aos riscos que a profissão acarreta, quanto em relação às possíveis injustiças que acredita poder sofrer dentro da própria corporação. É comum ouvirmos eles expressarem o desejo de estar no combate, afirmando que é disso que gostam na profissão. Esse tipo de trabalho só se configura como um problema, na medida em que eles se sentem na iminência de serem presos ou punidos. No que se refere à corporação, portanto, há um medo constante de uma punição injusta, de uma mudança de escala como forma de castigo, de ficar preso à disposição do comandante ou de não ser compreendido quando precisa se explicar para seu superior imediato. O problema, segundo dizem,

⁶ Ver notas 2 e 5.

não se refere à submissão ao militarismo e a suas regras, mas à arbitrariedade e ao desrespeito na aplicação do regulamento que orienta a disciplina militar.

Assim, o “perigo interno” parece muito mais expressivo que o “perigo externo”, ou seja, o modo de funcionamento da instituição lhes soa muito mais ameaçador do que o risco vivido no confronto armado. Essa suposta divisão entre perigo interno e perigo externo, suscitada a partir do que recolhemos no discurso dos policiais, remete-nos a “um tema quase literário, um lugar comum” (Lacan, 2005: 176), a saber, à distinção entre angústia e medo, assim como, à distinção, estabelecida por Freud, entre angústia neurótica e angústia realística. A elaboração freudiana de perigo externo e o perigo interno assumirá um caráter metafórico em nossas considerações, pois veremos a seguir que o emprego que efetuamos desses termos não equívale exatamente ao que Freud preconiza com eles. Ainda assim, julgamos pertinente expor, sucintamente, suas considerações a esse respeito.

Apesar da diferenciação que Freud visa estabelecer entre a angústia e o medo a partir da ausência ou da presença, respectivamente, de um objeto, a angústia é, segundo ele, *Angst vor etwas*, “angústia diante de algo” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 189). Só que algo que não é evidente. Ela é definida por ele como o estado particular de se esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido.

Em sua primeira teoria da angústia⁷, Freud estabelece uma distinção entre o que ele denomina de angústia realística e angústia neurótica. Enquanto a primeira seria “uma reação à percepção de um perigo externo – isto é, de um dano que é esperado e previsto” (Freud, 1990 [1916]: 459), a segunda expressaria o temor de um perigo interno, não conscientemente reconhecido, a saber, o temor do sujeito em relação a sua própria libido.

No contexto da reformulação da teoria da angústia em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926[1925]), a distinção entre angústia realística e angústia neurótica é revisada por Freud sob a luz de uma segunda distinção que ele estabelece. Partindo ainda das situações de perigo, ele introduz a distinção entre a angústia automática e a

⁷ Há acordo em reconhecer em Freud duas teorias da angústia. O marco dessa divisão é o texto *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926[1925]), que inaugura uma nova concepção da angústia. Para a “primeira teoria da angústia”, a referência que utilizamos é a *XXV Conferência Introdutória sobre Psicanálise* (1916).

angústia como sinal. Existiriam duas reações possíveis tanto em relação ao perigo real quanto em relação ao perigo interno, pulsional: uma se constitui como uma irrupção de angústia – angústia automática - e a outra como uma ação protetora – sinal de angústia. A situação de perigo é definida por Freud como a expectativa em relação à repetição de uma situação de desamparo físico ou psíquico, ou seja, à repetição de uma situação traumática. Logo, de um lado, a angústia constitui-se como uma expectativa de um novo trauma e, de outro, “como uma repetição dele em forma atenuada” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 191).

Retomando a angústia neurótica e a angústia realística, Freud sustenta que a exigência pulsional da primeira só se torna um perigo interno na medida em que sua satisfação acarreta em um perigo externo, ou seja, na medida em que o perigo interno representa um perigo externo. Inversamente, o perigo externo – real – só se torna significativo para o eu se ele é internalizado. “Ele deve ter sido reconhecido como relacionado com certa situação de desamparo que foi experimentada” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 193). Essa divisão mostra-se, então, relativa, na medida em que há uma complementação do interno pelo externo, esse fazendo com que aquele ganhe um caráter traumático.

A ausência de objeto proposta por Freud em relação ao afeto de angústia é retomada por Lacan em seu Seminário X, onde ele nos convida a apreender aí uma presença, ou seja, o surgimento do objeto como algo não nomeável, fora do significante. Ele retifica a proposição de Freud, afirmando que “a angústia não é sem objeto” (Lacan, 2005: 101), o que não significa dizer que ela tem um objeto. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a angústia aparece como sinal da presença do objeto, sem que o sujeito saiba, no seu aparecimento, de que objeto se trata. Portanto, quando Freud afirma que a angústia não tem objeto, pode-se dar um passo adiante e dizer que aí não há objeto que possa ser nomeado. Com Lacan, nós chamamos esse objeto de objeto *a* para assinalar que ele não é da ordem do significante, mas que quando suposto, causa o desejo e quando presente provoca a angústia, afeto-sinal que não engana quanto ao real⁸.

⁸ A concepção lacaniana de angústia é desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação.

A partir de três exemplos retirados de um romance de Tchecov que contradizem a idéia de que o medo tem necessariamente um objeto definido, Lacan propõe uma inversão também em sua definição⁹. É significativo de erro, segundo ele, que sejamos levados a acentuar que o medo tem um objeto. Muitas vezes, o que o sujeito teme “não é coisa alguma que o ameace, mas algo que tem a característica de se referir ao desconhecido do que se manifesta” (Lacan, 2005: 177). Nesses exemplos, é do medo que se trata, e não da angústia. Neles, “o sujeito não está pressionado, implicado nem interessado no mais íntimo de si mesmo” (*loc.cit.*), frase que, pelo avesso, fornece uma das preciosas definições lacanianas da angústia.

Restabelecida uma certa distinção entre medo e angústia, podemos extrair dela uma primeira consequência: o medo é uma forma de sintomatizar a angústia; ele constitui-se como uma resposta sintomática do sujeito em relação à angústia. Lancemos mão das fobias infantis como o melhor exemplo para aceder a essa idéia. O que encontramos aí é uma manobra subjetiva que tem como propósito suprir com significantes – medo de escuro, medo de lobo, medo do desconhecido, etc. – a angústia que expõe o sujeito ao real. O medo, na medida em que permite ao sujeito circunscrever e evitar o objeto fóbico é, assim como qualquer outro sintoma, uma solução encontrada pelo sujeito no que se refere a possibilidade de domesticar a angústia. Não podemos deixar de nos referir a uma segunda consequência da relação entre medo e angústia: o medo “guarda um resto de angústia” (Barros, 2004: 57). As fobias nos mostram exemplarmente que o objeto do medo nunca está totalmente livre da angústia, daí a premência da mudança de objeto que ocorre com frequência nelas.

Retomando agora a distinção, tal como estabelecemos no âmbito da Polícia Militar, entre perigo externo e perigo interno - lembrando que o primeiro, menos incidente, estaria ligado ao medo de ser morto ou ferido no combate e o segundo, bem presente, ao medo de sofrer injustiças e punições arbitrárias dentro da corporação - pretendemos efetuar uma conexão entre essas duas formas de perigo e de medo com a angústia.

Por que haveríamos de distinguir essas duas expressões do medo, se sabemos que, do que quer que seja, o medo é uma maneira de sintomatizar a angústia? Por

⁹ Cf. Lacan, 2005: 176-177.

suspeitarmos que há uma diferença essencial entre elas. Parece-nos que o que denominamos de medo interno à corporação cumpre precariamente a função de proteger o sujeito da angústia, acabando por produzir o retorno dela como efeito de uma solução mal sucedida. Ao invés de simplesmente guardar um resto de angústia, o medo interno traz para a cena “o resto” que concerne à angústia propriamente. Ainda que ambas as formas de perigo possam ser vias de encontro do sujeito com o real, já que esse encontro é sempre contingente e imprevisível, o perigo interno parece favorecer, pelas razões que veremos, o acometimento da angústia, como sinal desse encontro. E isso porque, e aí assumimos os riscos de nossa hipótese, o interno da corporação diz respeito ao interno do sujeito, ao mais íntimo dele mesmo. Eis a idéia que pretendemos expor e defender aqui.

Alguns elementos - que deflagram como a relação entre o privado e o público se estabelece na corporação - nos conduzem em direção a essa hipótese. Aquele que ingressa na Polícia Militar, é conduzido a identificar-se, pelo “amor à farda”, à corporação, assim como, a tomá-la como sua segunda família, donde a expressão “a família policial militar”. Essa expressão, que identifica a corporação a uma grande família, à qual cada policial é levado a nutrir o sentimento de pertencimento, faz referência também à inclusão da própria família do policial na corporação. Nesse sentido, vale citar o fato habitual de as mulheres dos policiais se dirigirem ao batalhão onde seus maridos servem, para prestar queixas deles ao comandante. É muito freqüente, aliás, que o policial, antecipando-se a algum problema de sua vida privada que, poderia “bater na porta do batalhão”, leve, ele próprio, a sua versão do problema ao conhecimento de seu comandante. Observamos, então, que é mais do que comum, que questões íntimas que ultrapassam em muito a esfera profissional e que aparecem como “excessos” da vida íntima do policial sejam endereçadas ao batalhão.

Esse endereçamento configura-se como uma espécie de “pedido” no sentido de que o comandante exerça um tipo de paternalismo que lhe permite ingerências na vida privada e, portanto, na economia de gozo de seus comandados. Pela mesma via em que é feito um apelo à lei da corporação, no sentido de barrar certos excessos que dizem respeito ao “interno” do sujeito, ao seu modo de gozo, a corporação passa, ela própria, a representar algo desse “interno”, desse “íntimo”. Essa relação “tão íntima”

que se estabelece entre a corporação e o sujeito que decide “vestir a camisa” azul, a ponto de o batalhão se configurar como o palco, a cena, para onde o sujeito traz os problemas de sua vida privada parece-nos, então, muito significativa e característica dessa instituição em particular.

Seguindo essa linha, vemos que, em contrapartida, o desamparo em relação às leis que regulam os modos de gozo na corporação leva o sujeito ao encontro da angústia e às diferentes formas de ato. Se é que podemos estabelecer alguma generalização a seu respeito, uma vez que, na angústia, “o sujeito é premido, afetado, implicado no mais íntimo de si mesmo” (Lacan, 2005: 191), diríamos que ela não deixa de dar seu sinal quando o policial se vê, contingencialmente, desprotegido e desorientado em relação aos seus superiores, às leis aplicadas por eles e, conseqüentemente, ao grupo que pertence.

A contingência e a falta de garantias diante dos significantes que se apresentam, de um lado, fixados e bem delimitados nos regulamentos militares e, do lado oposto, suscetíveis a todo tipo de mal entendidos, interpretações e manobras - próprios da linguagem -, levam o policial a um estado denominado por Freud de expectativa angustiada¹⁰. A expressão “nunca se sabe” descreve bem essa forma de angústia, na qual o sujeito espera algo que está por vir, que o ameaça. A angústia da espera em relação à indeterminação do porvir na corporação e ao mal que dele pode advir, não raro, surge quando o policial, forçosamente, se dá conta que o Outro – aquele que supostamente rege a lei, os regulamentos e as regras – não funciona segundo uma lógica clara e confiável, mas, ao contrário, mostra-se absolutamente instável e imprevisível e, por isso mesmo, ameaçador. Logo, quando o policial é surpreendido, no campo da fala e da linguagem dessa corporação, pela instável apresentação do Outro e pela incoerência na aplicação das leis que regem a aliança entre os seus membros, não é incomum que a angústia advenha e que uma exortação ao agir se faça presente.

¹⁰ A expectativa angustiada ou angústia expectante é descrita por Freud como “uma apreensão generalizada, uma espécie de angústia livremente flutuante, que está pronta para se ligar a alguma idéia que seja de algum modo apropriado a esse fim [...]” (Freud, 1990 [1916]: 464). A formulação desse parágrafo, de nossa autoria, encontra-se no trabalho: Notícias de uma clínica particular: onde está o (P)ai (M)ilitar? In: *Latusa Digital*, 2006, Ano 3, nº 25 : http://www.latusa.com.br/larmartex25_3.htm

4.4. A Incorporação da Angústia

Um grupo se constitui a partir de uma exceção que vai funcionar como o lugar da lei. É isso que Freud nos transmite em *Totem e Tabu*, através do mito da horda primitiva, que retrata o assassinato daquele pai que detinha todas as mulheres para si, enquanto seus filhos não podiam gozar delas. O parricídio acaba por fundar um lugar simbólico: o lugar do Pai morto. A interdição de que qualquer um dos filhos venha a ocupar esse lugar, que deve permanecer vazio, possibilita que, em torno dessa exceção, se estabeleça o laço entre os irmãos.

As fórmulas da sexuação apresentadas por Lacan em seu vigésimo seminário são compostas por premissas oriundas do mito freudiano do pai da horda primeva. A primeira premissa do lado masculino das fórmulas da sexuação ($\forall x \phi x =$ para todo x temos a função fálica de x) é universal, sendo válida para todo x , a saber, para todo sujeito na posição masculina. Ela indica que “é pela função fálica que o homem como todo toma inscrição, exceto que essa função encontra seu limite na existência de um x pelo qual a função ϕx é negada” (Lacan, 1985: 107). Logo, a condição para que ela se afirme como uma premissa universal, é que haja uma exceção a ela. A segunda premissa ($\exists x \overline{\phi x} =$ existe ao menos um x que diz não à função fálica de x) o ilustra: há, ao menos um x que não se inclui na regra. Esta premissa tem o pai da horda primitiva, o pai morto, representado pelo x .

Na formação de um grupo, o líder é aquele que, por um traço particular e idealizado, remete todos os membros do grupo ao lugar vazio do pai, ao lugar do pai morto. É a partir desse lugar de exceção que Lacan situa o Nome-do-Pai como função. Com isso bem montado, evita-se o encontro com o insensato da lei, com o real do pai, ou seja, com o gozo do pai que fica relegado ao infinito. Sempre à espreita, entretanto, esse gozo não deixará de aparecer na fantasia de cada sujeito.

O estudo de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) desenvolve-se a partir da suposição inicial de que os laços emocionais constituem a essência de um grupo. É a Eros que Freud atribui o poder de manter um grupo unido, pois, as relações amorosas constituem “a essência da mente grupal” (Freud, 1990 [1921]: 117). Em relação ao Exército, Freud afirmará que “o comandante-chefe é um pai que

ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si” (Freud, 1990 [1921]: 120). Segundo ele, se essa ilusão sustentada por cada membro da corporação em relação ao amor do comandante se dissipasse, o exército se dissolveria. Esse laço mútuo entre os indivíduos ancora-se, portanto, numa importante qualidade emocional comum que reside na natureza do laço com o líder¹¹. Assim, duas espécies de laços vigoram nos grupos: a identificação horizontal entre seus membros e a identificação vertical desses em relação ao líder que, como exceção, ocupa o lugar do ideal de eu de todos eles.

Trata-se de saber, então, o que leva os sujeitos a compartilharem de um mesmo ideal. O esquema que Freud propõe, no oitavo capítulo desse texto, responde a essa questão, sem deixar de colocar outra em seu lugar. Segundo ele, os indivíduos que formam um grupo, colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu, identificando-se, assim, uns com os outros. Daí advém a segunda questão: que objeto é esse, que é o mesmo para todos os membros de um grupo e que se situa no lugar do ideal do eu?

No seminário sobre *A Relação de Objeto* (1956-57), Lacan tece algumas considerações a respeito desse esquema, valorizando o cuidado de Freud de ligar os três objetos correspondentes à cada eu, a esse “objeto exterior, que está por trás de todos” (Lacan, 1995: 181). Ora, em relação ao ideal do eu, Lacan dirá que “não se trata simplesmente de um objeto, mas de algo está para além do objeto” (*loc.cit.*). Essas duas referências nos remetem ao objeto *a*, objeto que, por estar atrás do desejo, por ser sua causa, impulsiona o sujeito a desejar todos os outros objetos. Não nos parece descabido considerar, portanto, que o objeto *a* - ainda que Lacan não o tivesse concebido nesse momento de seu ensino - seja esse objeto que, em sua dimensão sublime, faça os sujeitos comungarem num mesmo ideal.

O que acontece, então, se o ideal cai por terra e o gozo do pai se encarna? Lembremos que o objeto reproduz essa dicotomia: enquanto está no infinito, está sob a áurea do sublime, logo que se encarna, surge em sua dimensão de dejetivo. Ora, a resposta, então, não pode ser outra senão a de que o laço com o líder e com o grupo se desfaz e a angústia sobrevem, como sinal da encarnação do objeto *a*.

¹¹ Cf. Freud, 1990 [1921]: 136.

Se, podemos reconhecer, na Polícia Militar, o general freudiano que ama benevolmente e de forma igualitária seus soldados, gerando neles essa identificação horizontal que os agrupa, também podemos reconhecer aí o seu ocaso, na perda dos ideais, onde o comandante parece ter mesmo perdido a cabeça? Daí, a “expectativa angustiada” do próprio policial, desamparado do comandante, de perder a cabeça e passar ao ato? Não podemos sustentar aqui senão a hipótese de que há angústia e ato apenas no caso de o general perder a cabeça para um sujeito¹². Portanto, a estrutura da massa e do Exército nos serve bem para abordar os efeitos da queda do ideal e da ascensão do objeto *a* em cada caso particular.

A experiência clínica nessa corporação tem nos mostrado que quando o policial não obtém mais a aprovação do grande Outro da Corporação, não é raro ele ser acometido pelo afeto da angústia. No mesmo movimento em que o ideal - sustentado pela identificação com o líder e, conseqüentemente, com os outros membros do grupo - se desfaz, o desejo do Outro mostra-se opaco, imprevisível e sem delimitações precisas e a dimensão do objeto *a* como presença angustiante vem à tona.

Observamos que, nessa situação, não mais identificado à figura do líder, nem ao grupo, é comum que o sujeito se identifique ao objeto *a*, encarnando o resto da corporação, em sua dimensão de “lixo”, “bucha”, “escória”, “pedaço de carne”, “peça da engrenagem”. Assim, aparece na fala dos policiais esses significantes que - acompanhados do afeto que não engana - apontam para o surgimento do objeto *a* na cena. Lacan, no seminário *A Angústia*, afirma que o masoquista aparece nessa função do dejetivo, do objeto *a*, “na aparência do dejetado, do jogado aos cães, à imundície, na lixeira, no refugio do objeto comum, por não podê-lo colocar em outro lugar” (Lacan 2005: 120). Essa indicação é válida para a nossa clínica na polícia que, vem nos indicando que o objeto *a* se impõe, muitas das vezes, como ponto de partida do tratamento. Sob um discurso “objetalizado”, encontra-se um sujeito identificado com o lixo da corporação. Quando o policial não se sente valorizado pelo comando ou por

¹² Ainda que observemos aí uma exigência maciça de gozo que parece condizente com a concepção do declínio do pai e da “ascensão ao zênite social” (Lacan, 2003 [1970]:411) do objeto *a*. Não entraremos aqui nessa discussão, mas deixaremos registrada sua pertinência nesse contexto.

algum superior, quando acha que seu trabalho não é reconhecido ou, entre outras causas, é frustrado em seus interesses, considera-se jogado fora como lixo. Os policiais presos que solicitam atendimento chegam invariavelmente referidos a esse significante.

Ao invés de o sujeito recobrir o objeto de maneira singular, de se haver com ele apenas no mais privado do privado, com a fantasia, ou em seus sonhos e outras formações do inconsciente, o sujeito identifica-se a ele. Quando algo dessa ordem aparece, quando o policial se encontra do lado do objeto dejetado dessa Corporação, o ato torna-se, então, uma saída para a angústia que lhe acomete. Essa identificação com o dejetado não raro leva o sujeito a se lançar num ato impulsivo e não sem conseqüências. Ninguém melhor que o analista, nesse momento, para recolher o que se produz como “resto” nessa Corporação. Que daí o sujeito advenha, essa é a sua aposta.

Conclusão

Efetuamos um percurso ao longo desta dissertação que, em poucas linhas, pode ser assim descrito: partimos do conceito de objeto *a*; a angústia, “sua única tradução subjetiva” (Lacan: 2005: 113), nos conduziu a delinear o modo de funcionamento da passagem ao ato e do *acting out*, entendidos como duas saídas possíveis para o surgimento angustiante do objeto *a* na cena subjetiva; fomos levados, então, a desenvolver algumas teses que circunscrevem o conceito de ato, tomando como base o ato analítico e a passagem ao ato; aquele, “apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato” (Lacan, 2003 [1967-68]: 371) e essa, compartilhando com ambos importantes características, aproximaram-se conceitualmente; foi numa relação ao saber e não à linguagem que pudemos precisar as similitudes e as diferenças entre a passagem ao ato e o ato analítico; o passo mais decisivo dessa trajetória foi dado quando trouxemos para a cena do tratamento a falha constitutiva de toda passagem ao ato; assim, chegamos a concepção de que a manifestação do caráter falho de uma passagem ao ato iminente ou já realizada pode ser experienciada como um encontro “esvaziado” com o objeto *a*, objeto esse que diz algo da verdade do sujeito; finalmente, apresentamos algumas considerações a respeito do estatuto do ato no campo da fala e da linguagem na Polícia Militar, do qual partiram nossas questões e para o qual devem retornar as conquistas, até aqui, realizadas.

Vimos, a partir do décimo seminário de Lacan, que o objeto *a* se apresenta na origem da passagem ao ato e do *acting out*. Em sua presença, ele impossibilita o circuito do desejo e provoca o mais verdadeiro dos afetos, a angústia. Passagem ao ato e *acting out*, apresentam-se, nessa circunstância, como possibilidades distintas de remanejamento da causa, retirando o objeto da cena ou o dispondo nela de um modo particular, respectivamente. Essas figuras clínicas, entendidas, então, como dois mecanismos fundamentais de o sujeito lidar com o objeto *a*, reproduzem algo do processo de constituição do sujeito no Outro, no qual a extração do objeto *a* é a condição *sine qua non* para o sujeito existir. Assim, passagem ao ato e *acting out* foram concebidos, fundamentalmente, como tentativas de solução, como distintas possibilidades de saída para a angustiante presença do objeto *a* na cena subjetiva.

Focalizando nossa pesquisa na passagem ao ato, retratada no caso Aimée como uma tentativa de fazer furo no Outro, passamos, então, a articulá-la ao conceito de ato analítico. Com base na leitura do décimo quinto seminário de Lacan, enumeramos e desenvolvemos cinco teses a respeito do ato, assim enunciadas: 1) todo ato implica um correlato significante; 2) o Outro está no horizonte do ato; 3) no instante do ato, não há sujeito nem Outro; 4) o sujeito reencontra, após o ato, sua presença renovada e 5) todo ato, exceto o suicídio, é falho.

Vimos que essas teses se aplicam tão bem ao ato analítico quanto à passagem ao ato, o que acabou por nos mostrar, que eles possuem a mesma estrutura. Ato analítico e passagem ao ato se encontram no conceito lato de ato na medida em que comungam das características de suspensão de toda a ordem prévia pela irrupção do objeto *a* e de reconstituição conjunta de sujeito e Outro sob o signo do inaudito, do renovado e do recomeço. Nem todo ato é passagem ao ato e/ou ato analítico, mas toda passagem ao ato e todo ato analítico tem a estrutura do ato.

Todas as cinco teses, sobretudo as duas últimas, nos conduziram a suspender a concepção essencialmente negativa da passagem ao ato. Levando em conta que todo ato é em última instância falho e que a fama destrutiva da passagem ao ato – exceto no êxito do suicídio – está de algum modo ligada a sua vitória como ato, nos sentimos autorizados a repensar o estatuto e o valor da passagem ao ato falha. Assim, designamos com a expressão “passagem ao ato falha”, a essência clinicamente produtiva da passagem ao ato que não tem êxito.

Vimos que a passagem ao ato expressa uma recusa da experiência da impossibilidade do saber. Como uma negação dupla, como um não-querer o não-saber, ela foi concebida por nós como o ato que acaba por afirmar o saber e que, conseqüentemente, atesta a confiança do sujeito na sua não-verdade. Consideramos, que a passagem ao ato que não tem êxito é necessariamente passagem ao ato falha. Finalmente, defendemos que o tratamento analítico deve ser orientado pela tarefa de fazer emergir para o sujeito o caráter necessariamente falho da sua passagem ao ato.

O caminho desse reconhecimento implica em transferir ou abalar a certeza engendrada pelo objeto que impulsiona o ato, para que o ato falhe de uma maneira produtiva, a saber, trazendo em sua falha a dimensão da verdade. Como a verdade

do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto a , concluímos, então, que a passagem ao ato falha faz com que a verdade do objeto a – consistência lógica com a qual o sujeito faz existir o Outro - seja revelada. Em suma, o advento da falha da passagem ao ato pode e deve ser o mesmo movimento pelo qual o objeto a , consistência lógica mas também resto presente, seja incorporado na história do sujeito precisamente como motor do circuito do seu desejo.

Referências bibliográficas:

ALLOUCH, J. **Paranóia. Marguerite ou A “Aimée” de Lacan.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

BARROS, R. R. **O Medo, o seu Tempo e a sua Política.** *In:* Latusa nº 9: A Política do Medo e o Dizer do Psicanalista. Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Psicanálise, 2004.

BARROS, L. M. **Para Além dos Atos Falhos.** *In:* Bernardes, A. C. (Org.) 10 x Freud. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

BRODSKY, G. **Short Story: os princípios do ato analítico.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

COIMBRA, J. C. **As Metamorfoses da Máquina Judiciária e os Paradoxos no Enfrentamento da Violência: o uso da palavra e suas vicissitudes.** *In:* Lugar de Palavra. Rio de Janeiro: NAV, 2003.

FREUD, S. Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____ (1901) **A Psicopatologia da Vida Cotidiana**, vol. VI.

_____ (1913) **Totem e Tabu**, vol. XIII.

_____ (1914) **Recordar, Repetir e Elaborar**, vol. XIV.

_____ (1916) **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Conferência XXV: A Ansiedade**, vol XVI.

_____ (1920) **Além do Princípio do Prazer**, vol. XVIII.

_____ (1921) **Psicologia de Grupo e a Análise do Ego**, vol. XVIII.

_____ (1926 [1925]) **Inibições, Sintomas e Ansiedade**, vol. XX.

_____ (1933 [1932]) **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Conferência XXXII: Ansiedade e Vida Instintual**, vol. XXII.

HOLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

LACAN, J. (1932) **De la Psychose Paranoïaque dans ses Rapports avec la Personnalité**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

_____ (1953-54) **O Seminário, Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____ (1956-57) **O Seminário, Livro 4: A Relação de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____ (1957-58) **O Seminário, Livro 5: As Formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____ (1962-63) **O Seminário, Livro 10: A Angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____ (1964) **O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____ (1967-68) **O Seminário, Livro 15: O Ato Psicanalítico**. Inédito.

_____ (1972-73) **O Seminário, Livro 20: Mais, Ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____ (1953) **Função e Campo da Fala e da Linguagem**. *In*: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1998.

_____ (1954) **Resposta ao Comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud**. *In*: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ (1958) **A Direção do Tratamento e os Princípios do seu Poder.** *In:* Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ (1960) **Posição do Inconsciente.** *In:* Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ (1966-67) **A Lógica da Fantasia. Resumo do Seminário.** *In:* Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ (1967-68) **O Ato Psicanalítico. Resumo do Seminário** *In:* Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____ (1967) **Da Psicanálise em suas Relações com a Realidade.** *In:* Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MILLER, J.-A. **Jacques Lacan: Remarques sur son Concept de Passage a l'acte.** *In:* Actualités Psychiatriques, nº 1. Janvier 1988.

_____ **Angústia Constituída, Angústia Constituinte.** Extrato da Intervenção de Jacques-Alain Miller- Jornadas de outono da ECF. Salvador, 2004.

_____ **Introdução à Leitura do Seminário da Angústia de Jacques Lacan.** *In:* Opção Lacaniana, nº 43, maio de 2005.

RABINOVICH, D. **Clínica da Pulsão.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

_____ **A Angústia e o Desejo do Outro.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

RUDGE, A. M. **Pulsão e Linguagem. Esboço de uma Concepção Psicanalítica do Ato.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SOLLER, C. **O Sujeito e o Outro II**. *In*: Feldestein, R.; Fink, B. e Jaanus, M. (Orgs.) Para Ler o Seminário 11 de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SOUZA, N. S. **A Angústia na Experiência Analítica**. *In*: HANNA, M. S. G. F. e SOUZA, N. S. (Orgs.) O Objeto da Angústia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

_____ **A Propósito do *Acting-Out***. Rio de Janeiro, 1991 (Mimeo).

VIDAL, E. A. **Passagem ao Ato e *Acting Out***. *In*: Publicação da Escola Letra Freudiana, Ano XII, nº ¼. Rio de Janeiro, 1993.

VIEIRA, M. A. **A Ética da Paixão: uma teoria psicanalítica do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.